



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CAROLINE GONÇALVES GARCIA

**DIÁLOGOS COM “AS MARGENS” NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA
DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ**

Salvador

2024

CAROLINE GONÇALVES GARCIA

**DIÁLOGOS COM “AS MARGENS” NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA
DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ**

Dissertação de mestrado apresentada para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Linha de pesquisa: Educação, Cultura Corporal e Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino
Coorientadora: Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos

Salvador

2024

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação - Biblioteca Anísio Teixeira

Garcia, Caroline Gonçalves.

Diálogos com “as margens” na construção de políticas públicas de educação ambiental climática de Salvador [recurso eletrônico] : o território de Pituaçu / Caroline Gonçalves Garcia. - Dados eletrônicos. - 2024.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Rita Silvana Santana dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2024.

Disponível em formato digital

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Educação ambiental. 2. Políticas públicas. 3. Diálogo. 4. Protagonismo. 5. Comunidade - Aspectos sociais. 6. Território. I. Sorrentino, Marcos. II. Santos, Rita Silvana Santana dos. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 304.2 - 23. ed.

CAROLINE GONÇALVES GARCIA

**DIÁLOGOS COM “AS MARGENS” NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA
DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação,
Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 15 de março de 2024.

APROVADO EM: _____

BANCA EXAMINADORA

Marcos Sorrentino – Orientador _____
Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.
Universidade de São Paulo

Rita Silvana Santana dos Santos – Coorientadora _____
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
Universidade de Brasília

Admilson Santos _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Maria Cecília de Paula _____
Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Gama Filho

Valnice Souza Paiva _____
Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, Salvador,
Brasil.
Universidade do Estado da da Bahia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a toda força espiritual que me acompanha, abre os caminhos me guiando para o que é bom para mim e se aproxima do meu propósito (Laroyê), aos meus ancestrais que já se foram e sinto que ainda me guardam e zelam, especialmente minha vó Maria em memória, que me aconselhou a aprender capoeira em Salvador pois de acordo a ela “capoeira é a sua cara”, e meu vô Jorge em memória, que com sua musicalidade autodidata encantava a todxs. Agradeço imensamente aos meus pais, minha mãe Wanderleia e meu pai Jorge, que me apoiam e torcem por mim como se minhas vitórias também fossem deles, colaborando para que eu construa uma história diferente daqueles que vieram antes de mim. Também agradeço a minha vó Delminda que me ensina que todos seres são importantes e o viver na roça nos traz saberes ancestrais valiosos para construir um futuro mais sustentável e conectado com a natureza, ao meu vô Valcir que com sua calma me ensina que se vai longe e que se seu caminho é acompanhado por um cachorro é melhor ainda, Ogunhê. Não poderia esquecer de agradecer minha família astral que tem me acompanhado e ensinado tanto, também agradeço a expansão da mente que as medicinas da floresta nos proporcionam nos conduzindo a reconectarmos com a natureza e buscarmos a cura, nos tornando multiplicadores desses saberes do amor. Agradeço Ahyuaska e principalmente o Shururumã, que contribuíram, inclusive para a realização deste trabalho, além de todo o acolhimento e cuidado da minha comunidade Santo Omiladê Obakossô. Agradeço também a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e todos aqueles que trabalham nela e por ela, convivemos juntxs durante esses dois anos e construímos parcerias para a realização do papel social da universidade. Agradeço ao meu orientador Marcos Sorrentino e a minha coorientadora Rita Silvana pela paciência e colaboração na minha formação, vocês são meus mestres. Ao grupo de pesquisa HCEL, qual eu faço parte, a coordenadora Maria Cecília de Paula e todos os meus companheirxs de trabalho agradeço o acolhimento e troca de saberes, com vocês o processo se tornou mais prazeroso. Aos meus amigos que fiz nessa trajetória na Bahia e aqueles que estão longe mais nutrem nossa relação, agradeço a todos o chamego e o apoio. Dedico esse trabalho a comunidade de Pituacú, que me acolheu e que pretendo (re)tribuir todo o aprendizado desses quase dois anos morando no território. Gratidão!

GARCIA, Caroline Gonçalves. **Diálogos com “as margens” na construção de políticas públicas de educação ambiental climática de Salvador: O território de Pituaçu.** 2024. Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino. Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rita Silvana Santana dos Santos. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de contribuir para a produção de conhecimentos sobre a relevância de processos dialógicos com “as margens” das comunidades na elaboração de políticas públicas de Educação Ambiental (EA) Climática. Busca-se compreender o Programa de Educação Ambiental e Climática de Salvador como possibilidade de uma política contra opressões e injustiças socioambientais e o diálogo com “as margens” das comunidades como um aspecto importante na construção de políticas públicas de EA. O trabalho, classifica-se como pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso único, que utiliza unidades integradas de análise, combinando instrumentos de coletas de dados, como: análise de artigos, textos e livros, análise documental, fotografia e observação participante. Conclui-se que no processo de construção de políticas públicas de EA é preciso o “olhar a partir das margens”, rompendo o olhar vicioso para apenas o que falta nesses espaços e grupos e se atentando ao que produzem para o enfrentamento das Mudanças Climáticas (MC). No estudo de caso do território de Pituaçu, foi possível observar atividades que envolvem arte educação e EA. O diálogo e o brincar no território, tornam-se aspectos importantes para uma EA que valorize a autoestima dos grupos que estão “às margens”, sua ancestralidade e reconexão com a natureza, promovendo, assim, o fortalecimento e engajamento da comunidade. Além disso, distintos atores sociais do território já contribuem para a formulação e a implantação de políticas públicas, se articulando em redes, porém elas podem ser potencializadas pelo Estado. Portanto, recomenda-se a confluência das atividades educadoras dos territórios já realizadas pelas comunidades no Programa de Educação Ambiental e Climática de Salvador.

Palavras-chave: Educação ambiental. Políticas Públicas de Educação Ambiental. Diálogo. Protagonismo da comunidade. Território.

GARCIA, Caroline Gonçalves. **Dialogues with “the margins” in the construction of public policies for environmental climate education in Salvador: The territory of Pituacu.** 2024. Advisor: Marcos Sorrentino. Co-Advisor: Rita Silvana Santana dos Santos. 180 s. Dissertation (Education Master’s Degree) – Faculty of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

The present work aims to contribute to the production of knowledge about the relevance of dialogic processes with "the margins" of communities in the elaboration of public policies of Climate Environmental Education (EE). It seeks to understand the Environmental and Climate Education Program of Salvador as a possibility of a policy against socio-environmental oppression and injustices and the dialogue with "the margins" of the communities as an important aspect in the construction of public policies for EE. The work is classified as a qualitative research of single case study type, which uses integrated units of analysis, combining data collection instruments, such as: analysis of articles, texts and books, document analysis, photography and participant observation. It is concluded that in the process of building EE public policies, it is necessary to "look from the margins", breaking the vicious look at only what is missing in these spaces and groups and paying attention to what they produce to confront Climate Change (CC). In the case study of Pituacu's territory, it was possible to observe activities involving art education and EE. The dialogue and playing in the territory become important aspects for an EE that values the self-esteem of the groups that are "on the margins", their ancestry and reconnection with nature, thus promoting the strengthening and engagement of the community. Furthermore, different social actors in the territory already contribute to the formulation and implementation of public policies, articulating themselves in networks, although they can be enhanced by the State. Therefore, it is recommended the confluence of the educational activities of the territories already carried out by the communities in the Environmental and Climate Education Program of Salvador.

Keywords: Environmental Education. Public Policies for Environmental Education. Dialogue. Community Protagonism. Territory. Law 10639/03.

GARCIA, Caroline Gonçalves. **Dialogos con “las márgenes” en la construcción de políticas públicas para la educación ambiental climática en Salvador: El territorio de Pituacú.** Asesor: Marcos Sorrentino. Co-Asesor: Rita Silvana Santana dos Santos. 180 f. Disertación (Maestría en Educación) – Facultad de Educación, Universidad Federal de Bahia, Salvador, 2024.

RESÚMEN

El presente trabajo tiene como objetivo contribuir a la producción de conocimientos sobre la relevancia de los procesos dialógicos con "las márgenes" de las comunidades en la elaboración de políticas públicas de Educación Ambiental (EA) Climática. Se busca entender el Programa de Educación Ambiental y Climática de Salvador como posibilidad de una política contra las opresiones e injusticias socioambientales y el diálogo con "las márgenes" de las comunidades como un aspecto importante en la construcción de políticas públicas de EA. El trabajo se clasifica como investigación cualitativa del tipo estudio de caso único, que utiliza unidades integradas de análisis, combinando instrumentos de recolección de datos, tales como: análisis de artículos, textos y libros, análisis de documentos, fotografía y observación participante. Se concluye que en el proceso de construcción de políticas públicas de EA, es necesario "mirar desde las márgenes", rompiendo la mirada viciosa solo hacia lo que falta en estos espacios y grupos y prestando atención a lo que producen para el enfrentamiento a los Cambios Climáticos (CC). En el estudio de caso del territorio de Pituacú, fue posible observar actividades de educación artística y EA. El diálogo y el jugar en el territorio se convierten en aspectos importantes para una EA que valore la autoestima de los grupos que están "en las márgenes", su ancestralidad y reconexión con la naturaleza, promoviendo así el fortalecimiento y el compromiso de la comunidad. Además, diferentes actores sociales del territorio ya contribuyen a la formulación e implementación de políticas públicas, articulándose en redes, pero pueden ser potenciadas por el Estado. Por lo tanto, se recomienda la confluencia de las actividades educativas de los territorios ya realizadas por las comunidades en el Programa de Educación Ambiental y Climática de Salvador.

Palabras clave: Educación Ambiental. Políticas Públicas de Educación Ambiental. Diálogo. Protagonismo Comunitario. Territorio. Ley 10639/03

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura 01 – Bacia Hidrográfica Rio das Pedras/ Pituaçú
- Figura 02 - Represa de Pituaçú
- Figura 03 - Pessoas nadando na lagoa
- Figura 04 - Pessoas com barcos a vela na lagoa de Pituaçú
- Figura 05 - Lagoa do Parque de Pituaçú está ameaçada pelo descaso
- Figura 06 - Lagoa de Pituaçú invadida por Salvíneas
- Figura 07 - 400 hectares de mata e muitas espécies da fauna
- Figura 08 - Jornal A tarde de 21 de outubro de 1994
- Figura 09 - Ancestralidade cigana jornal Bahia Hoje 31 de julho de 1994
- Figura 10 - Maria das Cabras
- Figura 11 - Áreas de terreno na av. Octávio Mangabeira e Circo Picolino em Pituaçú
- Figura 12 - Grafite no Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto I
- Figura 13 - Grafites no Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto II
- Figura 14 - Grafites no Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto III
- Figura 15 - Concentração da escola Municipal Piratini
- Figura 16 - Crianças no cortejo
- Figura 17 - Malabaristas do Cortejo
- Figura 18 - Desfile de roupas da Fátima com as crianças modelo da comunidade
- Figura 19 - Roda de Conversa Mudanças Climáticas e orientações para a trilha
- Figura 20 - Trilha Parque Metropolitano de Pituaçú
- Figura 21 - Trilha com intervenção teatral da Maria das Cabras
- Figura 22 - Plantio de Mudas
- Figura 23 - Ilha da Maré
- Figura 24 - Travessia Ilha da Maré
- Figura 25 - Almoço do quilombo
- Figura 26 - Apresentação de malabares
- Figura 27 - Apresentação palhaça Carol Caracol
- Figura 28 - Espetáculo Cia Pé na Terra

Figura 29 - Maquete Como eu vejo o Parque, obras de Mário Cravo

Figura 30 - Desenhos de pontilhismo como eu vejo o parque

Figura 31 - Reunião de Pais

Figura 32 - Alunos da Escola Municipal Recanto dos Coqueiros sentados com a gestora do PMP

Figura 33 - Cartazes produzidos pelos alunos da Escola Municipal Recanto dos Coqueiros

Figura 34 - Manifestação dos alunos da Escola Municipal Recanto dos Coqueiros

Figura 35 - Mesa “Povo Negro Defendendo o Quilombo - Pituaçu 50 anos e memória viva de mãe Bernadete”

Figura 36 - Pierrot Tradição no Festival Alternativo

Figura 37 - Varal Histórico de Pituaçu

Figura 38 – Refere-se a Sankofa

Figura 39 - Retomada dos ambulantes no PMP

QUADROS

Quadro 01 - Avaliação da qualidade da água por Estado brasileiro

Quadro 02 - Classificação do IQA dos Rio das Pedras/ Pituaçu

Quadro 03 - VI Reunião do CGPMP

Quadro 04 - Pautas discutidas na VII Reunião do CGPMP

Quadro 05 - Plano de ação do CTEA de 2021

Quadro 06 - Plano de ação – Tópicos

Quadro 07 - Índice de ações/atividades de EA

Quadro 08 - Índices de ações/atividades de EA: Reunião no PMP

Quadro 09 - Aspectos potencializadores de EA: Reunião no PMP

Quadro 10 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 11 - Aspectos potencializadores de EA

Quadro 12 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 13- Aspectos que potencializa EA

Quadro 14 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 15 - Aspectos que potencializa a EA

Quadro 16 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 17- Aspectos que potencializa as atividades de EA

Quadro 18 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 19 - Aspectos potencializadores de EA

Quadro 20 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 21- Aspectos potencializadores de EA

Quadro 22 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 23- Índices de ações/atividades de EA

Quadro 24 - Aspectos potencializadores de EA

Quadro 25 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 26 - Aspectos potencializadores de EA

Quadro 27- Índices de ações/atividades de EA

Quadro 28- Aspectos potencializadores de EA

Quadro 29 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 30 - Aspectos potencializadores de EA

Quadro 31 - Índices de ações/atividades de EA

Quadro 32- Aspectos potencializadores de EA

Quadro 33 - Lista de representantes do Conselho Gestor do Parque Metropolitano de Pituaçu

GRÁFICOS

Gráfico 01 - Pirâmide Global da Riqueza em 2021

Gráfico 02- Indicadores de atividades e ações de Educação Ambiental no território de Pituaçu

LISTA DE SIGLAS

CTEA – Câmara Técnica de Educação Ambiental

CGPMP – Conselho Gestor do Parque Metropolitano de Pituacú

EA – Educação Ambiental

FACED – Faculdade de Educação

IF - Instituto Florestal de São Paulo

Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos da Bahia

IPA - Instituto de Pesquisas Ambientais de São Paulo

IQA – Índice de qualidade da água

MC – Mudanças Climáticas

PMAMC – Plano de Mitigação e Adaptação as Mudanças Climáticas de Salvador

PMP – Parque Metropolitano de Pituacú

SECULT - Unidade Coordenadora do Programa Prodetur Salvador

SECIS - Sustentabilidade, Inovação e Resiliência de Salvador

Sema - Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	14
2.	INTRODUÇÃO	16
3.	PERGUNTAS MOTIVADORAS DA PESQUISA.....	21
4.	MATERIAL E MÉTODOS	21
4.1.	Caracterização da cidade de Salvador: O Bairro de Pituaçu	21
5.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	44
5.1.	Progresso, desenvolvimento e políticas públicas	44
5.2.	Políticas Públicas de Educação Ambiental	48
5.3.	Políticas Públicas de Mudanças Climáticas e educação ambiental	53
6.	CONTEXTUALIZAÇÃO CLIMÁTICA	61
7.	EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ	68
7.1.	Reuniões do Conselho Gestor do Parque Metropolitano de Pituaçu	68
7.2.	Memórias no território de Pituaçu (2022)	79
8.	ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DO TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ.....	130
9.	A COMUNIDADE DE PITUAÇÚ. SUAS AÇÕES EDUCADORAS AMBIENTAIS E OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	140
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
12.	ANEXOS.....	161

1. APRESENTAÇÃO

O trabalho nasceu com a ideia de (re)tribuir todo acolhimento e ensinamentos que a cidade de Salvador e principalmente, a comunidade de Pituacú, me ofereceu. Como pesquisadora, mulher branca, cisgênero bissexual, nascida em terras paulistanas, ancorei em Salvador depois de uma viagem pelo litoral brasileiro realizando projetos de educação ambiental, arte educação e circo social.

Realizei mestrado na Faculdade de Educação (FACED/UFBA) enquanto morava no território de Pituacú, em Salvador. Para compreender como cheguei até aqui, considero como guia as sábias palavras de Nego Babá Wuaguê Diakitê: “Se você souber de onde veio, saberá para onde está indo” (DIAKITÊ, 2012, p.9). Para Renato Nogueira (2020), na leitura afro-perspectivista: “O movi-mento de retornar para ver o que ficou para trás significa assumir a condição de uma experimentação do que é mais antigo e primeiro em todos os seres, a infância”. Portanto, considero importante retomar a minha infância para vos dizer de onde parti.

A minha aproximação com a natureza, principalmente o mar, se deu na infância na cidade de Natal/RN no nordeste brasileiro, a oportunidade de me conectar com o mar, ter vivências na natureza e na terra, além de ter acesso à educação ambiental (EA), uma formação artística e de participar de grêmios estudantis na escola, contribuíram para a minha formação cidadã.

Voltar para o Estado de São Paulo, especificamente em Guarulhos/SP, em minha adolescência, me aproximou mais da minha ancestralidade, da família da minha mãe que tem origem periférica, do bairro dos Pimentas e da família do meu pai, bairro Sapopemba em São Paulo. Mas, também, tal experiência me apresentou outros contextos da realidade da maior metrópole do país e de seus problemas socioambientais. Desde, então, dediquei-me aos estudos na área ambiental.

O Parque Metropolitano de Pituacú oferece ao bairro particularidades que confluem com os meus interesses de pesquisa em educação ambiental no contexto de territórios com áreas protegidas e com minha trajetória de formação profissional. Pois, durante a graduação em engenharia ambiental (UNICAMP), realizei uma pesquisa de iniciação científica que foi premiada em 2º lugar no 14º Simpósio de Iniciação Científica do Instituto Florestal, pelo antigo Instituto Florestal (IF) atual Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), sobre “As contribuições de um protejo de educação ambiental e integral no contexto de áreas protegidas”, o qual envolvia o Horto Florestal de Tupi em Piracicaba/SP. Também realizei o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na UNICAMP, sobre o uso público do Horto Florestal de

Limeira/SP, envolvendo os temas: áreas protegidas, educação ambiental, gestão ambiental e políticas públicas.

Vale ressaltar sobre a experiência que obtive como estagiária do projeto Tamar em dezembro de 2018 e janeiro de 2019, trabalhando com educação ambiental referente a conservação de tartarugas marinhas no litoral de Ubatuba/SP, o que reforçou a minha conexão com o mar e com o interesse de buscar transformações socioambientais através de processos educativos ambientais. Ainda na caminhada da graduação, experienciei aprender sobre gestão de projetos na área da tecnologia com o estágio no Data Center do Banco Itaú em Mogi-Mirim/SP.

Além disso, minha aproximação com a militância política, no centro acadêmico (CAT–Unicamp Limeira) e na produção cultural na cidade de Limeira, me aproxima da história do bairro de Pituacú, muito vinculada à área artística, principalmente às artes circenses, a movimentos populares de educação, o que propicia projetos no bairro sobre educação ambiental e arte educação no contexto das mudanças climáticas. Tomando como território de Pituacu como locus do estudo de caso, a pesquisa possui como objetivo geral:

Contribuir para a produção de conhecimentos sobre a relevância de processos dialógicos que possibilitem a expressão das vozes das comunidades que estão às margens da elaboração de políticas, programas, projetos e planos de educação ambiental climática.

Para definir o caminho a ser percorrido, foram traçados como objetivos específicos:

- Contribuir para a compreensão da importância da elaboração participativa do Plano de Educação Ambiental Climático de Salvador, com o envolvimento de pessoas e grupos organizados do bairro Pituacú, que estão às margens do modo hegemônico de produção e consumo;
- Propiciar a emergência dialógica de perspectivas de educação ambiental climática que se encontram nas comunidades, às margens o sistema hegemônico, tomando o bairro Pituacú como estudo de caso;
- Contribuir para o Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador defender uma política contra todos os tipos de opressão;

A pesquisa acontece no contexto das Mudanças Climáticas (MC), fenômeno que abrange diversos outros problemas socioambientais e envolve de forma diferenciada todas as pessoas e seus grupos sociais, em um panorama mundial.

Devido à urgência da temática e à ausência de espaços dialógicos e participativos na construção de políticas públicas para enfrentamentos das MC, considera-se importante desenvolver pesquisas sobre políticas públicas de educação ambiental que contemplem as perspectivas de comunidades que estão às margens da sociedade hegemônica, pois as pessoas marginalizadas são as mais afetadas pela crise climática.

A participação dialógica é considerada por esta pesquisa como essencial para a elaboração de políticas públicas estruturantes, que sejam assumidas e estejam à serviço de todas pessoas e grupos sociais.

2. INTRODUÇÃO

O tema das Mudanças Climáticas (MC) tem recebido destaque nos noticiários, desde o âmbito municipal até o internacional. Permeia diversos outros problemas e conflitos socioambientais locais e em grandes escalas geográficas, pois o aumento da temperatura pode acarretar eventos extremos no clima em diversas regiões do planeta, que podem ou não estar interligados.

Entre os diversos problemas socioambientais correlacionados com as MC, pode-se citar o aumento de eventos extremos - precipitação intensa; secas; ondas de calor; o aumento do nível do mar, ciclones tropicais; reduções as camadas de gelo nas montanhas e nos polos, bem como outros impactos associados, como o aumento da insegurança alimentar, a redução da biodiversidade e o aumento de doenças decorrentes dos desequilíbrios nos sistemas naturais.

Tais problemas afetam de forma desproporcional os grupos sociais, devido às desigualdades social, racial, de gênero e outras, ocasionando distintas formas de opressão e que trazem, no Brasil, até hoje os resquícios do colonialismo.

Em sociedades baseadas na exploração das pessoas e da natureza, as Mudanças Climáticas evidenciam ainda mais as injustiças ambientais presentes. As pessoas que mais sofrem com os problemas e conflitos ambientais são aquelas que vivenciam a marginalização e as opressões diárias de uma sociedade desigual (ECODEBATE,2023). Neste contexto, considera-se importante desenvolver pesquisas que estudem a problemática, inclusive, as políticas públicas voltadas à mitigação, adaptação e educação ambiental.

Este trabalho pretende contribuir para a produção de conhecimento sobre a relevância de processos dialógicos com as margens das sociedades na elaboração de políticas públicas,

partindo de realidades locais, no caso o bairro de Pituacú, da cidade de Salvador, Bahia, sobre Mudanças Climáticas, utilizando a Educação Ambiental como uma perspectiva para a construção de políticas estruturantes.

Para o enfrentamento das injustiças ambientais, a educação ambiental no seu caráter crítico pode ser uma aliada para reflexões e potencialidades pedagógicas (KASSIADOU, SHANCEZ, 2019) no contexto da crise climática. Frente a gravidade da questão socioambiental, a EA desenvolvida em diversos espaços e contextos, é uma possibilidade de aproximação do tema crise climática com os distintos grupos envolvidos. A EA é um campo da educação em constante transformação e a sua perspectiva crítica contribui para a reflexão sobre a realidade social que nos cerca, bem como promove vivências e experiências que envolvem questões socioambientais, integrando a democracia, política e cidadania com a natureza (BECKER; MARCOMIN, 2021).

Este trabalho dialoga com a macrotendência definida por Layrargues e Lima (2014) como educação ambiental crítica. Tal perspectiva questiona os fundamentos de dominação do ser humano, a natureza e dos meios de acumulação de capital, buscando o enfrentamento político sobre injustiças e desigualdades socioambientais. Desta forma são introduzidos neste debate conceitos-chave como participação, cidadania, emancipação, democracia, justiça ambiental e transformação social.

Guimarães (2007) defende que diante da complexa realidade socioambiental, para ser possível transformações significativas, é preciso mudanças individuais e coletivas para o enfrentamento de uma proposta dominante da e na sociedade e do seu modelo de desenvolvimento. Para, assim, construir uma educação política que forma indivíduos aptos a atuarem em processo de transformação social e que busquem uma sociedade ambientalmente sustentável.

Para isso, é preciso que a EA recupere o sentido de comunidade e fortaleça processos emancipatórios e participativos, como proposto por De Luca, Brianezi e Sorrentino (2010). Os autores propõem uma EA que seja vivenciada pelo indivíduo e dialogue com a sua forma de habitar no Planeta. Agrega-se especificidades e saberes de cada grupo, para se construir propostas pedagógicas participativas e coletivas (DE LUCA; BRIANEZI; SORRENTINO, 2010). Dessa forma, é possível desenvolver uma EA que promova a reflexão sobre as demandas e as injustiças que estão presentes no seu cotidiano, incluindo pautas como a crise climática.

Para atender esse caráter crítico, é preciso desenvolver a educação ambiental em múltiplos

espaços (BRASIL, 1996; PÉREZ GÓMEZ, 2000), entre eles nas políticas públicas. Para compreender a relação educação ambiental e política pública, é preciso, primeiramente, entender o significado de política nas pautas socioambientais. Sorrentino et. al (2005) defendem que a educação ambiental na política deve exercer um papel de promoção da cidadania ativa, considerando o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade perante a natureza. Deve-se construir uma cultura que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrínsecas relacionadas, superando causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Políticas públicas podem ser compreendidas como procedimentos formais e informais que envolvem relações de poder orientadas pelo bem comum, buscando a resolução de conflitos e demandas em todas as esferas do Estado e do conjunto de Estados que constituem hoje a forma hegemônica de distribuição da humanidade no Planeta Terra, ou seja, a nível global, nacional, estadual e municipal. A construção dessas políticas deve tornar-se pública, envolvendo e promovendo a participação da sociedade por meio da formação de espaços participativos de diálogos sobre as questões, como, por exemplo, nos fóruns e conferências específicos sobre meio ambiente, sobre EA ou sobre Mudanças Climáticas (SORRENTINO et. al, 2005).

Diante do contexto e urgência do enfrentamento das MC, Biasoli e Sorrentino (2018) alertam que há entraves para a participação social, como a ausência de espaços e condições que a possibilitem. Defendem a importância da implementação, além das dimensões normativas, institucionais e das arenas políticas de diálogo, de uma política do cotidiano na construção de uma EA comprometida com transformações sociais compartilhadas. Segundo os autores, a política do cotidiano se refere a inclusão da subjetividade da percepção dos diversos atores sociais e das forças instituintes, entendidas como forças emergentes, no processo de construção da política pública. Além disso, os autores defendem que a EA precisa ser compreendida enquanto política pública estruturante, ou seja, devem ser pensadas a longo prazo e em consonância com outras iniciativas, como os planos territoriais de sustentabilidade socioambiental (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

Para a incorporação da política do cotidiano numa perspectiva participativa, dialógica, crítica e transformadora, considera-se, nesse trabalho, a importância da diversidade, do olhar a partir das margens, das pessoas que vivem em comunidades periféricas, na construção de políticas públicas.

Como a pesquisa envolve um universo urbano, é importante citar que Agier (2015) enfatiza a complexidade e a constante transformação das cidades na condição do espaço e do

tempo (AGIER, 2015). Essa mesma condição também é apontada por Rosa (2018), ao defender que as cidades são heterogêneas e seus urbanismos são configurados pelos espaços, tempos, práticas e corpos. Diante dessa dinâmica complexa, a discussão sobre o agir urbano pode agregar densidade nas lutas que permeiam as cidades e na análise das suas formas de expansão e de mobilidade.

Nesse contexto, os dois autores (AGIER, 2015; ROSA, 2018) propõem a importância do olhar a partir da margem, quais são os lugares retratados como periferias, favelas e becos, envolvendo aqueles que habitam e estão à margem da sociedade. Este olhar através das margens pode ser utilizado como uma perspectiva metodológica para análise das disputas que acontecem, para se atentar como se constroem as margens e ao que é produzido nestes espaços. Sem desconsiderar os problemas urbanos e a questão social e racial construída historicamente, os autores sugerem refletir sobre e desde as margens, evitando o olhar vicioso e objetivo da problemática, como se ela estivesse presente em todos os lugares e situações. É preciso se atentar não somente ao que falta nesses espaços, mas também ao que (re)surge ali (AGIER; ROSA, 2018).

Nesse sentido, além de identificar os problemas e conflitos que percorrem a história e atualidade destes espaços, por que não pensar, também, sobre o potencial destes? Como as margens podem contribuir para o enfrentamento das Mudanças Climáticas em Salvador? Como o olhar a partir das margens pode contribuir para a produção de conhecimentos sobre a relevância de processos dialógicos na elaboração de políticas, programas, projetos e planos de educação ambiental climática no contexto da cidade de Salvador?

São muitas perguntas que, inclusive, justificam a importância desta pesquisa. Ainda para contribuir na introdução dos objetivos da presente pesquisa, será apresentada uma breve explanação de um panorama das legislações nacionais, estaduais e municipais sobre Mudanças Climáticas.

A Política Nacional sobre Mudanças do Clima foi elaborada em 29 de dezembro de 2009 por meio da Lei nº 12.187, a qual incentiva a educação, de modo indireto, como diretriz no artigo 5º inciso XII: “a promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e a conscientização pública sobre mudança do clima” e como instrumento, no artigo 6º inciso XIV: “as medidas de divulgação, educação e conscientização”, que apresenta a estrutura a lei. Incentiva-se também na mesma Lei, a atuação dos municípios para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, como é previsto no artigo 3º inciso VI e artigo 5º inciso V (BRASIL,

2009).

Na Constituição Federal de 1988, é também previsto, no artigo 225, inciso VI, o incentivo à educação ambiental em todos os níveis educativos, além de definir como competência comum da União, Estados e Municípios a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, assim como, a preservação das florestas e da fauna no artigo 23º e, respectivamente, no inciso XI e XII (BRASIL, 1988).

No estado da Bahia, foi instituída a Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011, que rege a Política sobre Mudanças Climáticas no estado. Nas diretrizes desta lei, a educação ambiental é prevista no artigo 3º inciso VII como princípios, assim como nas diretrizes no artigo V inciso XIII, incentivando a promoção da capacitação e participação da sociedade civil na gestão integrada e compartilhada nos instrumentos da Lei, envolvendo, por exemplo, o Plano Estadual de Educação Ambiental (BAHIA, 2011).

No município de Salvador, o locus desta pesquisa, em 4 de dezembro de 2020 foi publicado o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC), elaborado por um consórcio formado pela organização não governamental International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) da América do Sul, a empresa de consultoria Waycarbon e a organização não governamental World Wildlife Found (WWF). A iniciativa para a realização deste documento foi tomada pela equipe da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) e pela Unidade Coordenadora do Programa Prodetur Salvador (SECULT).

Entre os instrumentos do PMAMC destaca-se nessa pesquisa, a integração do Plano Municipal de Educação de Salvador (SALVADOR, 2016), além do estabelecimento como meta da mesma, a elaboração e implementação de um Programa de Educação Ambiental e Climática em Salvador até 2024 (SALVADOR, 2020).

Compreende-se nesta pesquisa, a importância da implementação de tal política, para que não seja apenas um projeto eleitoral que, de acordo com Gadotti (2009) na perspectiva de políticas públicas de educação integral, são projetos pontuais e sem continuidade. Pretende-se nesse contexto, estudar a importância, especificamente, do Programa de Educação Ambiental e Climática de Salvador a ser construído com diálogo e protagonismo daquelas pessoas que estão às margens, todas aquelas que mais sofrem com as opressões sociais que, conseqüentemente, sofrem com as injustiças socioambientais acentuadas pelas Mudanças Climáticas, entre elas pode-se citar mais especificamente as mulheres negras e pessoas negras em geral, crianças, idosos, pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Devido ao fato de a autora ser moradora do bairro Pituaçu e ter condições de vivenciar a pesquisa de forma cotidiana e íntima optou-se por compreendê-la como um Estudo de Caso, fazendo um recorte de tal território para o foco da pesquisa.

O bairro Pituaçu possui características específicas, como a presença de uma das maiores áreas verdes da cidade, o Parque Metropolitano de Pituaçu, portanto, uma área de grande importância socioambiental para cidade de Salvador. Além disso, existe um movimento cultural, artístico e socioambiental participativo e comunitário no território, que desenvolve diversos projetos no parque e no seu entorno. Fatores que serão melhor evidenciados no tópico 7.1. “Caracterização da área”.

Pretende-se que essa pesquisa contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a construção dialógica e participativa de políticas públicas de educação ambiental. Entende-se, também, que este estudo de caso possa contribuir para a construção de políticas em outras realidades e sociedades.

3. PERGUNTAS MOTIVADORAS DA PESQUISA

- Como o Plano de Educação Ambiental Climática deve defender uma política contra opressões e injustiças socioambientais?
- As margens possuem um potencial educador para o enfrentamento das Mudanças Climáticas?
- O diálogo com a comunidade e suas margens é um aspecto importante na construção de políticas públicas?

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1. Caracterização da cidade de Salvador: O Bairro de Pituaçu

A cidade de Salvador, além de ser a capital do estado da Bahia, é a quinta cidade brasileira mais populosa, de acordo com o CENSO 2022, com 2.418.005 pessoas, porém decresceu expressivamente se comparada com o censo de 2010, (2.675.656) habitantes, é

formada majoritariamente por mulheres (53,3%). Ocupa uma área de 693,453 km² no bioma de Mata Atlântica. Possui 39,5% de arborização em vias públicas (IBGE, 2010).

Ainda segundo o CENSO de 2010, Salvador apresentava o 10º maior Produto Interno Bruto (PIB) do país com o rendimento de R\$ 4.0762.687.000, porém cerca de 49% dos domicílios particulares permanentes possuíam um rendimento per capita igual ou inferior a 2 salários-mínimos, que na época equivalia a R\$ 1.020,00 (IBGE, 2010). Além disso, de 860.410 domicílios ocupados em Salvador, segundo o censo de 2010, 275.593 (32,03%) eram considerados Aglomerados Subnormais ¹ e aproximadamente 52,5% das pessoas que vivem nesses espaços são mulheres.

Com relação a estatística das cores da população soteropolitana residente em domicílios particulares, cerca de 79% da população se autodeclara preta e parda (2.104.087 indivíduos), 18,8% branca (502.591 indivíduos), 1,4% amarela (26.802), 0,3% indígena (7.863 indivíduos) e 0,4% sem declaração (10.659 indivíduos) (IBGE, 2010).

Sobre a ancestralidade do território soteropolitano, além de possuir ascendência afrodescendente, Salvador também apresenta ancestralidade indígena da etnia Tupinambá (RISÉRIO, p.13, 2004), como estudou Theodoro Sampaio (PEREIRA DOS SANTOS, 2010). Kirymyré, nome de origem tupinambá dado ao território, que, atualmente, é a cidade de Salvador e Paraguaçu, a região que no século XVI seria denominada pelos portugueses como Baía de Todos os Santos. Segundo Risério (p.13, 2004) pouco se sabe sobre história dos indígenas antes e durante o processo de invasão europeia no território brasileiro, foi nos tirado o direito de saber sobre a nossa ancestralidade e uma das formas mais cruéis é o massacre da cultura, da dominação, por meio da nomeação, como diz Antonio Bispo (2020): “O colonialismo nomina todas as pessoas que quer dominar”.

No caso desta pesquisa, será dado foco no bairro Pituacú localizado na cidade de Salvador para análise da complexidade da realidade, do potencial educador local e para o mapeamento dos grupos pré-existentes no território. Portanto, destaca-se a importância da caracterização deste.

Segundo o Observatório de bairros de Salvador (Observa SSA, 2018), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2010, o bairro Pituacú possuía uma população de 14.881 habitantes, apresentando majoritariamente pessoas do gênero feminino

¹ Aglomerados Subnormais: Ocupação irregular de terrenos de propriedade pública ou privada para fins de moradia em locais urbanos, denominados popularmente como favelas, comunidades ou vilas e que possuem carência em serviços públicos fundamentais (IBGE, 2022).

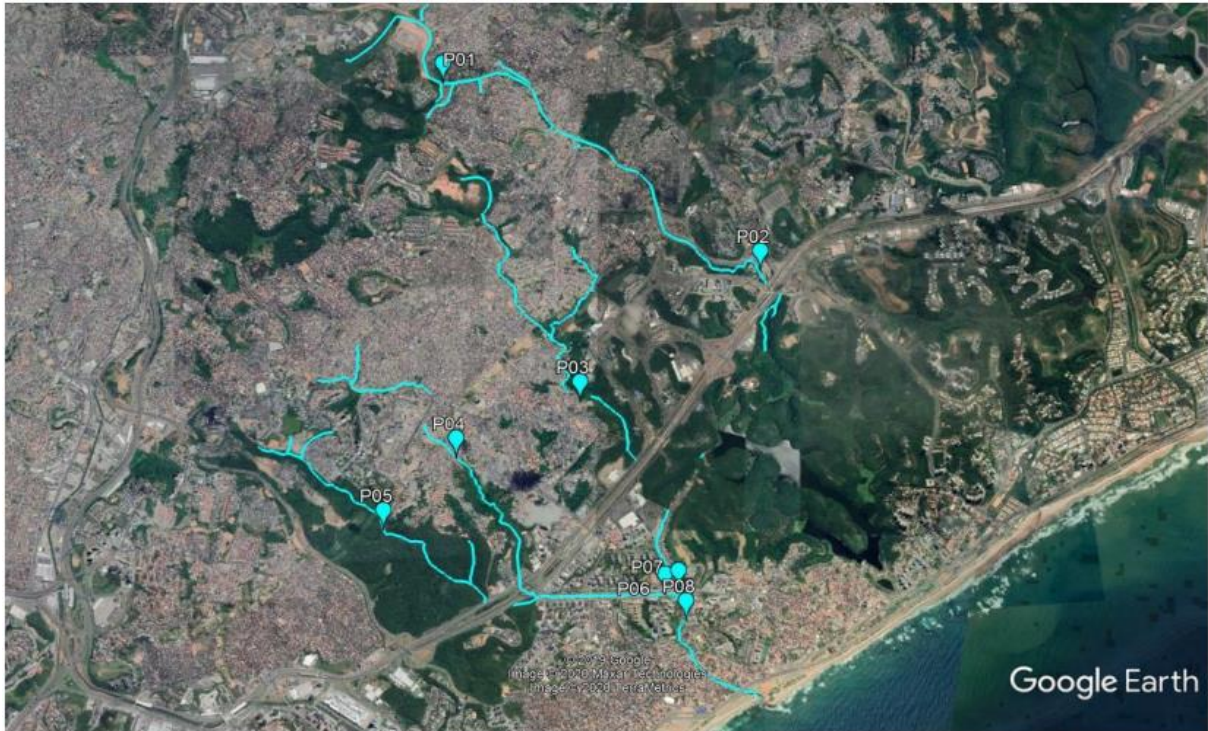
(51,68%) e da cor preta e parda com um somatório de 77,41%, em seguida de 21,09% de pessoas brancas, 1,12% amarelas e 0,38% indígenas. Aproximadamente 97,47% dos domicílios possuíam coleta de resíduos, 99,4% abastecimento de água e 91,30% de coleta de esgoto (OBSERVA SSA, 2018).

a) A microbacia hidrográfica do Rio das Pedras – Pituaçu

O território de Pituaçu transborda ou pelo menos transbordava vida através da água, a comunidade do território tem uma história de aproximação com os rios e a lagoa. De acordo com o Relatório Anual de Rios de Salvador (2021), Pituaçu tem origem tupi e significa “pitu grande”, Pitú seria a corruptela de Py-tú (casca escura), portanto, refere-se ao camarão cascudo de água doce que aparecia de forma abundante na região.

A microbacia referida possui uma área de drenagem de 27,05 km² e é formada por cinco rios (GONÇALVES et. al, 2023). A sua localização geográfica pode ser visualizada na figura 01. Um desses rios possui o mesmo nome do bairro, rio Pituaçu (P01, P02 e P07), que está na margem direita. Os rios Cachoeirinha (P03), Saboeiro (P04) e Cascão (P05) confluem e formam o rio das Pedras (P06 e P08). Na figura 01 abaixo é possível identificar e observar o percurso dos rios ditos anteriormente.

FIGURA 01: Bacia Hidrográfica Rio das Pedras/ Pituaçu



Fonte: INEMA (2020, p22)

O principal indicador de qualidade da água adotado no Brasil é o Índice de qualidade das águas (IQA), que foi criado pela *National Sanitation Foundation* em 1970 nos Estados Unidos. O IQA tem como objetivo indicar a qualidade da água bruta e os parâmetros utilizados para o cálculo são indicadores de contaminação causada por efluentes domésticos. É importante ressaltar que tal índice não identifica algumas contaminações tóxicas (ex.: pesticidas); patógenos e outros (ANA, 2023).

O IQA indica um valor que pode ser enquadrado dentro de uma faixa específica para a sua avaliação de qualidade, tal faixa de avaliação do índice varia de acordo com o estado, como é possível observar no quadro 01.

QUADRO 01 – Avaliação da qualidade da água por Estado brasileiro

Faixas de IQA utilizadas nos seguintes Estados: BA, CE, ES, GO, MS, PB, PE, SP	Faixas de IQA utilizadas nos seguintes Estados: AL, MG, MT, PR, RJ, RN, RS	Avaliação da Qualidade da Água
80-100	91-100	Ótima

52-79	71-90	Boa
37-51	51-70	Razoável
20-36	26-50	Ruim
0-19	0-25	Péssima

Fonte: ANA (2023)

Tais informações dadas acima, nos ajudam a realizar uma análise sobre a qualidade da água da bacia do Rio das Pedras/Pituaçu. Segundo o relatório anual de Rios de Salvador e Lauro de Freitas (2020), o índice de qualidade da água da maioria dos rios da bacia das Pedras/Pituaçu enquadra-se na qualidade péssima e ruim, como é possível compreender nos resultados do relatório (2020) apresentados no quadro 01. No quadro 02, é possível identificar os valores do índice de qualidade da água de cada ponto dos rios e as suas respectivas classificações.

QUADRO 02 – Classificação do IQA dos Rio das Pedras/ Pituaçu

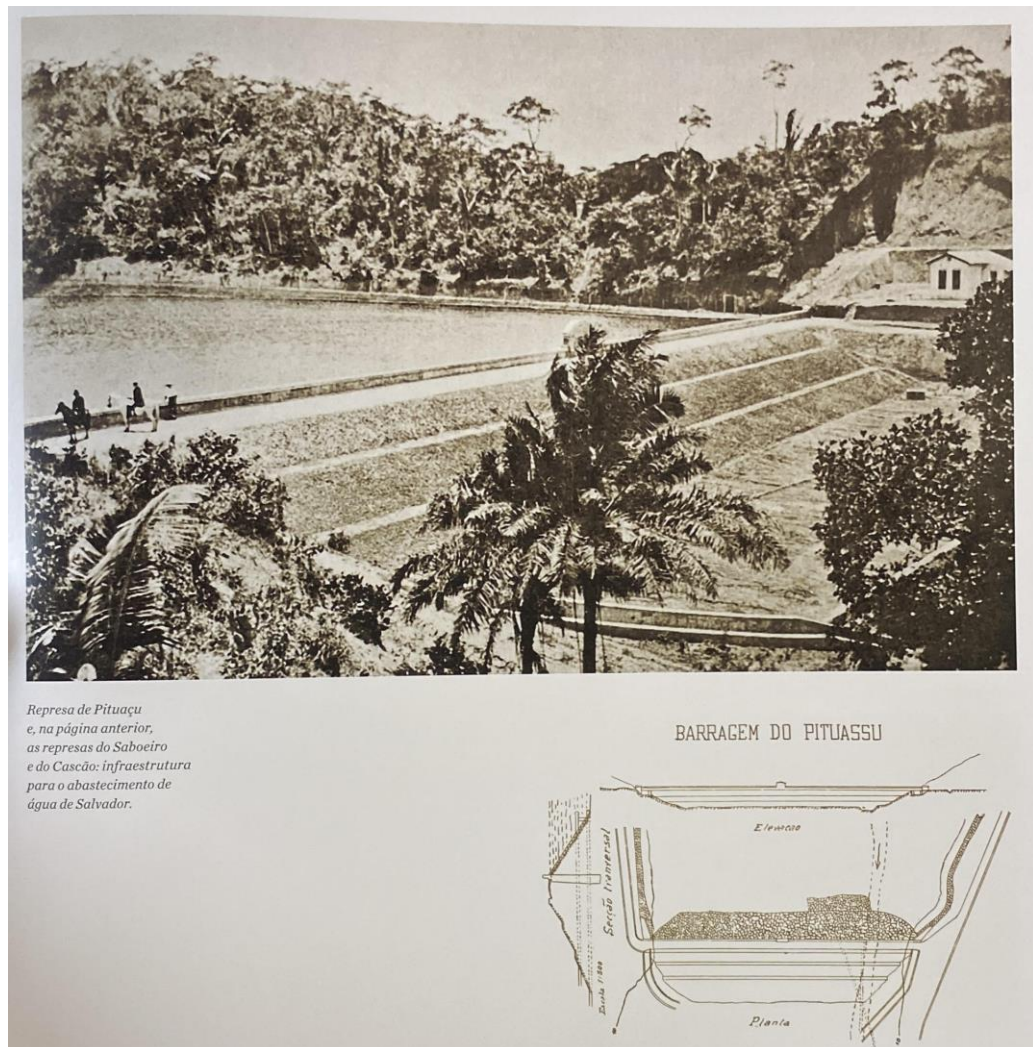
Bacias	Pontos	IQA	Classificação IQA
Pedras Pituaçu	P01	14	Péssima
	P02	38	Regular
	P03	14	Péssima
	P04	20	Ruim
	P05	66	Bom
	P06	17	Péssima
	P07	29	Ruim
	P08	25	Ruim

Fonte: INEMA (2020, p. 38)

Portanto, como é possível identificar na Figura 01, o rio Saboeiro (P04) nasce no bairro do Cabula VI e segue ao Imbuí, segundo o relatório (2020), o IQAP04 (20) de tal rio é qualificado como ruim. Já o rio Cascão (P05) nasce na área de proteção ambiental do 19º Batalhão de Caçadores - 19ª BC, é o único rio de Salvador que apresenta IQAP05 (66) boa, o que ressalta a importância da proteção das nascentes e mananciais. Porém, o rio Cascão segue ao Imbuí, se encontra com o rio Saboeiro, formando, assim, o rio das Pedras (P06), que atualmente está encapsulado (canalizado) e apresenta IQAP06 (17) péssima. Já o rio Cachoeirinha (P03) mais a direita, nasce no bairro de Sussuarana.

Nesse mesmo território, por onde perpassa o rio Pituaçu, está localizada a Lagoa de Pituaçu. A lagoa foi criada através do represamento do rio Pituaçu, um projeto elaborado por Theodoro Sampaio em 1906 nas imediações da Avenida Luís Viana Filho, conhecida popularmente como Av. Paralela (GONÇALVES, 2023), pode-se visualizar o projeto na figura 02. O reservatório, representado na figura 02, foi pensado em 1905 para o abastecimento de água de Salvador que estava próxima de colapsar, apresentando diversas interrupções de serviços acentuadas em épocas de seca e boa parte da população não era atendida por tais serviços públicos, Theodoro estimou que 1 quinto da população, moradores de subúrbios, da capital baiana, cerca de cinquenta mil pessoas não teriam acesso a água (PEREIRA DOS SANTOS, p. 272-274, 2010).

FIGURA 02: Represa de Pituaçu

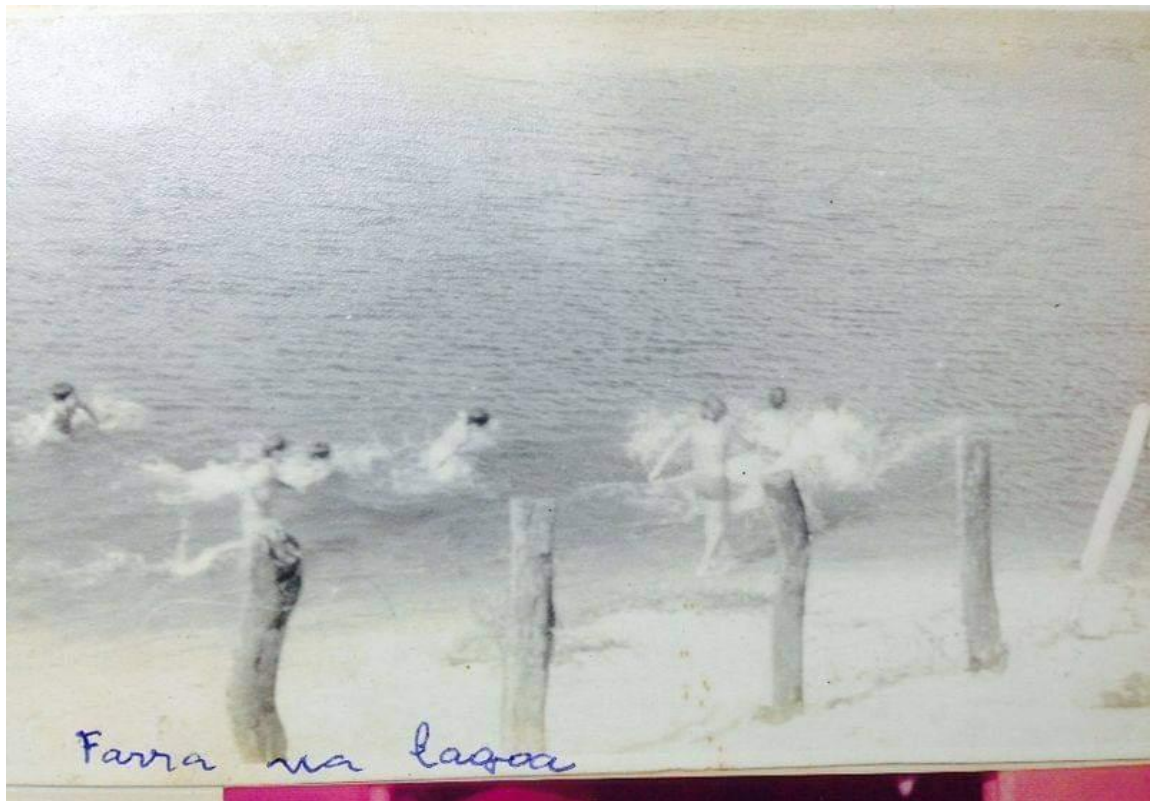


Fonte: PEREIRA DOS SANTOS (2010, p. 277)

A lagoa, por um determinado tempo, foi utilizada como reservatório de água. Gonçalves et. al (2023) destacam a urgência do cenário de perda de qualidade da água e ambiental da lagoa de Pituassu, devido, principalmente, a contaminação por fontes poluidoras, das falhas ao acesso a saneamento básico e das desigualdades socioespaciais. De acordo com Alcântara (2008), o PMP foi criado para proteger a barragem da lagoa e nesta existiam peixes nativos, mas depois que foram implementadas espécies exóticas, como tilápia, tucunaré e traíra, eles foram aos poucos se extinguindo.

Além da poluição afetar a qualidade da água, da biota e da fauna, a lagoa tem grande importância histórica e afetiva para a comunidade, as pessoas nadavam no local, como pode-se observar a figura 03. Além disso, há relatos de moradores, que existiam lavadeiras e pescadores na região, como pode-se observar na figura 04.

FIGURA 03: Pessoas nadando na lagoa



Fonte: Autoria de Hugo Maia, jornalista local (1992)

FIGURA 04: Pessoas com barcos a vela na lagoa de Pituaçú



Fonte: Hugo Maia, jornalista local (1991)

Com o passar dos anos, o índice da qualidade da água da lagoa foi diminuindo, há indícios da década de 1990 que a mídia local já contestava a omissão do estado perante a proteção dos mananciais e da própria lagoa, como pode-se observar nas figuras 05 e 06. Atualmente é proibida a entrada na lagoa por risco a saúde da população, portanto, infelizmente, muitos dos jovens e crianças da comunidade não possuem mais a conexão com a lagoa que os seus pais, avós e antepassados tiveram.

FIGURA 05: Lagoa do Parque de Pituacú está ameaçada pelo descaso

Biblioteca Pública do Estado

REGORTES

Título A TardeData 11/12/98 Pag. Cad. Ass. Pituocu Pasta Parques Nacionais

A TARDE ● Sexta-feira ● 11/12/1998

Lagoa do Parque de Pituacu está ameaçada pelo descaso

Luiz Stéfanes

A lagoa existente na área do Parque Metropolitano de Pituacu pode estar à beira da morte. A observação foi feita por moradores vizinhos ao parque, assustados com o surgimento e proliferação de plantas aquáticas no leito da lagoa. Segundo o escritor Manoel Muniz, mais conhecido como Maneca Muniz, residente no bairro há quase 30 anos, as plantas estão acabando com a oxigenação necessária para a preservação do lago, que dia a dia vai sendo engolido pela vegetação rasteira.

O escritor disse que a comunidade já solicitou à administração do parque e à Conder a limpeza e preservação da lagoa, mas nada foi feito. Uma rápida olhada no local mostra que a lagoa vem sendo tomada rapidamente pelas plantas. Observam-se, em certos pontos, matagais com quase um metro de altura e vegetação diferente das encontradas próximas das margens. Ele acredita tratar-se de um tipo de baronesa – conhecida por planta aquática que retém todo o oxigênio do ambiente em que prolifera.

O morador diz que essa situação está levando desequilíbrio ecológico à lagoa, questionando se a Conder não tem verbas para realizar a limpeza e a manutenção constantes da área. O escritor reclama ainda que, enquanto não são tomados os cuidados devidos para a preservação da lagoa, a Conder paga R\$ 35 mil mensais ao artista plástico Mário Cravo para que ele mantenha em funcionamento sua "oficina de arte", localizada dentro do parque, e restaure as peças em metal, "além de co-



Foto: Rajana Carneiro

A vegetação aquática está acabando com a oxigenação da lagoa local à sua disposição funcionários públicos custeados pelo estado".

Denúncia

Maneca Muniz também reclama do uso parcial do prédio construído na entrada do parque. Segundo ele, ali funciona apenas um restaurante, "explorado pelo artista plástico e sem concorrência pública", quando poderia abrigar uma escola pública para atender as crianças da comunidade. Muniz cita outro benefício concedido ao escultor que poderia ser traduzido em verbas para a preservação do parque; a edição e publicação de um luxuoso livro intitulado "Parque Metropolitano de Pituacu – Espaço Mário Cravo", bancado pelo governo estadual e que mostra as obras do escultor colo-

cadalem vários pontos do parque.

Para o escritor, todas essas verbas seriam melhor aplicadas na preservação ambiental do parque. Ele questiona ainda o projeto de construção da ciclovia que, na sua avaliação, estaria bloqueando o escoamento das águas pluviais em direção à lagoa. "Criou-se um anel que impede a passagem das águas, em clara agressão ao meio ambiente, com o agravante da presença de plantas aquáticas".

A equipe de A TARDE contatou a administração do parque no local e foi informada que qualquer esclarecimento sobre o assunto somente seria prestado pela Conder. A reportagem telefonou para a Conder e os assessores da companhia ficaram de retornar as ligações, o que não ocorreu até o meio da tarde.

Fonte: Jornal A TARDE (1998)

FIGURA 06: Lagoa de Pituaçu invadida por Salvíneas

Biblioteca Pública do Estado

RECORTES

Titulo

Date

Ass.

A tarde

21/01/00

Pag. 04

Cad.

1

Pasta

Parques e Lagos



A retirada das salvíneas dará maior equilíbrio ecológico à lagoa

Lagoa de Pituaçu foi invadida por salvíneas

BERNARDO DE MENEZES

Grande quantidade de plantas aquáticas conhecidas como salvíneas está sendo retirada da principal lagoa do Parque Metropolitano de Pituaçu com o objetivo, segundo a Conder, de promover um equilíbrio ecológico no local. Recentemente, um forte vento provocou o rompimento de uma contenção colocada em local mais afastado da entrada do parque e espalhou as plantas em direção à área de banho preferida dos frequentadores. Junto com as salvíneas há baronesas que precisam ser preservadas, o que exige cuidado na retirada.

Segundo a gerente de parques da Conder, Tânia Barros, as baronesas vêm perdendo espaço para a concorrente, de proliferação mais rápida, e isto não é bom. "Estamos tentando obter maior equilíbrio entre estas plantas" - disse, lembrando sua utilidade na filtragem da água, na formação de cadeia alimentar aquática, dentre outras vantagens. Contudo, não se pode

deixar que seu crescimento descontrolado impeça a penetração da luz. O biólogo e professor da Ufba, Edison Gouveia, profundo conhecedor do parque, adverte que elas são responsáveis pela absorção de boa parte da matéria orgânica e evitam, inclusive, a formação de maior quantidade de lama no fundo do leito.

— Atraem ainda pássaros que se alimentam de moluscos e insetos transmissores de doenças. "Há peixes que só se reproduzem nestas plantas" - disse o professor, lamentando sua drástica redução em outra lagoa importante, a do Abaeté, o que favoreceu o carreamento de areia para seu leito e a consequente redução de seu tamanho. Quanto à poluição do complexo lacunar de Pituaçu por esgotos domésticos (mesmo que em quantidade reduzida), esta só deverá estar solucionada após a conclusão da etapa local do Programa Bahia Azul, esperada ainda para este ano, segundo Tânia Barros.

Fonte: Jornal A TARDE (2000)

b) Parque Metropolitano de Pituaçu

Em 04 de setembro de 1973, foi criado, pelo Decreto nº 23.666, o Parque Metropolitano do Pituaçu, localizado à margem da Av. Luiz Viana Filho (BAHIA, 1973). Como dito anteriormente, o PMP foi projetado para conservar a barragem e a lagoa de Pituaçu. De acordo com os entrevistados do trabalho de Alcântara (2008), o parque nesse ano possuía cerca de 650 ha, porém, com o passar dos anos, foram criados diversos decretos diminuindo, em aproximadamente metade, o tamanho da sua área total a serviço de concessões e doações.

De acordo com Oliveira (2013), depois de tal decreto surgiram diversos atos normativos controversos que delimitaram a área do PMP, alguns deles são: a) Decreto Estadual nº 24.653/75; b) Decreto Municipal nº 4.756/1975; c) Decreto Municipal nº 5.158/1977; d) Decreto Municipal nº 6.888/83; e) Lei Municipal nº 3552/85; f) Decreto Estadual nº 1.028/88 (OLIVEIRA, 2013). Atualmente, o polígono do Parque é delimitado pela área total de aproximadamente 392,10 hectares conforme o Decreto nº 18.679 de 01 de novembro de 2018 (BAHIA, 2018).

Em 2006, o PMP foi nomeado como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável na categoria de Parque Urbano pela Lei n 10.431 de 20 de dezembro de 2006 no art. 74, inciso II, alínea “h”. O Parque é destinado ao uso público como educação, saúde, lazer e conservação da natureza, considerando os atributos culturais, naturais, sociais, históricos, cênicos e paisagísticos da região (BAHIA, 2006).

Com relação ao Plano de Manejo e o Zoneamento do Parque, em maio de 2022 o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) realizaram oficinas para elaboração destes documentos exigidos pelo Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) previsto na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e na Lei Estadual nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. De acordo com a SEMA (2022), foi articulado um espaço de debate sobre o tema envolvendo os moradores do entorno do Parque, líderes comunitários, membros do Conselho Gestor, ONG's, associações, poder público e universidades (SEMA, 2022).

FIGURA 07: 400 hectares de mata e muitas espécies da fauna

Biblioteca Pública do Estado
CORTES
Título: 400 hectares de mata e muitas espécies da fauna
Vol: 011/99 Pag: 13 Cad
An: 1999 Parque Pituaco / Parque

400 hectares de mata e muitas espécies da fauna

Mesmo carregando no seu histórico vasto legado de agressões, como os despejos de esgotos, as amálgamas, de colarinho e proletrias, o acesso indiscriminado por todos os lados e a flora capenga pela ausência de algumas árvores típicas da mata atlântica, o Parque Metropolitan de Pituaco, na Avenida Océano Magalhães, ainda carrega na imensidão dos seus 400 hectares, duas vezes maior do que o festivo Central Park, de Nova York, muitos motivos de alegria para a cidade. Os ciclistas que pedalam nos 16 km de ciclovia, os que vão fazer piquenique, banhos religiosos ou simplesmente banhar-se, ignoram a existência de 26 espécies de mamíferos, 114 de aves, 43 de répteis, 12 de anfíbios, cinco de peixes e sete de artrópodos (escorpiões, aranhas e afins), variedade bastante expressiva considerando os peixes, conforme o Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), responsável pela pesquisa, o que promove e lugar à condição de principal refúgio da fauna marinha da capital baiana. Agora, a Conder engaja promotores de várias ações para assegurar a preservação e otimizar a participação popular no Parque.

Levi Vasconcelos

O frango d'água pepeno é uma ave rara nesta região. Só existem ocorrências fora da Amazônia no Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em todo o Nordeste, não há antecedentes conhecidos sobre a presença da espécie. Justo por isso, nos dois anos em que passou pesquisando a fauna de Pituaco para elaborar o Guia que hoje serve de orientação para os visitantes, o biólogo Albano Pascoal, do Gamba, não escondeu a surpresa. "É uma raridade", encantou-se, mesmo tendo visto outras preciosidades, como a arara verde (maracá), já tida como extinta na capital baiana, ou a biguina, da qual ele, que é amador (coloca plaquetas nas pernas das aves para identificação) teve o prazer de registrar a ecológica ilustre presença pela primeira vez na Bahia.

O elenco da fauna de Pituaco vai longe. Lá, moram animais no seu estado mais original, dos quais só se tem notícias em locais mais ou menos preservados do interior, como a paca, a cotia, a raposa, a preguiça de coelha, gambá, tamandú, macaco, tatu, e cobra venenosa ou não. Nunca houve a pretensão de se encontrar lá uma onça, por exemplo, mas presença do jacaré-itinga ou preto foi demais. "A variedade nos surpreendeu muito, principal-

mente se levamos em conta a pobreza da vegetação, que só agora está em fase de regeneração", diz Pascoal, que agora realiza o levantamento da flora e constata, com tristeza, que o passado de fazenda da área resultou na erradicação de favores típicas como cedro, vaukoloco e jacarandá, embora a sucupira ainda seja abundante.

Poliuição

É justamente por causa da água e das plantas que Pituaco dá sinais. Nos últimos tempos, algumas espécies de plantas aquáticas que se alimentam de despejos orgânicos, especialmente a salvinha, típica de mananciais poluídos por esgotos, passaram a ter reproduções em larga escala. É sinal de que, de alguma forma, os quatro milhões de metros cúbicos do lago estão sentindo os reflexos do volume de esgotos que ainda caem lá. "As plantas impedem a passagem da luz solar e algumas espécies não resistem, além do que a poluição compromete a própria qualidade do banho", alerta Pascoal, observando que a área, identificada hidricamente como Baía de Pituaco, está incluída no cronograma de obras do Programa Bahia Azul. "Mas uma solução urge", ressalta.

O rigor com que o Gamba observa a incursão dos subprodutos da ci-

vilização no Parque inclui até mesmo alguns fatos inevitáveis, como o banho provocado pelos automóveis na Avenida Paralela. Nas imediações do Memorial de Luiz Eduardo Magalhães ele faz divisa com a pista. "Além disso há muita permissividade de ação e de acesso. Os pescadores, por exemplo, podem pescar em qualquer lugar. Para facilitar o trabalho eles abrem clareiras nas margens do lago, mantendo plantas, e ainda jogam lixo sólido, como plásticos e garrafas. Nós entendemos que as áreas de pesca devam ser pre-determinadas", diz.

O carro nós só utilizamos para fazer a ronda e prestar socorro a ciclistas, que não conhecem a pista e frequentemente se acidentam", afirma o cabo Ronaldo Passos dos Santos e o soldado Jonas Fontoura, que acompanhou a equipe de reportagem na viagem pela ciclovia. Eles garantem que assaltos praticamente não existem.

Tem três bares e restaurantes, uma sorveteria, quadras poliesportivas, lavanderia para evitar que as pessoas lavem roupa no lago, pontos de aluguel de bicicletas e pedálinho, esculturas do artista Mário Cravo e uma companhia da PM especializada em policiamento ambiental, com 80 homens, tudo instalado na entrada principal, em frente ao mar-gundo o Gamba, para quem pretende preservar o meio ambiente, está bom demais. Nem a Conder pretende ampliar o volume de construções pesadas.

Muitos religiosos frequentam o parque e aproveitam as águas da lagoa para batismos e rituais

O que fazer para melhorar a frequência de público a Pituaco sem prejudicar o meio ambiente? Segundo o Gamba, o local é ideal para caminhadas, passeios de bicicleta, andar nos locais indicados, passeios de pedálinho, piqueniques e observação da fauna e da flora, programa que, para a satisfação de todos, deve incluir na bagagem do visitante: casaca, binóculo, roupas de banho, protetor solar e sobretudo saco plástico para guardar o lixo. "Levar animais de estimação como cães, já-mais. O parque todos os dias recebe grande quantidade de pessoas, sendo que nos fins de semana e feriados conquista um público bem maior.

Carro no interior do parque é estritamente proibido. Só entra mesmo os veículos da Cia. de Polícia Ambiental e, assim mesmo, a uma velocidade máxima de 20 km/h. "Nós vemos com muita frequência os animais no meio da

O carrão é uma das inúmeras espécies que habitam o Parque de Pituaco há muitos anos

Proteção contra predadores Lago artificial inaugurado no início do século

— Nos maior objetivo no momento é cercar o parque com muros e alamedas, a depender do local, e principalmente conter as invasões", afirma o diretor de Operações da Conder Genário Lemos Couto, assinalando que todo o parque já está sendo feito.

haver implantações de 144 casas de moradores do Bate Facho, todos já cadastrados, para uma área próxima através do projeto Viver Melhor. O outro local que também sofrerá intervenções é o Alto do São João, onde as invasões também são proletárias, mas nem tanto. "Aí, um problema adicional: muitas pessoas criam animais domésticos, como cães, porcos, cabras, o que implica no risco de transmitir zoonoses para a fauna nativa.

Segundo Genário, fora a contensão de alguns pontos de despejo de esgotos, que demanda investimentos num sentido mais abrangente do ponto de vista urbano, já que as emissões extrapolarão, e muito, os limites do parque, algumas providências para evitar práticas predadoras que antes aconteciam foram tomadas.

Além da construção das lavanderias que utilizavam o lago também foram erguidos pontos para as banhas do acarajé lavarem o feijão, outro tipo de atividade que era feita nas bordas do lago.

— Os esforços têm sido feitos. A criação da polícia da Cia. de Guarda Ambiental, com 80 homens, representou um avanço significativo. A polícia tanto da segurança e assistência aos frequentadores do Parque como ainda é fundamental na preservação da área", explica. Ao longo dos 16 km de ciclovia há vários postos avançados em que a PM dá plantão diariamente.

Preservar a natureza, proteger os mananciais hídricos, permitir a realização de atividades científicas, educativas e recreativas, estão a criação do Parque Metropolitan de Pituaco, em 1973. Apesar das agressões, vem cumprindo o seu papel. No ano passado, o então governador Paulo Souto inaugurou a maior parte da estrutura da entrada principal atual e o governo não pretende fazer maiores investimentos, apenas ajustes. "Pretendemos, além de evitar os problemas já existentes, abrir um novo acesso pela Paralela, mas tudo é apenas cogitação", ressaltou Genário Lemos Couto.

Ao contrário do que muita gente pensa, Pituaco é um lago artificial. Foi inaugurado em 1906, tempo em que se chamava Pituassu, pelo prefeito Antonio Carneiro da Rocha, tendo como arquiteto Theodor Sampaio e fiscais de obra Epaminondas Torres e Francisco de Souza, conforme a placa inscrita na barreira de quase 100 metros de largura, próximo da invasão do Bate Facho. A intenção não era ecológica e sim criar um manancial para o abastecimento de água de Salvador.

Os limites são pontos bem conhecidos da capital baiana. De um lado a Avenida Océano Magalhães, na orla, de outro, ao norte, um dos campos da Universidade Católica de Salvador, ao leste a Avenida Paralela e ao sul o Imbuê e a Avenida Jorge Amado, onde ficam as invasões. O parque foi criado pelo decreto estadual 23.666 de 4/9/1973, inicialmente com 660 hectares dos quais restam 425 hoje. Em 1975, a Conder definiu como prioridade para o parque, no documento Diretrizes Políticas da Região Metropolitana de Salvador, a preservação ecológica do parque.

O carro nós só utilizamos para fazer a ronda e prestar socorro a ciclistas, que não conhecem a pista e frequentemente se acidentam", afirma o cabo Ronaldo Passos dos Santos e o soldado Jonas Fontoura, que acompanhou a equipe de reportagem na viagem pela ciclovia. Eles garantem que assaltos praticamente não existem.

Tem três bares e restaurantes, uma sorveteria, quadras poliesportivas, lavanderia para evitar que as pessoas lavem roupa no lago, pontos de aluguel de bicicletas e pedálinho, esculturas do artista Mário Cravo e uma companhia da PM especializada em policiamento ambiental, com 80 homens, tudo instalado na entrada principal, em frente ao mar-gundo o Gamba, para quem pretende preservar o meio ambiente, está bom demais. Nem a Conder pretende ampliar o volume de construções pesadas.

Passeio de pedálinho pela lagoa é uma das inúmeras opções de lazer para os visitantes no parque

c) Comunidade do bairro Pituaçu

O território do Pituaçu é uma região elitizada de Salvador, o privilégio de morar próximo de umas das maiores áreas verdes da cidade é muito disputado e “caro”. Porém, existem formas de ocupação irregulares que demonstram a resistência das camadas mais pobres da sociedade de exigir o direito de morar próximo a áreas verdes e a qualidade de vida. A Comunidade de Pituaçu, como nomeia-se os agrupamentos de moradores do Alto do São João, Jardim Imperial, Bate-Facho e de outras comunidades urbanas localizados no território do Pituaçu, historicamente apresentam resistência e organização popular pela luta por terra e moradia.

De acordo com jornais da década de 1990, os agrupamentos começaram a se formar a partir de 1979, como é possível compreender através da leitura da figura 08 do Jornal A Tarde de 21 de outubro de 1994. O bairro historicamente é marcado pela desigualdade social e racial, ao mesmo tempo que existiam/existem casas luxuosas, a comunidade lutava por território e pelo acesso à saúde, saneamento, segurança e educação. Infelizmente, alguns destes problemas permanecem até os dias atuais. Vale constar que em 2 de outubro de 1984 foi instituída, pela lei ordinária 4.306, a Associação de moradores de Pituaçu (BAHIA, 1984). Porém, de acordo com o Jornal a Tarde (1994) em 1985 foi fechada (Figura 08).

FIGURA 08: Jornal A tarde de 21 de outubro de 1994

Pituaçu reúne ao mesmo tempo beleza e miséria

Quem passa pelas avenidas Pinto de Aguiar e Jorge Amado fica deslumbrado com o visual de belas casas — verdadeiras mansões — o Parque Metropolitano de Pituaçu, repleto de esculturas de Mário Cravo, e o mar. Não imagina o que se esconde por trás de tanta beleza e luxo. São milhares de barracos e casebres, amontados em ruas sem asfalto, sem rede de esgoto, iluminação, segurança ou qualquer tipo de infra-estrutura. Essa é a realidade do bairro de Pituaçu, originado por várias e sucessivas invasões, iniciadas na década de 70, primeiro por pessoas carentes, depois pelas chamadas invasões de "colarinho branco", onde predominam residências privilegiadas.

Um bairro de grandes contrastes, Pituaçu abriga uma população de diferentes níveis social e cultural, que convivem numa espécie de "caos harmônico". Com o passar do tempo, Pituaçu subdividiu-se em vários "novos bairros". São as invasões do Golfo Pérsico, Jardim Imperial, Kuwait, Imã Dulce, Bate-Facho, Alto de São João e Alto do Beira Mar, entre outras. Essas pequenas localidades, assim como Pituaçu, no geral sofrem o descaso das autoridades.

Em ruas como a da Amendoeira, por exemplo, o esgoto corre a céu aberto, a coleta de lixo não é efetuada e os carros simplesmente não sobem a rua em dia de chuva. Não existe asfalto em praticamente todo o bairro, à exceção de uma ou duas ruas. Na lama, contaminada pelo esgoto, crianças, cães e porcos se misturam. Os dejetos que descem da Rua da Amendoeira desaguam na Rua Netuno e numa lagoa menor, dentro do Parque Pituaçu, causando, além dos riscos de saúde, transtornos aos moradores.

A Rua Netuno é uma das mais prejudicadas com os alagamentos, provocados pelas chuvas. Vizinha do Parque Metropolitano, a Netuno não tem pavimentação e a lama espessa não permite a passagem de veículos. Para se ter uma idéia, há algumas semanas, um caminhão atolou no local e só pode ser retirado com a ajuda de um guincho.

A QUEM RECORRER?

Os moradores não sabem o que fazer para resolver os problemas que afligem a comunidade. Sem uma associação de moradores, fechada desde 1985, alguns habitantes do local resolveram fundar o Conselho de Moradores de Pituaçu, em maio deste ano. O presidente do conselho, que fica na Rua João Paulo II, Erivan Solimões, conta que os moradores aban-

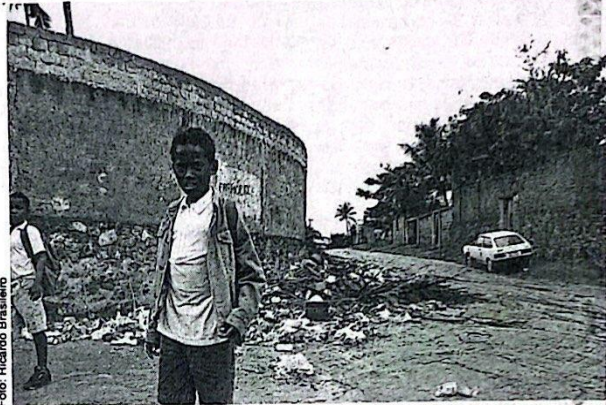


Foto: Ricardo Brasileiro

Muito lixo nas ruas sem calçamento mostra o caos em Pituaçu

donaram a associação por problemas de política interna. O conselho conta hoje, com 20 integrantes e "está aberto para todos da comunidade que queiram participar", declarou Erivan. De acordo com ele, o conselho foi criado por moradores de algumas ruas que queriam negociar com o governo a construção de uma rede de esgoto. Recorreram à Sumac e chegaram a terminar o projeto de saneamento, mas na hora "H" o órgão alegou falta de recursos. Após recorrerem a diversos políticos, os moradores conseguiram ajuda com o vereador Domingos Bonifácio (PPR). O estado se interessou e, em setembro de 94, a rede de esgoto estava pronta. "Agora só falta a Conder — Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador — colocar o asfalto, para escoar a água da chuva", salientou Erivan Solimões.

De acordo com o presidente do conselho, as principais reivindicações dos moradores de Pituaçu são o asfaltamento, um posto policial, novas linhas de ônibus, a reativação do posto de saúde, com médicos, equipamentos e material, saneamento básico e,

principalmente, os registros das escrituras dos terrenos e casas — muitas delas já pertencentes aos moradores por usucapião — e alvarás para pontos de comércio. "A prefeitura se recusa a admitir a nossa existência. Nós pagamos ICMS e Imposto de Renda, ou seja, contribuimos com o estado e com a União. Só o município não quer receber nossos impostos", desabafou Erivan.

A legalização da posse da terra é de extrema importância para os moradores de Pituaçu. "Já tentaram desapropriar as terras duas vezes. Uma na gestão de Renan Baleeiro e outra na de Manoel Castro. Precisamos da segurança da posse de nossa terra", continuou o presidente. A Conder iniciou ontem as obras para finalizar o Parque Metropolitano de Pituaçu e anunciou aos moradores que abrirá licitação pública para a exploração comercial do local. "Agora, mais do que nunca, precisamos das escrituras e alvarás, pois pedimos à Conder que dê prioridade aos comerciantes locais para a exploração do lugar", ressaltou Erivan Solimões.

Primeira invasão foi em 79

A área do Parque Metropolitano de Pituaçu está situada onde, antigamente, ficava a Fazenda Pituaçu. Depois passou a ser um sítio pertencente ao presbitério norte-americano. A primeira invasão ocorreu por volta de 1979, quando professores e alguns artistas tomaram posse do sítio. Depois disso, as invasões não pararam mais. O parque, hoje, conta com uma ciclovia de 17km, com trechos já danificados, a Lagoa de Pituaçu, que é belíssima, alguns brinquedos para as crianças e as lindas esculturas, dentre outras atrações.

Já o bairro de Pituaçu pertencia ao Mosteiro de São Bento. O fato foi descoberto através da pesquisa que está sendo feita pelo advogado contratado pelo Conselho de Moradores. O Mosteiro, no entanto, apresentou uma certidão onde consta que as terras foram doadas para a prefeitura de Salvador. Os moradores de Pituaçu só não compreendem o porquê de a mesma não conceder as escrituras dos terrenos e casas aos seus atuais e legítimos donos: os moradores.

Além da comunidade de Pituaçu possuir ancestralidade afroindígena por estar localizada na cidade de Salvador como dito anteriormente no tópico “4.1”, a comunidade possui ancestrais ciganos. Há registros, como descrito no Jornal Bahia Hoje de 31 de julho de 1994 figura 09, que existia uma ocupação cigana no território.

FIGURA 09: Ancestralidade cigana jornal Bahia Hoje 31 de julho de 1994



Fonte: Jornal Bahia Hoje (1994)

O bairro de Pituaçu possui historiadores e pessoas que foram importantes para a conservação da natureza local, cultura e do território. Uma dessas pessoas é a conhecida popularmente como Maria das Cabras (figura 10), a guardiã dos animais. Até hoje sua história é contada e lembrada, em escolas, por moradores locais, no parque, na capoeira e outros. Seu Maneca Muniz (2011), artista e escritor local, escreveu uma resenha sobre ela:

“Figura Folclórica do Bairro de Pituaçu. Contam que chegou ao bairro nos anos 50. Era vista geralmente ao entardecer atravessando a lagoa num pequeno barco, que ela remava sozinha, levando cabras e outros animais para o outro lado da lagoa, numa ilha em frente às casas da vila. Dizia ser dona da ilha e era mesmo, pois, a ninguém pertence e ela cuidava daquele lugar como se fosse um filhote recém-nascido (...). anciã de cabelos nevados e longos que sempre era vista com um cajado em uma das mãos e na outra um facão a tanger seus bichinhos durante o dia. À noite a coisa mudava, pois, contam que ela conversava com as cobras e as corujas. (MUNIZ, 2011)

FIGURA 10: Maria das Cabras



Fonte: Hugo Maia, jornalista local (s.d.).

Outra característica da comunidade é a abundância de artistas e espaços culturais. Maneca Muniz, artista, escritor, militante, escultor e entre outras coisas, é uma figura de destaque no bairro de Pituaçu. Em seu livro, amigos, como Guido Guerra, contam histórias sobre a sua importância no bairro, além de lutar pelos direitos à moradia, saúde e educação do território, retoma aspectos comunitários de colaboração comunitária, seu carro era socializado para a comunidade utilizar em casos de urgência, como partos, doentes, idosos e outros casos (MUNIZ, p.6, 2011).

4.1.1. Atores Sociais da comunidade

No presente estudo dialogou-se com as seguintes instituições e organizações sociais (as quais as autorizações com a permissão para uso do nome da instituição estão em anexo):

a) Bumbá– Escola de formação artística

A Bumbá – Escola de formação artística fundada em 2009, atua na área de defesa dos Direitos Humanos no território de Pituaçu, próximo a comunidade do Jardim Imperial (IPEA,

2023). O projeto realiza ações em rede com a Escologia através do trabalho da horta comunitária com as mulheres da comunidade. Além disso, durante o ano realiza aulas de teatro com uma apresentação na época natalina no Circo Picolino.

b) Projeto Escologia

O Projeto Escologia realiza ações culturais, esportivas, educativas e socioambientais desde 1983. O fundador, Antônio Carlos de Oliveira, foi militante durante a ditadura militar e desenvolveu o Projeto Escologia, por meio da realização de diversas vivências educativas e de conexão com a natureza, através do lema “conhecer como forma de preservar”.

c) Festival Alternativo

O Festival Alternativo (FA) é um evento anual organizado pela comunidade através do “Pituaçu em Rede Afetiva”, que é um coletivo formado em rede pelas organizações, projetos e atores sociais da comunidade para a realização do FA. Durante o ano são realizadas diversas ações para integração com a comunidade e divulgação de artistas locais e do próprio Festival, ocupando espaços públicos como o Parque Metropolitano de Pituaçu e o seu entorno.

d) Semei Felicidade

O Semei Felicidade (GLOBO, 2022) é um projeto que realiza trabalhos socioambientais e culturais. Possui como objetivo semear a felicidade por meio da restauração do ambiental e por meio da realização de ações educativas na comunidade e em outros territórios.

4.2. Procedimentos de Pesquisa

A pesquisa classifica-se como qualitativa. De acordo com Ludke e André (1986) o ambiente natural é sua fonte direta de dados, no qual os problemas estudados ocorrem naturalmente. Os dados são predominantemente descritivos, o processo possui grande importância para o pesquisador(a) e a análise dos dados acontece de forma indutiva, ou seja, as abstrações acontecem com o passar da análise dos dados.

Com o leque de tipos de abordagens metodológicas em pesquisas qualitativas, destaca-se, no caso deste trabalho, o estudo de caso. Tal abordagem caracteriza-se por estudar uma

unidade em particular, ou seja, o interesse incide naquilo que é único, mesmo que posteriormente tal caso possua semelhança com outras situações e possa ser usado como modelo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

É uma investigação empírica que busca responder, de forma explicativa, “como” e “porque” as questões de pesquisa se desenrolam em um conjunto de eventos contemporâneos (YIN, cap.1, p. 10-11, 2015). Existem dois tipos de pesquisa nessa mesma categoria, são elas estudo de caso único e estudo de caso múltiplos. No caso deste trabalho, utilizou-se o estudo de caso único pois possui um caráter crítico, podendo ser utilizado para discutir proposições ou se algum conjunto alternativo de explicações é mais relevante, o que pode contribuir com outras futuras investigações (YIN, cap.2, p. 54).

A presente pesquisa busca responder “como” e “porque” o diálogo com as margens pode contribuir para a construção de políticas públicas de educação ambiental climática, utilizando o caso específico do bairro Pituaçu localizado na cidade de Salvador do estado da Bahia. Portanto, é adequado nomear os procedimentos adotados nesta pesquisa como sendo estudo de caso único.

Além disso, o estudo de caso pode englobar projetos holísticos ou unidades integradas de análise. Nesta pesquisa será utilizada a última, integrando subunidades de análise complexa (YIN, cap. 2, p. 58-59, 2015). Foram mapeadas ações educadoras ambientais ou que possuem potencial de contribuir com o diálogo, a partir das margens, para a construção de políticas públicas de educação ambiental, como o Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador.

Utiliza-se nesta pesquisa alguns conceitos da Etnopesquisa Crítica elaborada por Roberto Sidnei Macedo (2010), pois este trabalho defende a inclusão da política do cotidiano na construção de políticas públicas EA e nesta perspectiva a pesquisa “(...) deixa ser um privilégio de poucos iniciados, transforma-se numa prática cotidiana a serviço de uma percepção educativa eminentemente democrática”, preocupada na escuta, na análise da complexidade da realidade e na busca pela transformação, de forma *intercritica*. (MACEDO, 2010, p. 47).

A bairro Pituaçu crítica exige das pesquisadoras e dos pesquisadores o exercício da cidadania. Devem ser engajados a uma pedagogia crítica na qual estejam sempre aprendendo e reaprendendo “os caminhos que eles têm de tomar para ver o mundo em torno deles, (...) com o compromisso de fazer ciência com consciência crítica” (MACEDO, p. 45). Para isso, o autor compreende que é preciso estar *in situ* no trabalho de campo, principalmente, para o caso da

observação de campo, que pode contribuir posteriormente para pesquisas estatísticas (MACEDO, 2010, p. 83).

Portanto, este trabalho, classifica-se como pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso único que utiliza unidades integradas de análise, combinando alguns instrumentos de coletas de dados como: I) Análise de artigos e bibliografias; II) Análise documental, III) fotografia e IV) Observação participante. Segue a explicação do procedimento em cada item abaixo:

- I) Análise documental: Análise do Plano de Manejo do Parque Metropolitano de Pituçu; das atas das reuniões do Conselho do PMP (4 de agosto de 2023; 6 de outubro de 2023; 13 de abril de 2024; 15 de junho de 2024 que estão no tópico 7.1); a da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA do PMP); e jornais ;
- II) Fotografias: de ações e espaços educadores ambientais no bairro que podem contribuir para o enfretamento das Mudanças Climáticas, porém sem expor os rostos dos atores. Tal instrumento de coleta de dados captura a realidade do momento, como também o imaginado, a fantasia. Na pesquisa, a fotografia pode servir como fonte de dados ou como objeto de estudo, instrumento ou resultado. Além disso, o valor epistêmico da imagem possui grande relevância na ciência, através dela podemos comprovar uma realidade e trazer informações sobre o mundo (SANTOS, 2000). A fotografia é uma forma de registrar as observações, auxiliando a pesquisadora a descrever o local (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Para Novaes a fotografia pode ser um recurso estratégico para complementar as observações do caderno de campo do(a) pesquisador(a), colaborando com olhar sensível ou, por exemplo, com a densidade visual do registro (NOVAES, 2019). Além disso, as fotografias possibilitam detalhar as cenas com aspectos talvez despercebidos pelo(a) pesquisador(a) durante a entrevista, evitando a necessidade do(a) pesquisador(a) ter que voltar ao campo, por exemplo (COLLIER JR, 1973). É importante ressaltar também nesse processo a relação de confiança da pesquisadora com as pessoas envolvidas e fotografadas, quando elas estão em situação de risco (NOVAES, 2019);
- III) Observação participante: Observou-se, de forma participativa, as reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental do PMP, a qual a pesquisadora faz parte; do Conselho do PMP e algumas das atividades desenvolvidas pelos atores da comunidade. A pesquisadora anotou suas observações e reflexões no diário de

pesquisa, bem como suas vivências e sentimentos relacionados a experiências no território. É importante ressaltar que os sujeitos envolvidos nas observações tiveram seus direitos resguardados e não serão expostos - os nomes dos sujeitos não foram divulgados. Na observação de campo, as informações não oficiais possuem grande importância para a compreensão real dos procedimentos burocráticos, bem como questões como a posição do observador perante os atores estudados, por exemplo. A Caracterização sobre os meios de acesso e como se deu o contato inicial com os sujeitos, são situações cruciais para as conclusões da pesquisa (MACEDO, 2010, p. 86-87). É importante pontuar que nem a pesquisa, nem a pesquisadora são neutros, como compreende Sidney Macedo (2010, p. 96), “a ciência não é neutra porque seus usos e frutos são apropriados por alguns segmentos e não por todos, e porque transformou em instrumento de regulação social em benefício de um determinado status quo”. Portanto, as experiências, vivências e relações nutridas pela pesquisadora são reflexos de sua realidade.

A observação participante, uma das técnicas do bairro Pituacú, assume, de acordo Macedo (2010, p. 96) o sentido de pesquisa participante. Pois o envolvimento do pesquisador na situação estudada é essencial; e os atores participantes também têm que se envolver na pesquisa, de forma que os pesquisadores e pesquisados formem uma comunidade engajada na “busca do conhecimento: o conhecimento é gerado na prática participativa que a interação possibilita”. Na medida que essas relações se estreitam, através da *práxis*², o saber popular conflui com o saber científico para a produção de conhecimento (MACEDO, 2010, p. 97). No caso deste trabalho, utiliza-se a *observação participante ativa*, a qual o pesquisador não pertence a realidade estudada, mas se empenha a adquirir um reconhecimento e aprovação do grupo estudado, o que lhe permite participar ativamente das atividades (MACEDO, 2010, p. 100). Além disso, para proteger e resguardar os direitos dos envolvidos na pesquisa, a Resolução CNS nº 466/ 2016 declara a necessidade da elaboração do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), este documento explicita o consentimento livre do participante.

Vale constar que de acordo com o documento de Ética em educação elaborado pela ANPED (2019):

² Para Paulo Freire (2022, p. 52) a *práxis* é a reflexão e ação das pessoas sobre o mundo para, assim, transformá-lo.

“A confidencialidade não se aplica quando as fontes da pesquisa já são públicas. Isso acontece, por exemplo, quando um pesquisador se utiliza de relatos extraídos de histórias de vida publicadas bem como outras narrativas ou relatos de experiência publicizados anteriormente por seus protagonistas; quando a observação se dirige para atividades que se realizam em locais públicos como, por exemplo, um show, uma manifestação de rua, uma aula aberta. Também não entra em questão a confidencialidade quando o pesquisador usa registros e dados agregados como é o caso de sensores, de estudos estatísticos, de bases de dados e de outras fontes quantitativas, cujos os dados não podem ser identificados aos indivíduos que compuseram suas fontes primárias” (ANPED, 2019).

Portanto, a confidencialidade não se aplica aos casos da confiabilidade da história de Maria das Cabras, referência de mulher lutadora da comunidade e as atividades públicas desenvolvidas nessa pesquisa. Porém os grupos e atores participantes assinaram os documentos TCLE (ANEXO I) e o Termo de autorização de uso de nome da instituição (ANEXO II) que estão em anexo neste trabalho.

Quanto ao procedimento adotado para interpretar os dados, foi adotado o da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), o qual visa manipular os dados por meio da formulação de indicadores para a compreensão da realidade além da mensagem propriamente dita (BARDIN, p. 46, 1977) utilizando mecanismos de diversas áreas do conhecimento, como a estatística lexical, descrição do vocabulário, estudos científicos e a lexicologia (BARDIN, p. 44, 1977). Tal método segue os seguintes passos: I - pré-análise; II - exploração do material; III - o tratamento dos resultados, a dedução e a interpretação (BARDIN, p. 95, 1977), os quais serão explicados detalhadamente a seguir:

- I) Pré-análise: Tal fase visa a organização do processo de análise através da sistematização das ideias e realização de um planejamento, elaborando, assim, um esquema que guie o processo de forma flexível (que seja possível incluir novos procedimentos no percurso), porém com precisão. Portanto, foram escolhidos os materiais de análise, a formulação das hipóteses e o alinhamento com o objetivo da pesquisa e elaboração de indicadores que contribuem para a conclusão. Ainda de acordo com Bardin, segue os passos para a realização de tal fase (1977, p. 95 - 100):

- a) **Leitura flutuante:** foi realizada uma leitura dos documentos a serem analisados com o objetivo de obter as primeiras impressões sobre o material;
 - b) **Escolha dos documentos:** foram escolhidos os documentos (atas de reuniões do Conselho do Parque Metropolitano de Pituacú) e as anotações sobre as observações das atividades realizadas pela pesquisadora, para serem analisados confluindo com o objetivo da pesquisa e buscando responder às perguntas previamente formuladas, utilizando como orientadores as regras de “exaustividade”, “representatividade”, “homogeneidade” e “pertinência” de Bardin (BARDIN, 1977, p. 96 - 98);
 - c) **Integração com o objetivo da pesquisa:** foi realizado um alinhamento do esquema proposto do planejamento com o objetivo do trabalho, a realização de um quadro no qual os resultados obtidos serão utilizados para responderem às perguntas da pesquisa;
 - d) **Referências e elaboração dos indicadores:** Através da determinação de hipóteses é possível a escolha de índices, que podem, por exemplo, ser a menção explícita e repetitiva sobre um determinado tema. Através da escolha de índices é possível construir indicadores, para isso foram feitos recortes de textos e categorias para análise temática e codificação dos dados;
 - e) **Preparação do material:** nesse momento foi realizado uma organização do material, como: cronológica, criação de esquemas, classificação equivalência e outras técnicas que facilitam o tratamento dos dados.
- II) Exploração do material: esta etapa é basicamente a realização sistemática do esquema elaborado do item anterior, por meio da codificação em função das regras pré-determinadas;
- III) Tratamentos e interpretação dos resultados obtidos: Nesta última etapa os dados brutos foram tratados para que proporcionem informações e reflexões, além da mensagem

propriamente dita e com a confluência de ferramentas estatísticas, elaboração de gráficos e elaboração de quadros e informações que condensam os resultados para a análise.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, o Brasil está passando por um processo de redemocratização no qual os espaços de participação nas políticas públicas estão sendo retomados e no campo da Educação Ambiental, o protagonismo das margens, torna-se essencial para o exercício da democracia e cidadania.

Nesse contexto, para se compreender a importância do diálogo com as margens na elaboração de políticas públicas de educação ambiental é importante, primeiramente, refletir sobre conceitos como progresso e desenvolvimento e como estes se entrelaçam com o conceito de políticas públicas diante da atual crise civilizatória (cap. 5.1).

Em seguida, uma síntese (cap. 5.2) sobre o papel da educação ambiental nas políticas públicas, em panorama mundial, nacional, do estado da Bahia e municipal (Salvador). No tópico 3.3 busca-se evidenciar as encruzilhadas entre as políticas públicas de educação ambiental e as Mudanças Climáticas (cap. 5.3). Por último, a importância do diálogo e protagonismo das margens na elaboração de políticas públicas de EA (cap. 5.4).

5.1. Progresso, desenvolvimento e políticas públicas

Segundo Heidemann (2009), o “mito do progresso” se consolidou na Europa no período da Renascença entre os séculos XV e XVI e atravessou o oceano com a missão da colonização, atingindo, inclusive, o território da América Latina, sendo nomeada por Antônio Bispo (2015) denomina como colonização afro-pindorâmica³. Acosta (2016) aponta que o conceito de “progresso” na América Latina, emergiu com a colonização fundamentada pela ideia de um progresso civilizatório que se deu pela expansão do território europeu e pela exploração do ser humano e da natureza.

Tal progresso baseava-se na ideia de uma superioridade civilizatória europeia, perante aos povos originários e povos africanos que foram sequestrados e levados para as Américas

³ De acordo com Bispo (2015) Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani que nomeia o território que hoje chamamos de América do Sul. O termo colonização afro-pindorâmica é o nome dado, pelo autor, que se refere ao processo de colonização das Américas.

para serem escravizados. A ilusão do progresso, sustentou e incentivou o genocídio e a escravidão desses povos e financiou a exportação da natureza aos países europeus, promovendo, assim, o enriquecimento e acumulação de capital na Europa para a consolidação, em seguida, do capitalismo (ACOSTA, 2016; SANTOS, 2016). Desde então, o progresso resultou em processos de exploração e desigualdade social e racial.

O “mito do progresso” se consolidou em meados do século XVII na chamada era da Modernidade, mas chegou ao seu ápice no século XIX com uma visão romântica de crescimento e ascensão baseada na realização material crescente. No Brasil, o lema do progresso foi, inclusive, estampado na bandeira do país. Nesse momento, ainda não existia uma política de progresso nos moldes das políticas de desenvolvimento pautadas na atualidade, o mercado se autorregulava.

A ausência do Estado em tais setores, na forma de leis e regulamentações ou políticas governamentais ou públicas, é denominado Estado mínimo, o que garantia a ampla liberdade do mercado de expansão e competição. Porém, o liberalismo acentuou diversos problemas sociais e socioambientais que refletem até os dias de hoje. Além disso, esses problemas foram acentuados por duas guerras mundiais no século XX e uma “Grande Depressão” econômica, a crise de 1929 nos Estados Unidos. Nesse momento tornou-se necessário o crescimento do papel do Estado, ampliando sua função para a promoção do desenvolvimento social. Nesse mesmo período no Brasil, iniciou-se um processo de industrialização e de regulação da economia, criando-se leis trabalhistas. (HEIDEMANN, 2009, p. 26).

Ainda segundo Heidemann (2009), a partir daí os países foram classificados por indicadores de desenvolvimento: países desenvolvidos (majoritariamente países do norte, industrializados e colonizadores); países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (países do sul que majoritariamente foram colonizados e estavam em processo de industrialização). Nessa perspectiva, iniciava-se uma busca idealista de alcançar o selo de país desenvolvido. Para Acosta (2016), firmou-se nesse momento as bases conceituais de um outro tipo de imperialismo: “o desenvolvimento”.

Em 20 de janeiro de 1949, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, nomeou o seu país como referência global de progresso e indicou que os países subdesenvolvidos deveriam seguir seu modelo de Estado para alcançar a superação de seus problemas, que ironicamente foram gerados pela exploração e colonização dos países ditos desenvolvidos. Converteu-se uma exigência global de doutrina ao modelo norte-americano, herdeiro de muitos valores europeus (ACOSTA, 2016, p. 45).

Para Santos (2007), a divisão entre países ditos desenvolvidos e aqueles que buscam o desenvolvimento, é determinada por uma linha abissal que separa a humanidade e arrasta as sequelas coloniais até os dias de hoje. As colônias representam um modelo de exclusão que permanece na Modernidade desde o período colonial e que a criação e negação das subordinadas colônias fazem parte de princípios e práticas hegemônicas.

Nessa mesma perspectiva, no campo ambiental, fundamentou-se a ideia do desenvolvimento sustentável. Segundo Sorrentino et. al (2006), tal conceito passou a ser utilizado, após a primeira ministra da Noruega, Gro Brudtland, ter publicado o conhecido “Relatório Brudtland” na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. A partir desta publicação, o conceito começou a ser utilizado nas políticas de desenvolvimento e associando a pautas socioambientais. Porém ainda, visando o crescimento e o progresso, reconhecendo a natureza apenas como um “recurso natural” ou “matéria-prima” que serve a uma parcela da população dominante que detém o monopólio do capital. Ainda segundo o autor, tal termo sustenta estruturas de exploração da natureza e de seres humanos, reproduzindo diversas injustiças ambientais e a falta de cidadania.

Bispo (2015, p. 98) compreende que o termo “Desenvolvimento Sustentável” ainda apoia uma visão colonizadora de uso indiscriminado da natureza nos processos de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo. Propõe na contramão, o processo de biointeração com todos os elementos do universo de forma integrada. Dessa forma este mesmo autor cita um exemplo:

(...) a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. (2015, p. 85).

Nesse cenário nasce a ânsia por uma transformação socioambiental da forma que vivemos, que nos relacionamos com a natureza, com todos os seres e elementos que dividem essa casa chamada Terra. Nessa perspectiva, o Bem Viver nasce através de lutas populares contracoloniais como uma alternativa ao desenvolvimento, o que Acosta (2016, p. 76) define como “uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo”, recuperando o sentido de comunidade substituído pela competição do neoliberalismo. O Bem Viver, reúne as práticas, sabedorias e experiências dos povos indígenas e as contribuições da vida comunitária que também é marginalizada e que resiste aos sistemas dominantes de colonização, como as periferias.

O Bem Viver propõe o enfrentamento deste modo vida eurocêntrico e capitalista, defende o abandono do discurso do desenvolvimento, com raízes coloniais, justificado por ideias excludentes. É proposto um discurso contra hegemônico (ACOSTA, p. 34), plurinacional, que respeita a multiculturalidade e a prática da interculturalidade. Incorporando nesse processo perspectivas distintas de sociedade, sem exclusão, construindo um caminho democrático, circular e de conexão com a Natureza, entendendo que também fazemos parte dela (ACOSTA, p. 148). Nessa relação com a natureza, é preciso um equilíbrio, entre o que nós podemos usufruir para viver e o que nós podemos devolver a ela, isso é o Bem viver (KRENAK, 2020).

O Bem viver tem origem ameríndia, uma prática ancestral dos povos Quechua e Aymara que viviam na cordilheira dos Andes. Estas comunidades tinham uma cosmovisão em comum, constituída pelo viver em coletivo e na valorização da importância de todos os outros seres os quais compartilham o ar, a água, a terra, a Mãe Terra, nomeada por essas comunidades como *Pachamama*.

O Bem viver é um modo de viver a vida, uma forma de ver e habitar o mundo. É uma sabedoria orgânica que desenvolve o ser na terra, já o viver bem (bem-estar), de origem colonizadora, é um saber sintético que é baseado no ter (BISPO, 2018). O Bem Viver recupera o conceito de viver em comunidade, por meio da sabedoria ancestral de comunidades indígenas, quilombolas e daqueles que defendem e vivem uma cosmovisão diferente da ocidental, por meio de lutas descolonizadoras (ACOSTA, p. 72, 2016) ou como diz Bispo (2018) “contracolonizadoras”. Para a superação da visão colonizadora e capitalista, é preciso uma confluência entre os saberes, a qual permita um equilíbrio entre as civilizações, que são diversas, confluindo as formas de habitar o espaço.

Nesse sentido, Antônio Bispo (2015, p. 42), descreve as manifestações culturais dos povos afro-pindorâmicos organizadas em estruturas circulares com diversidade de participantes, fundamentadas em princípios comunitários, que são verdadeiros ensinamentos de vida. As pessoas entram na roda não para competir, mas para participar de forma integrada, do individual para o coletivo. Como, pode-se citar, o exemplo da capoeira (criada pelos povos afro-pindorâmicos), numa roda de capoeira, regida pela sabedoria da comunidade e do que aprendemos com a vida, mesmo que uma pessoa não saiba jogar ela pode entrar na roda, o que demonstra a visão integradora do processo organizativo da coletividade. Eis a importância da diversidade das cosmovisões das sociedades.

Além do resgate integrador das cosmovisões afro-pindorâmicas, Bispo (2015, p. 90), chama a atenção para a relação biointegradora com todos os elementos da natureza. Pois sem a terra, a água, o ar e o fogo não haverá forma de permanecermos aqui. Para o autor, este é o grande desafio resolutivo para alcançarmos o nível de sabedoria e do Bem Viver. Para caminharmos para a transformação socioambiental necessária, o autor acredita que é preciso transformar as divergências em diversidades, e na diversidade confluir todas as experiências.

Recuperar o princípio de comunidade pode fortalecer, inclusive, uma política horizontal e cidadã, não restringindo ao papel do Estado como articulador das formas de cooperação e de solidariedade entre as pessoas, para que através da cidadania e da democracia esses aspectos aconteçam de forma genuína. Para Santos (1999) o princípio de comunidade envolve a cooperação, a solidariedade, a participação, a transparência, a equidade e o exercício da democracia (SANTOS, 1999).

Acosta (2016) defende que para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, o Bem Viver pode servir para discutir, consensualizar e aplicar ações sobre o tema e as demais desigualdades (ACOSTA, p. 33, 2016). Para isso, um dos caminhos é uma reforma do modelo estatal, um Estado mais presente, regulador e democrático; e das políticas públicas, que estabeleçam espaços de diálogo com a população e participação social, conceitos discutidos nos próximos tópicos.

5.2. Políticas Públicas de Educação Ambiental

Diante da crise civilizatória que reflete nas crises socioambientais que estamos vivendo, a educação assume um papel essencial para a transformação da forma que nos relacionamos em sociedade e com a natureza. Portanto, entende-se a importância da realização de uma síntese sobre a história das políticas públicas de educação ambiental no Brasil no âmbito federal, do estado da Bahia e da cidade de Salvador para se fundamentar conceitos sobre EA e contribuir no olhar para o objeto de pesquisa envolvendo aspectos das mudanças do clima. Considera-se fundamental nesse processo, a participação social na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de EA, considerando estas como um processo partilhado e dialético entre o Estado e a sociedade civil.

Parte-se do conceito de políticas públicas, como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder no Estado de origem nacional, estadual ou

municipal para a resolução de problemas e conflitos, visando o que é coletivo, o bem comum. Nesse processo, questões sociais, econômicas e políticas que afetam a coletividade se tornam públicas, devem ser discutidas em espaços democráticos e participativos de decisão para as políticas serem construídas (SORRENTINO et.al, 2006).

Para isso, Heidemann (2009), determina quatro etapas do ciclo conceitual de políticas públicas, são elas: 1) Formulação das decisões políticas para a resolução de problemas sociais previamente estudados; 2) Implementação das políticas decididas; 3) Verificação se partes interessadas foram atendidas e satisfeitas; e 4) Avaliação das políticas públicas, referente a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou até descontinuidade.

Ao se instituir políticas públicas, provoca-se um diálogo entre o Direito e a Gestão, pois não se institui políticas públicas somente por meio do Direito, são necessários instrumentos de gestão, como planos, programas e projetos (FREIRIA, 2011). O que as tornam pos, sendo planejadas e executadas a longo prazo e integradas com outras iniciativas, atuando também na criação e consolidação de instâncias administrativas e operacionais e contribuindo para o seu monitoramento e avaliação (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

É preciso destacar que o Governo, com a sua estrutura administrativa, não é o único capaz de promover políticas públicas. Associações da sociedade civil, entidades, organizações não governamentais (ONGs), empresas concessionárias e outras diversas entidades e representações da sociedade civil também possuem o potencial de desenvolver melhorias locais que visam o bem comum e sem contar com o auxílio de políticas governamentais (HEIDMAN, 2009, p. 31).

Com relação ao papel da educação ambiental como política pública, pode ser compreendida como um processo educador participativo, dialógico e estruturante que envolve diversos atores sociais para atuarem na formulação e implementação das políticas públicas. Tal processo, na perspectiva crítica, deve buscar uma análise da complexidade da realidade, processo de reflexão sobre conceitos e práticas sustentáveis. Biasoli e Sorrentino (20018) defendem a incorporação da dimensão da política do cotidiano para o enfrentamento dos problemas socioambientais existentes.

A educação ambiental está presente na Constituição Federal de 1988 no art. 225, parágrafo 1º e inciso VI, como dever do Poder Público de: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). Tal perspectiva é novamente afirmada na Política Nacional de Educação

Ambiental (1999) no Art. 3º inciso I, que afirma que o Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental e promovam a educação ambiental em todos os níveis.

É importante ressaltar também a definição de educação ambiental dada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Tal política, conceitua nos Art. 1º e Art. 2º, a educação ambiental como um processo de construção coletiva de valores sociais, habilidades, conhecimentos e ações voltadas ao bem comum, à conservação da natureza, para, assim, promover a qualidade de vida e a sustentabilidade. Além de ser um componente permanente essencial da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades, de caráter formal e não-formal, do processo educativo.

A PNEA possui como princípios básicos o caráter democrático, participativo, humanista e holístico, compreendendo a totalidade do meio ambiente e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva inter, multi e transdisciplinar. Determina como objetivos fundamentais da educação ambiental a democratização das informações socioambientais; o estímulo a consciência crítica sobre os problemas socioambientais; o incentivo à participação social e cooperação entre as diversas regiões do país na preservação do equilíbrio ambiental; o fomento a interconexão da tecnologia e da ciência; o fortalecimento autodeterminação dos povos, do exercício da cidadania e da solidariedade como fundamentos primordiais para o futuro da humanidade.

Sobre as atividades vinculadas, é determinado as seguintes linhas de atuação orientadoras: “desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações”; capacitação de recursos humanos”; “produção e divulgação de material educativo” e “acompanhamento e avaliação”. É importante citar nesse contexto, que no âmbito da educação formal, aquela desenvolvida na educação básica, superior, especial, profissional e de jovens e adultos, a “educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis”. Deve estar presente na formação de professores e pode ser implantada como disciplina específica nos cursos de extensão, pós-graduação e nas áreas que envolvem educação ambiental.

Na perspectiva da EA não-formal, define-se esta como: ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade sobre a problemática ambiental e à sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Dentre as diversas atividades cabíveis ao Poder Público, destaca-se, nesta pesquisa, a importância do debate sobre as mudanças climáticas e seus impactos nas cidades e no meio rural, com a participação dos Poderes legislativos em todos os níveis (BRASIL, 1999). Entende-se também, a importância da participação social nesse processo,

envolvendo as demandas de diversos contextos sociais para a promoção da cidadania que serão discutidos no tópico “3.4”.

A importância da participação de todos os indivíduos na construção do seu futuro, é apontada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, em 1992. O Tratado orienta que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas políticas, sendo protagonistas de suas próprias vidas e se desprendendo de alternativas retrógradas de programas de desenvolvimento que mantenham as estruturas do atual modelo de econômico capitalista baseado no crescimento econômico e exploração do ser humano e da natureza.

Além disso, o Tratado considera que para uma sustentabilidade equitativa, é preciso um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito à diversidade, no diálogo, no resgate a ancestralidade indígena e potencializar o poder das diversas populações a promover transformações democráticas que estimulem os setores populares a serem os promotores de mudanças socioambientais necessárias para sociedades sustentáveis (BRASIL, 1992).

Tal Tratado Global foi importante para determinar princípios para implementação de políticas de EA e incentivar a elaboração de políticas públicas. Para contribuir com a construção de Sociedades Sustentáveis, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi elaborado em 2004, passando por algumas versões e aprimoramento com o passar dos anos.

A última versão foi elaborada em 2018 com um processo participativo, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país para uma construção coletiva e participativa e para aprimoramento de tal política pela sociedade. O documento determinou algumas diretrizes para a EA, são elas: descentralização espacial e institucional; transversalidade e Interdisciplinaridade; Sustentabilidade Socioambiental; Aperfeiçoamento e fortalecimento de espaços e instituições que tenham interface com a educação ambiental e promoção da democracia e de processos de participação social.

Baseado nos princípios da PNEA e do ProNEA, em 2006, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente elaborou o Programa Nacional de Formação de Educadoras (Es) Ambientais (ProFEA) com a orientação de formar 180 milhões de brasileiros(as) educados(as) e educando ambientalmente através da formação de Coletivos Educadores. O ProFEA tem o objetivo de contribuir para a formação contínua de educadoras(es) ambientais; fortalecer instituições e os atores envolvidos para atuarem de forma crítica, autônoma e inovadora, buscando a formação e o engajamento da sociedade para a propagação de atividades educadoras para contribuir para formação de um observatório em rede

das Políticas Públicas de formação de Educadoras(es) Ambientais, através da articulação entre os Coletivos Educadores.

Neste trabalho, a autora considera importante explorar um pouco mais a definição de tais Coletivos Educadores, já que a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Parque Metropolitano do Pituacú está propondo a implementação de tal política pública no território estudado. Portanto, a definição do Coletivo Educador é um grupo de pessoas que compartilham interesses, observações e interpretações na área da educação ambiental, educação popular, ambientalismo e mobilização social para a construção coletiva de processos formativos participativos e continuados, envolvendo a comunidade em todo o processo de concepção até implementação e avaliação.

“O Coletivo Educador é entendido como um grupo articulado de Pessoas que Aprendem Participando (que denominamos de grupos PAP), orientado pela metodologia da Pesquisa-Ação-Participante. Esta metodologia refere-se ao procedimento democrático e participativo de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las. O Coletivo Educador realizará a formação de educadoras(es), construindo conceitos, aprendendo, implementando ações, realizando intervenções, avaliando e, assim, vivendo a Pedagogia da Práxis” (BRASIL, 2006).

No âmbito estadual, especificamente do estado da Bahia, a Lei n 12.056 de 07 de janeiro de 2011 institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências (BAHIA, 2011). Vale ressaltar que tal Política e o Programa de Educação Ambiental estadual definido como instrumento pela lei, segundo Hofstatter e Junior (2011), foi concebida pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA-BA) e construída de forma participativa, envolvendo cerca de 5000 pessoas do estado e 26 territórios de Identidade (TIs) (HOFSTATTER; JUNIOR, 2011).

Tal Política é conduzida pelos princípios de equidade social, solidariedade e a cooperação entre os indivíduos, a coletividade e as instituições. Busca a valorização da troca de saberes para a conservação da natureza e da diversidade com co-responsabilidade nos processos de ensino e aprendizagem voltados a sustentabilidade, além de promover abordagem dialógica para a reflexão crítica da complexidade da realidade.

Baseada nos princípios citados acima, tal Política possui como objetivos o estímulo e a contribuição para a formação de pessoas com consciência sobre as questões socioambientais, e a para a participação de comunidades responsáveis e apitas para exercerem posições políticas e técnicas, como um exercício de cidadania.

Para isso, é instrumento da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia o Programa Estadual de Educação Ambiental (PEA), que reúne diversas diretrizes e estratégias que orientam a elaboração de programas setoriais e projetos de EA no território estadual. Integra-se nesse processo as áreas temáticas I – EA no ensino formal, II - EA não formal, III Educomunicação Socioambiental e IV - EA nas políticas públicas integrando com a Gestão de águas, de Unidades de Conservação, Saneamento e Licenciamento Ambiental; o diagnóstico Estadual de Educação Ambiental, que é o resultado da situação de projetos e ações de EA no estado a partir de dados obtidos pelo mapeamento destas; e o Sistema Estadual de Informações sobre Educação Ambiental, o qual reúne informações e organiza os dados para a divulgação sobre as ações de EA estaduais (BAHIA, 2011).

No panorama municipal, a Lei nº 8.915/2015 e regulamentada pelo Decreto n.º 29.921/2011, dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Salvador. Tal lei municipal cita a educação ambiental no cap. V definindo o caráter crítico, emancipador e participativo da educação ambiental e define como meta a implantação da Política Municipal de EA e o Programa Municipal de EA para o fortalecimento do exercício da cidadania no território. Porém, ainda não foram estabelecidos tais metas (SALVADOR, 2015).

5.3. Políticas Públicas de Mudanças Climáticas e educação ambiental

No diálogo sobre Mudanças Climáticas e Bem Viver, a antropologia pode contribuir com um acervo de experiências etnográficas e sociais dos mais diversos povos do planeta. É possível dialogar com olhares de como os povos lidam e lidaram com as questões socioambientais e climáticas, por exemplo. Esses conhecimentos podem auxiliar, inclusive, na elaboração de políticas públicas relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas e como a ancestralidade pode contribuir para o enfrentamento da crise ambiental, por meio da desconstrução de valores ocidentais, por exemplo (PARENTE; CURI, 2015).

Nesta mesma perspectiva, a educação ambiental pode ser uma aliada fundamental para tal enfrentamento. Pois a educação e a antropologia têm em comum o diálogo sobre a cultura, envolvendo processos de socialização, os quais tratam sobre diferentes formas de transmissão do conhecimento e aspirações sociais; e aprendizagem, como forma de transmissão de herança cultural, implicando a apropriação de conhecimentos, técnicas, valores e tradições. Além disso, ambas ampliam os seus debates sobre os tipos de desigualdade (cultural, racial, gênero, etc.),

reflexos de uma sociedade capitalista e colonizadora (GUSMÃO, 1997), que explora os próprios seres humanos e a natureza. Logo, a área socioambiental está interligada entre os dois campos do conhecimento.

Diante do contexto e urgência do enfrentamento das Mudanças Climáticas, Tamaio (2011) defende que as políticas públicas em educação ambiental podem contribuir com o diálogo, envolvimento, qualificação e instrumentalização não só de educadores ambientais, mas também de gestores públicos e empresariais, líderes comunitários que estejam conscientes da complexidade do tema. É importante nesse processo, a capacitação desses atores, para criação de novos caminhos sociais, éticos, políticos e de transformação individual e coletiva, para o enfrentamento desta crise ambiental e associação desta ao cotidiano das pessoas, envolvendo a forma de locomoção, o consumo, alimentação, moradia, assoreamento dos rios, os processos de ocupação da terra, desmatamento, desertificação etc.). Portanto, é extremamente importante a promoção de espaços de participação da sociedade civil nesse processo (TAMAIIO, 2011).

No âmbito nacional, a Política Nacional sobre Mudanças do Clima foi elaborada em 29 de dezembro de 2009 por meio da Lei nº 12.187, a qual incentiva a educação, de modo indireto, como diretriz no artigo 5º inciso XII – “a promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e a conscientização pública sobre mudança do clima”; e instrumento no artigo 6º inciso XIV – “as medidas de divulgação, educação e conscientização”, que estrutura a lei. Incentiva-se também na mesma Lei, a atuação dos municípios para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, como foi previsto no artigo 3º inciso VI e artigo 5º inciso V (BRASIL, 2009).

Na Constituição Federal de 1988, a educação ambiental é prevista no artigo 225 inciso VI - “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;” e o art., 23 define como competência comum da União, Estados e Municípios no inciso VI – “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”; e no inciso VII – “preservar as florestas, a fauna e a flora” (BRASIL, 1988).

Com relação ao estado da Bahia, em 07 de janeiro de 2011 é instituída a Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011 que rege a Política sobre Mudanças Climáticas do Estado da Bahia. Nas diretrizes desta lei, a educação ambiental é prevista no artigo 3º inciso VII como princípios: “educação ambiental, para capacitar a sociedade acerca assim como na ampliação da compreensão dos fenômenos relacionados as mudanças do clima”; e, também, possui como diretrizes no artigo 5º inciso XIII:

a promoção de educação ambiental, de que resulte a capacitação e compreensão sobre mudança do clima e suas consequências, de forma a provocar a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada na gestão integrada e compartilhada dos instrumentos desta Lei. (BAHIA, 2011).

Na Política sobre Mudanças Climáticas do Estado da Bahia, por exemplo, determina a elaboração do O Plano Estadual sobre Mudança do Clima e a integração com o Plano Estadual de Educação Ambiental:

Art. 11 - O Plano Estadual sobre Mudança do Clima, em consonância com a Política Estadual de Educação Ambiental, deverá promover o desenvolvimento e a realização de campanhas, programas e ações de educação ambiental, em linguagem acessível e compatível com os diferentes públicos, com o fim de conscientizar a população sobre as causas e os impactos decorrentes da mudança do clima e as alternativas, individuais e coletivas, de mitigação e fortalecimento dos sumidouros de gases de efeito estufa, com a participação da sociedade civil organizada e instituições de ensino.

É importante ressaltar que em outubro de 2020, foi criado o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade que é uma instância governamental para revisar a Lei n° 12.050 e elaborar os “Inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE⁴), que é uma forma de quantificar as fontes e o volume dos gases que são emitidos no estado”. Tal inventário servirá como base para a construção do Plano Estadual de Enfrentamento as Mudanças Climáticas (BAHIA, 2020).

Agora direcionando o foco para o âmbito municipal, a cidade de Salvador, a qual é o objeto desta pesquisa. Em 4 de dezembro de 2020 foi publicado o Plano de Mitigação e Adaptação Às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC), o qual foi elaborado por um consórcio formado pela organização não governamental International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) América do Sul, a empresa de consultoria Waycarbon e a organização não governamental World Wildlife Found (WWF) . A iniciativa para a realização deste documento foi tomada pela equipe da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) e pela Unidade Coordenadora do Programa Prodetur Salvador (SECULT).

Entre os instrumentos do PMAMC, destaca-se nessa pesquisa, a integração do Plano Municipal de Educação de Salvador (SALVADOR, 2016), além do estabelecimento como meta da mesma, a elaboração e implementação de um Programa de Educação Ambiental e Climática em Salvador até 2024 (SALVADOR, 2020).

⁴ Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Bahia, 2022.

5.4 Importância do diálogo e o protagonismo das margens na elaboração de Políticas Públicas de Educação Ambiental

O Bem viver é um processo em construção e reconstrução
que encerra processos históricos-sociais
de povos permanentemente marginalizados
Alberto Acosta (2016, p. 73)

Primeiramente, considera-se importante a definição do conceito de “margens” e daqueles que estão “à margem” utilizados nesta pesquisa. Buscou-se dialogar e confluir diferentes referenciais teóricos, métodos e fronteiras disciplinares, como Agier (2015), Rosa (2018) e Paulo Freire (2022), para se refletir sobre a importância da contribuição do olhar e do diálogo com aqueles que mais sofrem com as opressões sociais (estão a margem) para se confluir seus olhares e o que produzem na construção de políticas públicas.

Não se pretende utilizar a margem, apenas, como território geográfico, social ou cultural, mas também, como define Agier (2015), como posição epistemológica e política. Propõe-se o diálogo com as margens, por exemplo, para se envolver aspectos comunitários de sociabilidade que podem contribuir no enfrentamento da crise climática. Portanto, pretende-se pensar as margens além da dicotomia espacial centro-periferia e direcionar o foco às margens para se agregar as reflexões sobre as cidades e sobre o campo, superando o olhar viciado do que falta, mas também o que se produz ali.

Rosa (2018) defende a importância de se pensar por margens, como uma forma de ruptura em termos da modernidade hegemônica: como a percepção, implementada pelas forças dominantes, dos espaços periféricos como, apenas, lugares onde o Estado não consegue instaurar a ordem. As margens são espaços de pluralidade e transformação, “são instituintes de formas alternativas de ação política, (...) estariam permanentemente tensionados e disputando a modernidade hegemônica, para além dos momentos críticos e eventuais de resistência”.

A autora propõe evidenciar as margens como uma perspectiva analítica para compreender as cidades e municípios contemporâneos, se atentando, por exemplo, ao que é produzido e como tal olhar possibilita novos campos de reflexão sobre o espaço e seus modos de produção. Dessa forma, evita-se o olhar vicioso para problemática, como se ela estivesse presente em toda situação de análise, compreendendo como as comunidades se constituem,

como vivem e não olhar, apenas, como transformá-los, propõe-se uma via de mão dupla, em que se aprende e ensina com as margens. Mas, claro, sem desconsiderar a construção histórica de opressões sociais pela forma de desenvolvimento imposto pelo Estado e classes dominantes (ROSA, 2018).

Paulo Freire (2022, p. 84) também reflete sobre a situação dos oprimidos na sociedade ditos como meros “marginalizados”. O autor descreve como aqueles que discrepam da fisionomia geral da sociedade. São os ditos, “seres de fora” ou a “margem de”, e a (única) solução para eles seria a incorporação destes à sociedade. Porém, ainda segundo Freire, os chamados marginalizados (oprimidos), jamais estiveram *fora de*. Na realidade, estão *dentro de*, dentro das estruturas sociais que os obrigam a “seres para outro”, negando o direito de “seres para si”.

O que reproduz a Ideologia da Opressão denominada por Freire (2022, p. 81), como o absolutismo da ignorância, propagando-se, assim, a alienação. Cultiva-se uma “escravidão dialética”, a qual, no campo da educação, os oprimidos/marginalizados reconhecem em sua ignorância, a razão a existência de um educador de saber absoluto e hierarquizante. Essa relação alienadora entre educador e educando, reproduz mecanismos de opressão social que é instrumentada pela dita concepção Bancária de Educação.

A Educação Bancária é visa a domesticação das pessoas para o seu enquadramento em uma situação que a melhor as domine (FREIRE, 2022, p.85). Tal perspectiva de “domesticação” é compreendida por Bispo (2015) como colonizadora, tal técnica foi/é utilizada por colonizadores para a perda da identidade dos colonizados, impondo a soberania de um tipo de ser ideal, apagando e silenciado outras cosmovisões.

Como uma forma, inclusive, de propagar os reflexos da colonização afro-pindorâmica, a educação bancária pode ser compreendida como uma colonização de corpos, na qual os educandos não refletem sobre a imposição vertical que é imposta ou quando os educadores veem os educandos apenas como recipientes vazios prontos para receber depósitos de informação/conteúdo. Os corpos são domesticados para serem passíveis à dominação (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016).

Nesse sentido, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, p. 80). É determinada uma via de mão única de aprendizagem, na qual o educador é aquele que possui/detém o conhecimento e os educandos aqueles que não sabem, que devem depositar, guardar e arquivar o conhecimento recebido. Nessa lógica, a educação como prática da dominação, mantém a ingenuidade dos

educandos, através da ausência do questionamento e fortalecimento da doutrinação para a acomodação dos corpos ao mundo da opressão (FREIRE, 2022, p.92).

Nessa perspectiva, o currículo pode ser a chave para se fortalecer tais processos de opressão e o afastamento das pessoas perante a natureza. Já que, no contexto da escola, o currículo é considerado um espaço de disputa, no qual são definidos os conhecimentos relevantes para a formação dos educandos, através de seleção e julgamento de conhecimentos explícitos, implícitos que podem, inclusive, fomentar o apagamento e silenciamento de outros saberes e cosmovisões. Portanto, a escola, como instituição privilegiada de ensino, pode legitimar ou silenciar a pluralidade de saberes, contribuindo para a inclusão ou exclusão de grupos sociais, bem como seu modo ser e viver com outros seres e com a natureza (SANTANA DOS ANTOS, 2017).

Para o enfrentamento das opressões e o silenciamento de outras cosmovisões, Freire, propõe uma educação libertadora que seja revolucionária, afinal, as elites dominantes não renunciarão à prática bancária (p.92). Uma educação que implique a superação da relação hierarquizante educador-educando, de maneira que sejam ambos educadores e educandos (FREIRE, 2022, p.82). Para Freire, “a libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos homens (...) É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (FREIRE, 2022, p. 93).

Portanto, para a realização de uma educação libertadora, é preciso a superação de uma educação dita bancária que propaga estruturas colonizadoras que “serve à dominação”; por outra que seja problematizadora, que compreende a importância da “dialogicidade e se faz dialógica”, assim como cita Freire (2022, p. 95).

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Dessa forma, o educando deixa de ser um mero receptor passivo de depósitos e passa a ser investigador crítico em diálogo com o educador que também crítico (FREIRE, 2022, p.97). Na educação libertadora, as pessoas são vistas como seres históricos, que “*estão sendo*”, inconclusos, com realidades históricas que também são inconclusas, daí a importância dos processos permanentes da educação, da constância da práxis, como diz Freire (2022, p. 102): “para ser tem que estar sendo”.

Além de processos permanentes, a educação libertadora precisa ser popular, como diz Bell Hooks (2017, p. 25): “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”. Por isso a importância da reflexão sobre a complexidade da realidade no processo educativo, por meio do diálogo sobre o universo de cada ser é possível a aproximação entre educadores e educandos, inclusive dos corpos mais marginalizados.

Nesse diálogo, Bell Hooks (2017, p. 27) chama a atenção sobre a importância da inclusão da abordagem holística ao aprendizado, buscando ver esse ser na sua integralidade, inclusive espiritual. Portanto, toda vez que um professor aplica um modelo holístico, compartilha as suas experiências e as relaciona com a teoria, os educadores também aprendem com isso. Valoriza-se, assim, o experimentar as teorias e os saberes que podem ser partilhados não só nas escritas, mas também na oralidade (HOOKS, 2017, p. 97).

Novamente, voltamos para a importância do diálogo nesse processo, do ato da escuta e partilha de forma crítica e amorosa, para, assim, refletir e agir (práxis). É o momento que o outro ser nos apresenta o seu universo, os seus pensamentos, vulnerabilidades, sonhos etc. Para a existência do diálogo, é preciso uma comunicação amorosa para se compreender a integralidade do outro e respeitar a diversidade de corpos, realidades e pensamentos. Como defende Freire (2022, p. 110-114), o diálogo deve ser o encontro de pessoas que pronunciam o mundo, como um ato de criação fundamentada no amor, na humildade, na criticidade e na esperança nas pessoas, nos fazendo pensar com mais solidariedade.

Numa perspectiva libertadora, é que se propõe a educação ambiental, uma educação que busque a libertação de estigmas desenvolvimentistas, colonizadores e opressores do atual sistema capitalista baseado na exploração das pessoas e da natureza que causam a marginalização dos corpos. Uma educação ambiental que busque através do diálogo, compreender e respeitar a integralidade e a diversidade dos corpos e reúna as diversas experiências e cosmovisões, para, assim, de forma coletiva, circular e comunitária, se criar e cocriar novas realidades. Tal processo educativo é permanente, afinal, as pessoas e as realidades são inconclusas, estão *sendo*.

Por isto as políticas públicas são necessárias, é preciso que o Estado se responsabilize e atenda as demandas das comunidades nas diversas realidades, buscando a melhoria da qualidade de vidas pessoas e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. E cabe ao Estado, proporcionar e incentivar um caminho democrático, dialógico e participativo em todo o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

Nesse sentido, a dialogicidade pode ser um instrumento para as políticas públicas de educação ambiental serem transformadoras. Andrade e Sorrentino (2016) chamam atenção para a importância do diálogo nesse processo de construção de PP de EA, compreendendo que a participação apenas não é o suficiente, já que existe um desvelamento dos fatores que geram assimetrias (como questões de: gênero, raça, orientação sexual, fenótipo do corpo e outros), que podem gerar o silenciamento e a não participação dos corpos envolvidos marginalizados.

Ainda segundo aos autores, no espaço de diálogo as diferenças devem ser reconhecidas e explicitadas, os corpos são tirados da zona de conforto para se buscar uma simetria na conversa, uma horizontalidade (ANDRADE; SORRENTINO, 2016). Porém, como defende Freire (2022, p. 113-114), para uma relação horizontal em um diálogo, é preciso fundar-se no amor, na humildade, criticidade, na esperança na própria inconclusão das pessoas e no entendimento da eterna busca, que reconhece uma solidariedade pelos processos individuais (FREIRE, 2022, p. 113-114).

Além disso, é preciso que haja diversidade, dessa forma, há maiores possibilidades de inclusão de pautas, outras realidades e questionamentos a serem refletidos no diálogo através da representatividade. Dessa forma, **o protagonismo de corpos marginalizados torna-se essencial**, sem tirar a responsabilidade sociais de todas as pessoas perante o diálogo sobre questões de opressão, a presença e o diálogo com pessoas que estão à margem da sociedade podem contribuir para se englobar pautas e realidades, que sem a contribuição destas, poderiam ser silenciadas e apagadas.

Andrade e Sorrentino (2016) também pontuam que existe uma cultura de competição e distanciamento que pode dificultar o diálogo na e entre instituições de EA. Essa relação entre as instituições pode ser acirrada por suas histórias institucionais e pessoais, refletindo em conflitos. Para se esquivar destes problemas e buscar um diálogo respeitoso, há a necessidade do exercício de “habilidades individuais ligadas ao reconhecimento e acolhimento de iniciativas que indicam anseios pela redução de distâncias pessoais e pela construção de relações mais dialógicas”.

Para a continuidade e permanência do processo dialógico das PP de EA, é preciso que os atores envolvidos estejam em constante questionamento sobre a qualidade dos resultados obtidos, do diálogo entre as pessoas e entre as instituições, sobre o distanciamento entre a teoria e a prática. Para buscar a melhora e aperfeiçoamento contínuo, é preciso proporcionar espaços de reflexão sobre os saberes, conhecimentos, experiências e, para assim, promover práticas e ações, a práxis (ANDRADE; SORRENTINO, 2016).

Ademais, para a democratização do processo de construção de políticas públicas, é preciso o engajamento da população nos meios de participação social, como defende Paulo Freire (2022, p. 78): “a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento”. Para isso, é preciso que as políticas públicas atendam as necessidades da coletividade, principalmente daqueles que estão à margem. Dessa forma, as pessoas podem se engajar para a construção dialógica das PP de EA.

Um caminho para o engajamento das margens, é a inclusão do fazer político cotidiano (política do cotidiano) como uma quarta dimensão das políticas públicas, conforme aponta Biasoli e Sorrentino (2018) a partir das três dimensões apontadas por Hardman (2009) ao explicar as três palavras em inglês (politics, policy e politic) que estão sintetizadas no conceito de “política pública” em português.

De acordo com Andrade e Sorrentino (2016), tal política articula e fortalece as forças instituintes. As forças instituintes são entendidas neste trabalho como “forças vindas da base”, uma força de origem coletiva e fortalecida por aqueles que lutam pela sua libertação à opressão, daqueles que estão à margem. **Para os autores, sem o diálogo com as forças instituintes, as políticas públicas não contribuem para a transformação socioambiental e para a emancipação social, idealizadas pela educação ambiental.**

Não se propõe, dessa forma, a substituição do Estado pelas forças instituintes, mas sim complementar o braço do Estado por meio do diálogo com as forças instituintes, fortalecendo princípios da cidadania e democracia através da construção compartilhada, atribuindo a legitimidade de outros atores, além do Estado, na construção de políticas públicas (ANDRADE; SORRENTINO, 2016).

6. CONTEXTUALIZAÇÃO CLIMÁTICA

A Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) define as Mudanças Climáticas como “transformações a longo prazo nos padrões de temperatura do clima” (ONU, 2022). Para se compreender a complexidade do tema, Marques (2021) define o estudo do clima como o estudo das tendências climáticas médias a longo prazo baseadas nas condicionantes do sistema climático. O fator central condicionante é a dinâmica de entrada e saída da energia solar na superfície terrestre e é por essa definição que se inicia a discussão sobre as MC.

De acordo com *Sixth Assessment Report (AR6)*, elaborado por 234 autores de 64 países do grupo de pesquisa Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) em 2021, os fatores naturais e antrópicos responsáveis pelas Mudanças Climáticas são denominadas “radiative drivers” (condutores radiativos) ou “radiative forces” (forças radiativas). A mudança de energia na atmosfera devido a mudança de um ou mais desses condutores é denominado “*radiative forcings*” (forçantes radiativas⁵), quais podem ser positivas, correspondendo ao aquecimento, ou negativas, correspondendo ao resfriamento (IPCC, chapter 1, p. 150, 2021).

A forçante radiativa total ao longo de um determinado tempo (geralmente estudado desde o ano de 1750 a atualidade), representa o somatório de forçamentos radiativos positivos e negativos medidos em Watts por metro quadrado (W/m^2) (IPCC, chapter 7, p. 178, 2021). As temperaturas médias da superfície terrestre e marítima dependem do equilíbrio radiativo, ou seja, da energia que incide no planeta (positiva) e a que é refletida (negativa) para o espaço, saindo do sistema climático.

O balanço da temperatura média é resultante das forças radiativas naturais e antrópicas. Para exemplificar, pode ser considerada uma força radiativa natural o fenômeno recorrente do El Niño e as erupções vulcânicas. Com relação as forças radiativas antrópicas, entende-se como o desequilíbrio químico da atmosfera causados por concentrações excedentes de gases emitidos por atividades de seres humanos, como a queima de combustíveis fósseis. São esses gases: o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o ozônio (O_3), vapor de água (H_2O_g) e os gases fluorados (perfluorcarbono PFC), hexafluoreto de enxofre (SF_6)⁹ e o hidrofluorcarbono (HFC), quais todos eles são denominados Gases de Efeito Estufa (GEE).

Porém, é importante ressaltar que a presença de determinadas concentrações dos GEE na atmosfera são de origem natural e são consideradas fundamentais para a vida na terra, já que eles realizam o controle e a manutenção das temperaturas, o fenômeno denominado Efeito Estufa. Caso eles não existissem na atmosfera, a terra seria um “gélido deserto” e fenômenos fundamentais não existiriam, como a fotossíntese que depende da disponibilidade de CO_2 no ar (MARQUES, p. 313, 2018).

O problema é que desde o ano de 1850 tem se notado o aumento expressivo dos GEEs na atmosfera (forçamento radiativo total positivo), devido a crescente concentração de CO_2 desde 1750 (IPCC, chapter 7, p. 178, 2021). A Revolução Industrial (1760-1840) foi o marco inicial de emissão crescente de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis, como o

⁵ Foi adotado a tradução “forçantes radiativas” de Marques (2021)

carvão mineral⁶, formado principalmente por moléculas de carbono que estavam acumulados e estocados no subsolo durante milhões de anos.

De acordo com o AR6 (2021) desde 1990 foi comprovado que as mudanças climáticas foram acentuadas por atividades antrópicas, porém não era comprovado se já estavam acontecendo. Hoje já há evidências que as Mudanças Climáticas ocorrem desde a era da pré-revolução industrial e que as atividades humanas são as principais causas destas mudanças, sendo elas, principalmente, ligadas a atividades voltadas a queima de combustíveis fósseis, desmatamento e agricultura (IPCC, 2021).

Estas atividades são causadoras de grandes impactos socioambientais, inclusive climáticos, como o aumento da emissão dos GEE. Atualmente, os programas de simulação climática evoluíram e foram implementados novos instrumentos de coletas de dados no ar, no mar, em terra e espaço sideral, como por exemplo, novos instrumentos de satélites. Além de que a integração destes novos dados com as observações antigas foi aprimorada, pois os dados estão sendo integrados para a melhor interpretação histórica das mudanças climáticas. Hoje, por exemplo, é possível afirmar que os oceanos absorvem a maior parte do excesso de energia retido pelos Gases de Efeito Estufa (GEE) e que até o oceano profundo está aquecendo, o que acentua os riscos das encostas.

Ainda segundo o relatório AR6 do IPCC (2021), as maiores indicações de aquecimento a longo prazo são em altas latitudes do norte, porém as variações de temperatura nos trópicos, ano a ano, são menores em relação as experiências passadas, o que significa que mudanças também são aparentes.

Essas mudanças estão se tornando aparentes em escalas espaciais menores também, como, por exemplo, na mudança média de chuvas em algumas regiões. A precipitação de chuvas, em certas regiões tem aumentado, e conseqüentemente os impactos das inundações no interior. Além disso, o nível do mar também tem subido em muitas encostas, aumentando os impactos das inundações e de tempestades costeiras (IPCC, 2021). No Brasil, as inundações estão se tornando mais frequentes e intensas em regiões úmidas e menos frequentes e intensas em regiões mais secas (Bartiko et al., 2019; Borges de Amorim e Chaffe, 2019).

No contexto dos centros urbanos o aumento da temperatura pode resultar, inclusive, em problemas na qualidade das águas disponíveis. O aumento da intensidade e frequência das

⁶ Carvão mineral: A madeira é seu principal constituinte e é composto por oxigênio, hidrogênio, enxofre, cinzas e em sua maior parte, carbono. É considerada um importante tipo de matriz energética não renovável, porém a sua queima é considerada muito poluente.

chuvas pode gerar um sobrecarregamento de sistemas de drenagem e da infraestrutura de coleta de esgoto e de abastecimento de água; contaminar águas subterrâneas e outros mananciais que perpassam cidades; e as secas podem prejudicar o abastecimento urbano de água e etc (BRITTO; JOHNSON, 2010).

Com relação a saúde, as Mudanças Climáticas podem impactar diretamente, como, por exemplo, mortes causadas por eventos extremos (inundações, enxurradas, furacões) ou ondas de calor. Mas também podem impactar de forma indireta, como na alteração de ecossistemas e da biodiversidade, podendo modificar a dinâmica de vetores de doenças infecciosas, como, por exemplo, a dengue e a malária. As doenças respiratórias também podem se acentuar com as queimadas e inversões térmicas que concentram a poluição no ar (BRASIL, 2008).

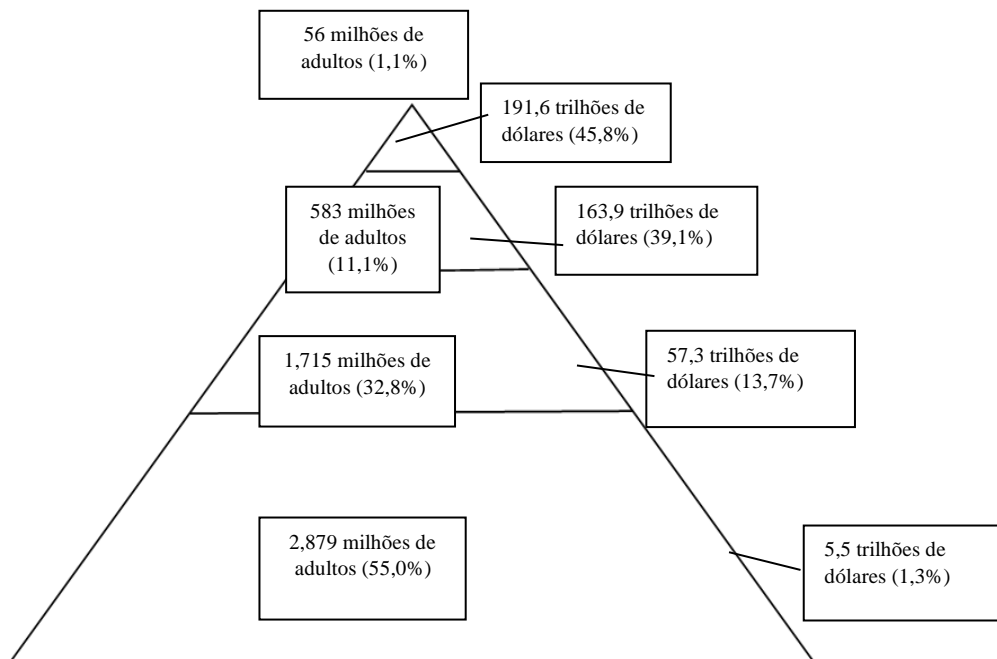
De acordo com Tollefson (2020), a perda da biodiversidade é diretamente proporcional ao aumento do risco das pandemias, como a COVID-19. Pois, enquanto algumas espécies estão se extinguindo, aquelas que prosperaram tendem a hospedar patógenos potencialmente perigosos aos seres humanos (TOLLEFSON, 2020). É importante ressaltar nesse contexto, que as Mudanças Climáticas podem acentuar os impactos em diversos aspectos da biodiversidade, incluindo a distribuição de espécies, a dinâmica das populações e a função do ecossistema (IPBES, 2019).

Para *The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES) as Mudanças Climáticas são o principal fator que tem intensificado o impacto dos outros impulsionadores de mudança da natureza, como, por exemplo, a poluição, exploração de organismos e a mudança do uso da terra. Com relação a mudança do uso da terra, cerca de 1/3 da superfície da terra é utilizada como cultivo ou para criação de animais. A expansão agropecuária e urbana sem infraestrutura, baseada no crescimento da população, produção e consumo desde 1992 aconteceu sob a destruição de florestas, pântanos e pastagens (IPBES, 2019).

Marques (2018) defende que as crises ambientais da atualidade advêm do acúmulo de excedente das sociedades industriais, quais são sustentadas pela ocupação contínua do solo, utilização da produtividade do trabalho, tecnologia, bens de produção e consumo. Porém, ainda segundo ao autor, ao multiplicar o excedente, não, apenas, impõem-se novas formas de escassez, como também se gera ameaças mais sistêmicas, como a extinção de espécies, degradação de ecossistemas e consequentemente impactos a saúde humana, por exemplo (MARQUES, p. 32, 2018).

A lógica de acumulação e distribuição das riquezas é ilusória, pois, de acordo com Davies, Lluberas e Shorrocks (2021), cerca de 87,8% da população mundial (cerca de 4,594 milhões de adultos) retém, apenas, 15% das riquezas globais (cerca de 82,8% trilhões de dólares) como é possível observar na Figura 01 – Pirâmide global da riqueza em 2021.

GRÁFICO 01 – Pirâmide Global da Riqueza em 2021.



Fonte: Elaborada pela autora baseada em James Davies; Rodrigo Lluberas & Anthony Shorrocks. Global Wealth Report 2021. The Credit Suisse Research Institute. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 11 de março de 2024.

Quando se relaciona a crise econômica e socioambiental com as Mudanças Climáticas, Biello (2011) defende que cerca de “500 milhões de pessoas mais ricas do mundo produzem metade das emissões de CO₂, enquanto os 3 bilhões mais pobres emitem apenas 7%” (BIELLO, 2011). Então, é possível constatar a correlação diretamente proporcional entre o acúmulo de capital e o quanto esse indivíduo polui, já que existe uma desigualdade social explícita na ordem de consumo e os impactos socioambientais negativos que este indivíduo causa, ou seja, quanto maior o acúmulo de capital maior é o consumo e a poluição gerada.

A busca pelo acúmulo de riquezas e o conforto tangível são legitimados pelo capitalismo, o qual defende a ideia ilusória de que apenas o crescimento econômico pode garanti-las mesmo que sejam sustentadas por um custo ambiental maior e ameaçadas pelas crises ambientais (MARQUES, p. 37, cap. 1, 2018). Essa tendência do acúmulo de capital no

mercado capitalista é infinita, porém, como cita o autor, não é homeostática. Pois os limites são finitos e definidos pela resiliência da biosfera (MARQUES, p. 555, 2018).

A produção e acumulação de excedentes, são características do sistema capitalista, porém, ainda segundo ao autor, o paradigma do capitalismo não é sustentável, pois não há uma economia circular, esta é baseada na expansão e para expandir é preciso mais energia, degradação, insumos e consumo. Além disso, apesar do slogan de “desenvolvimento sustentável” ou da “ecoeficiência”, incorporado por grandes empresas ou até pelo Estado, a escassez crescente dos recursos e insumos necessários para a expansão agravam os impactos socioambientais e a economia. Por último, a insustentabilidade capitalista é confirmada pela impossibilidade de internalizar o custo socioambiental que são gerados no processo e cotidiano (MARQUES, p. 561-562, 2018), tanto pela destruição de ecossistemas pela exploração da natureza quanto a exploração do homem pelo próprio homem.

Essa exploração acontece de forma desproporcional podendo ser observada, inclusive, em panorama mundial, o qual é protagonizada por países considerados “desenvolvidos” que são países do norte já industrializados e que exploram os países ditos “subdesenvolvidos”, países do sul em processo de industrialização e que sustentam a capacidade de produção e consumo dos desenvolvidos. Essa questão é discutida por Alier (2018), o autor ressalta que os países industrializados ou considerados de “Primeiro Mundo”, desenvolvidos, dependem de importações de matéria-prima e insumos de países do Sul, subdesenvolvidos, para atender suas demandas crescentes de consumo (2018).

Este aspecto é reconhecido, por Acosta (2016), desde 1492 quando a Espanha invadiu a região que posteriormente se denominaria América Latina, iniciando-se um processo de colonização baseado na exploração e exportação da Natureza das colônias em função das demandas de acumulação de capital pelos colonizadores europeus. Este processo de colonização, era conduzido pelo poder Imperial Europeu e pela Igreja Católica, uma exploração desenfreada da natureza e das pessoas nativas, os indígenas, consideradas seres não civilizados e que sofreriam um genocídio.

Em seguida, a mão de obra indígena barata e subjugada seria substituída pelo tráfico de escravos da África. A escravidão, posteriormente, se tornaria uma das estruturas para o processo de industrialização e início do capitalismo. Desde então, para atender as demandas do mercado global, impôs-se o processo de desenvolvimentismo em função dos progressos tecnológico assumidos como serviço da humanidade (ACOSTA, p. 55 - 57, 2016). Porém, o progresso gerou impactos negativos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou pelas inovações

tecnológicas, impactando de forma desproporcional alguns grupos sociais que muitas vezes resistem ao sistema opressor (ALIER, p. 45, 2018).

Muitas vezes as inovações tecnológicas incorporam perigos desconhecidos, os quais, inclusive, geram conflitos de justiça ambiental, como, por exemplo, a distribuição desproporcional de resíduos tóxicos ou a expulsão de comunidades ribeirinhas para a construção de hidrelétricas. Esse contramovimento fomentado pela justiça ambiental é denominado, por Alier (p. 34, 2018), como “Ecologismo dos Pobres”. Tal corrente defende que as comunidades camponesas, quilombolas e os povos tradicionais são os que mais coevoluem sustentavelmente com a natureza e que têm mais contribuído com a conservação da biodiversidade.

Em centros urbanos é possível também observar manifestações de justiça ambiental na luta contra o “racismo ambiental”, no qual segmentos da classe trabalhadora, de baixa renda e pessoas negras conectaram problemas ecológicos com a iniquidade racial, de gênero e da pobreza (ALIER, p. 232, 2018). O movimento possui grandes vínculos com as manifestações antirracistas de Martin Luther King nos Estados Unidos na década de 1960 (ALIER, p. 35, 2018). O movimento emergiu com a luta do ativista no Tennessee, em abril de 1968, quando articulou a comunidade para lutar por condições melhores de trabalho para os coletores de lixo, majoritariamente pessoas negras, cuja estavam expostos a risco de saúde (ALIER, p. 231, 2018).

Como é possível observar, os impactos socioambientais negativos afetam de forma desproporcional grupos sociais, esse conceito também pode ser aplicado na problemática das Mudanças Climáticas. Portanto é possível também destacar aspectos de injustiça ambiental no contexto. Muitas vezes, as pessoas mais vulneráveis são as que menos contribuem com a emissão de GEE, mas são as que mais sofrem com os impactos negativos, isso acontece, principalmente, pois são elas que possuem menos recursos para adaptação nesse novo cenário ou dependem mais da sustentabilidade dos ecossistemas. Pode-se citar, as pessoas que vivem em periferias, próximas de encostas de morros, córregos poluídos e outros (MOREIRA; SANTOS, p. 31, 2020).

7. EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ

Neste capítulo serão relatados vivências e aprendizados da pesquisadora ao experienciar o território de Pituaçu em Salvador/BA, através do método da observação participante. É importante ressaltar que esta pesquisa é orientada pela perspectiva do “olhar a partir das margens”, buscando, sem romantizar as relações e estruturas, olhar os territórios/corpos valorizando o que produzem, o seu papel e o potencial educador, no caso deste trabalho, para o enfrentamento das crises climáticas.

As observações iniciaram no dia 25 de agosto de 2022 e foram se desenrolando até o dia 24 de setembro de 2023. Vale ressaltar, novamente, que a pesquisadora não pertence à comunidade local, porém ela se empenha para adquirir uma aprovação e reconhecimento do grupo estudado, através da participação nas atividades e engajamento nas pautas locais. Tal método é nomeado, por Sidney Macedo (2010, p. 100), como *observação participante ativa*.

A partir deste momento, a pesquisa será escrita em primeira pessoa do singular para ressaltar as observações e vivências da pesquisadora. Os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa foram substituídos por nomes de pássaros para manter o sigilo dos participantes da pesquisa.

7.1. Reuniões do Conselho Gestor do Parque Metropolitano de Pituaçu

Neste tópico serão detalhadas as reuniões do Conselho Gestor do Parque Metropolitano de Pituaçu (CGPMP) de acordo com as atas registradas pela gestão do PMP e das observações da pesquisadora, durante o período de 4 de agosto de 2022 a 15 de junho de 2023.

a) VI Reunião Conselho Gestor de 4 de agosto de 2022

A coleta de dados iniciou em 6 de outubro de 2022 na VII reunião do CGPMP, mas como a pauta dela envolveu encaminhamentos da VI reunião, serão explanadas abaixo algumas decisões e pautas nela (na VI) discutidas, na última reunião (VI) de acordo com a ata registrada pelo INEMA(2022).

A reunião foi virtual, pediu-se autorização para gravar a reunião e em seguida foi lida a ata da reunião passada, procedimento padrão das reuniões do CGPMP. **Informou-se que a trilha sensorial está pronta para visitação, porém a constru o do anfiteatro ainda está**

pendente. Também foi abordado: o início das obras de segurança da barragem da lagoa de Pituacú; a Embasa iniciou a retirada das macrófitas; a péssima situação da ciclovia.

Referente a pauta do **Plano de Manejo**, uma representante do INEMA informou que tal Plano passou pela Procuradoria Jurídica do INEMA e pela Secretaria da SEMA, havendo alguns ajustes e **seria analisado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiental CEPRAM**⁷. Nesse momento, alguns representantes do CGPMP mostraram-se interessados em acompanhar o que seria discutido no CEPRAM.

A representante da Diretoria de Sustentabilidade e Conservação (DISUC) do INEMA apresentou ao Conselho o **Programa de Gestão da Visitação em Unidades de Conservação**, Portaria 25.698 criada em dia 30 de março de 2022 estabelecendo normas e diretrizes de visitação em UCs, através do mapeamento e contagem de visitantes nas áreas protegidas. De acordo com a representante do INEMA, o Programa é importante para compreender a sazonalidade da visitação nos parques e, assim, verificar o melhor horário de funcionamento e desenvolvimento de atividades na área. O PMP está desenvolvendo o procedimento piloto, iniciado em 01 de agosto de 2022, pois o parque apresenta um projeto de contabilização solidificado.

Além disso, foi abordado que foi iniciado o **cercamento de um trecho do PMP localizado no Alto do São João** e que próximo daquela região há um problema de **descarte de entulhos**. Um dos conselheiros representantes da comunidade sugeriu à gestora que realizasse uma mediação junto aos órgãos públicos, municipais e estaduais, para a coleta de resíduos no entorno do PMP - a gestora afirmou estar fazendo um alinhamento com a direção do INEMA e LIMPURB⁸. Também propôs que o projeto desenvolvido no **Programa de Educação Continuada em Educação Ambiental em 2021 fosse resgatado** e que fosse desenvolvido com a comunidade, a gestora indicou uma conversa sobre o tema na Câmara Técnica de Educação Ambiental.

Foi realizada uma apresentação do **projeto de Requalificação da Orla** por dois conselheiros do CGPMP e foi sugerido por um deles uma solicitação para esclarecimentos de dúvidas para a Prefeitura.

Também foi abordado a questão da **volta dos ambulantes para comercialização de produtos no Parque**, o qual estava proibido desde o início da pandemia. Uma representante

⁷ “O **Cepram** é o órgão superior do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) de natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal.”

⁸ LIMPURB - Empresa de Limpeza Urbana de Salvador

questionou se existia vigilância sanitária para os permissionários, porém a gestora disse que não e outros representantes do parque afirmaram que a gestão realiza de forma informal. Em seguida, a gestora colocou tal proposta em votação e foi aprovada por unanimidade, assim, a gestora encaminhará ao INEMA.

Sobre a Vila Nicuri, os moradores relataram ameaças de intervenção e derrubada da vegetação para a construção de empreendimentos, ressaltando que a **poligonal do PMP ainda sofre ameaças**. Para compreender de forma visual o que foi discutido em tal reunião, foi elaborado pela autora uma tabela com o resumo das pautas.

QUADRO 03: VI Reunião do CGPMP

Resumo das pautas discutidas na VI Reunião do CGPMP
Trilha sensorial está pronta para visitação, porém a construção do anfiteatro ainda está pendente;
Plano de Manejo do PMP será analisado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiental CEPRAM ⁹ ;
Apresentação do Programa de Gestão da Visitação em Unidades de Conservação pelo INEMA;
Problemas com o descarte de entulhos (Gestão de Resíduos Sólidos) no entorno do PMP;
Proposta do Programa de Educação Continuada em Educação Ambiental em 2021 ser resgatado;
Apresentação do Projeto de Requalificação da Orla pelos representantes do CGPMP que estão acompanhando a construção do projeto;
Articulação para a volta dos ambulantes para comercialização de produtos no parque;
Poligonal do PMP ainda sofre ameaças.

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2024)

b) Reunião Conselho Gestor 6 de outubro de 2022

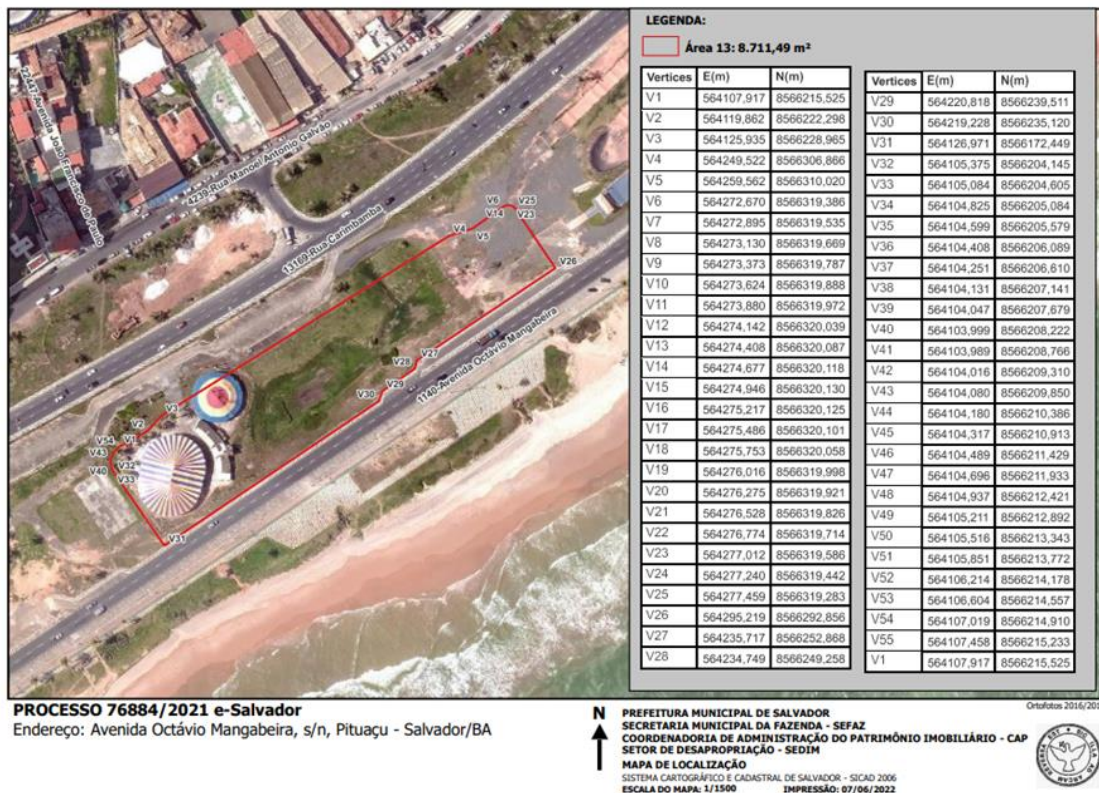
Plano Diretor

O início da reunião se deu com o procedimento padrão: cumprimentos, espera da chegada do quórum mínimo de conselheiros e leitura da ata. A primeira pauta abordada foi sobre o **projeto Municipal de Requalificação Urbana e Ambiental da Orla de Pituaçu elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)**. De acordo com a ata da reunião do CGPMP (2022), a presidente da FMLF relatou que tal projeto começou a ser elaborado em 2020 e que, devido a pandemia da COVID-19, não foi possível fazer reuniões presenciais com a comunidade. Também disse que enviaria o projeto ao CFPMP, porém vale ressaltar que até o dia 31 de outubro de 2023, um ano depois, isso não ocorreu.

⁹ “O Cepram é o órgão superior do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) de natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal.”

O representante do CFPMP questionou se a área do Circo Picolino, um espaço circense tradicional de desenvolvimento artístico e cultural da comunidade de Pituacú, seria desapropriada para a requalificação da orla. Pois, baseado no DECRETO Nº 35.564 de 08 de junho de 2022 (Anexo III) declara a desapropriação de 22 áreas de terreno na Av. Octávio Mangabeira, entre eles o Circo Picolino de acordo com as figuras 12 retiradas de tal Decreto.

FIGURA 11: Áreas de terreno na av. Octávio Mangabeira e Circo Picolino em Pituacú



Fonte: Salvador (2022).

Também foi questionado se o trecho de Pituacú teria um piso mais permeável, já que o trajeto de requalificação de Itapuã utilizou concreto e tal decisão reflete na impermeabilidade da região, resultando em alagamentos. A presidente da FMLF respondeu primeiramente sobre a pavimentação, afirmou só está pavimentado o que antes era asfalto e outra parte com concreto pois pessoas com dificuldade de locomoção relatam problemas com o piso intertravado. Também ressaltou que o projeto acatou demandas dos envolvidos sobre iluminação e outras pautas. Além disso, afirmou que tal relação de áreas desapropriadas foi encaminhada para a

SEFAZ[CG2] e não soube explicar o porquê o circo Picolino foi incluído no Decreto, pois o circo Picolino será preservado por seu valor cultural.

A gestora do parque salientou a importância da participação e diálogo do CGPMP em tal projeto, a fim de estabelecer uma melhor interlocução entre o projeto Parque/Orla com o PMP. A Presidente salientou que as reuniões ocorreram na Casa Civil, onde se discutiu cada detalhe do projeto com a Prefeitura.

Outro momento importante da reunião foi o questionamento do funcionário do INEMA que perguntou sobre a **interlocução do Projeto Orla**¹⁰, desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a Prefeitura de Salvador e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), **com o Projeto de Requalificação da Orla desenvolvido pela Prefeitura**. A presidente da FMLF respondeu que o projeto Orla não possui conexão com o projeto de Requalificação da mesma e que a FMLF não teve participação financeira.

Também fiz uma reflexão sobre a recuperação da área degradada da restinga, se **o projeto teria algum plano de educação ambiental contínuo e integrado com a comunidade e se o projeto estaria interligado com o Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador**, uma das metas até 2024 do PMANC, e se ainda a instituição proporcionou um espaço de participação pública para a construção do projeto.

Sobre a área da restinga, a Presidente do FMLF enfatizou que a área foi “extremamente” preservada e, com o compromisso de reflorestar, estão criando um horto de restinga na praia do Flamengo, pelo qual a Secretaria de Cidade Sustentável do Município será responsável. Além disso, afirmou que a educação ambiental está incluída no projeto e que o projeto foi ajustado à perspectiva do Plano de Mitigação às Mudanças Climáticas.

Em seguida, a presidente do Conselho prosseguiu para a próxima etapa, ressaltando a importância da parceria com a **LIMPURB para a gestão de resíduos sólidos no contorno do parque**, próximo a comunidade do Alto do São João e da Creche José Maria Magalhães. Também foi abordado a questão de os ambulantes voltarem a vender seus produtos no parque, a gestora ressaltou que ainda não recebeu a aprovação do INEMA, o que causou alvoroço entre os conselheiros que estão lutando pela volta dos ambulantes do parque, o que promove a economia solidária e circular local.

¹⁰ “O Projeto Orla é uma iniciativa do Governo Federal (Secretaria de Patrimônio da União – SPU do Ministério da Economia, Ministério do Turismo e Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR) em parceria com a Prefeitura de Salvador (através da Secretaria de Cultura e Turismo) que visa aperfeiçoar o ordenamento do espaço litorâneo do município, compatibilizando as políticas econômica, patrimonial, turística e ambiental.”(SALVADOR, 2022)

Outro informe importante foi a **aprovação do Plano de Manejo do PMP na última reunião do CEPRAM**, porém um dos conselheiros Sabiá ressaltou que tal **aprovação não teve apoio da sociedade civil que compõem o CEPRAM, pois houve uma mudança equivocada com relação ao acesso gratuito do parque não estar evidente**. Nesse momento foi questionado uma possível concessão do Parque e que tal mudança deveria ser revista e analisada pelo CGPMP, outro conselheiro disse que o procedimento desrespeitou as atribuições do CEPRAM prevista no sexto tópico na página da SEMA na internet, sendo ela: “aprovar os Planos de Manejo de Unidades de Conservação e suas atualizações, ouvidos os respectivos Conselhos Gestores”.

Além disso, o mesmo conselheiro também acrescentou que a discussão das medidas a curto, médio e longo prazo previstas no Plano de Manejo deveriam ser discutidas no CGPMP. O conselheiro Bem-te-vi concordou e citou a seguinte VI atribuição do CEPRAM de acordo com o site da SEMA: “aprovar os Planos de Manejo de Unidades de Conservação e suas atualizações, ouvidos os respectivos conselhos gestores” (SEMA, 2011), portanto, essa atribuição não foi cumprida pela SEMA. Então, solicitou uma reunião com o CEPRAM para discutir o caso, tal encaminhamento foi aprovado pelo Conselho.

Sobre a **CTEA** foram apresentados os novos membros, inclusive sou uma deles, e também foi relatado que há o **PROGRAMA CONTINUADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇÚ que está no Anexo IV**, elaborado em 2022 pela CTEA, o qual possui três estratégias, sendo elas: Estratégia I - Realização de seminários temáticos sobre pautas e discussões do Conselho; Estratégia II - Articulação comunitária visando a resolução de problemas referente a gestão de resíduos sólidos; e a Estratégia III - o fortalecimento da relação Escola-Comunidade.

QUADRO 04: Pautas discutidas na VII Reunião do CGPMP

Resumo das pautas discutidas na VII Reunião do CGPMP
projeto Municipal de Requalificação Urbana e Ambiental da Orla de Pituaçu elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)

interlocução do Projeto Orla com o Projeto de Requalificação da Orla desenvolvido pela Prefeitura.
o projeto teria algum plano de educação ambiental contínuo e integrado com a comunidade e se o projeto estaria interligado com o Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador
LIMPURB para a gestão de resíduos sólidos no contorno do parque
Aprovação do Plano de Manejo do PMP na última reunião do CEPRAM
Aprovação não teve apoio da sociedade civil que compõem o CEPRAM, pois houve uma mudança equivocada com relação ao acesso gratuito do parque não estar evidente
Plano de Trabalho da Câmara Técnica de Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora 2024

c) Reunião Conselho Gestor 9 de janeiro de 2023

A representante do setor de Educação Ambiental do INEMA, Maria Cristina, relembrou a proposta do Plano de Educação Ambiental do território de Pituacú construído com a comunidade durante o Curso de EA continuada, ministrado por ela mesmo em 2021. Destacou três ações a serem incluídas no Plano de ação do CTEA em 2023, que são: 1 - Realizar seminários sobre temas definidos pela CTEA; 2 - sobre resíduos sólidos; e 3 - ações de EA nas escolas. Abaixo segue o Plano de Ação do CTEA elaborado em 2021.

QUADRO 05: Plano de ação do CTEA de 2021

Macro Ações	Prioridade	Detalhamento das ações	Responsáveis (Coordenador)
1- Disponibilizar mapa, sinalizações diversas (entrada, ciclovia, quilometragem, trilhas...) e outras orientações.	1	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Trabalho avaliará proposta antiga do INEMA e apresentará proposta à CTEA para detalhamento e encaminhamento do projeto; Ação necessária como suporte aos visitantes. Devem ser incorporados elementos de Educação Ambiental nestas sinalizações; Placas de advertência com relação à retirada de vegetação original, plantio de espécies exóticas, cuidados com os animais, de forma amigável; Sinalização sobre o Parque como Unidade de Conservação e as penalidades cabíveis. 	Bernadete, Alexandre, Scooby, Karen e Samile
2- Reformar e transformar a área da antiga Lavanderia do Parque em um espaço comunitário compartilhado para Educação, Arte e Cultura	1	<ul style="list-style-type: none"> Utilização do espaço para atividades educacionais (cursos, palestras, oficinas, etc.) principalmente da comunidade do entorno; Instalar o "QG de EA" neste espaço, com quadros informativos, fotos, acompanhamento das ações do PEA; Apresentar proposta de estrutura, conteúdo, equipamentos, oficinas e avaliar a possibilidade de incluir ou substituir a "Sala Verde" como instrumentos de educação, arte e cultura e o "QG de EA"; Avaliar manter o espaço como "Lavanderia Fulano de Tal" e também instalar no local o registro histórico do Parque (fotos, infográficos, desenhos...). 	Bernadete, César, Samile, Karen e Scooby
3- Curso de Legislação e Educação Ambiental para diversos públicos (Conselho, Funcionários, Seguranças, Condutores, etc.)	1	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o conteúdo programático e linguagem adequada para o Curso de Legislação e Educação Ambiental; Avaliar a ementa de Cursos já existentes nas iniciativas do INEMA; Interagir na busca de um espaço adequado para condução das atividades; Processo já em andamento e Scooby já iniciará a busca por inscrições na comunidade. Necessário divulgar no âmbito do Conselho Gestor e funcionários do Parque. 	Aidé, Josué, Amélia e Scooby

Fonte: Elaborado pela gestora do PMP (2023)

Em seguida foi apresentado pela gestora do PMP, o seguinte Plano de Ação da CTEA:

QUADRO 06: Plano de ação - Tópicos

Macro Ações	Prioridade	Detalhamento das ações	Responsáveis (Coordenador)
1- Plano de Marketing digital	1	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um site institucional (INEMA) Redes Sociais; Implementação 	CGPMP irá formalizar junto ao INEMA (I e II) Contribuição do CGPMP (III)
2 – Contribuição para o conhecimento da biodiversidade do PMP	1	<ul style="list-style-type: none"> Portal do Ciência Cidadã Pesquisas das Universidades 	UNEB e Mara Rojane (I) Instituições Acadêmicas que representam o CGPMP (II)

3 – Evento comemorativo – 50 anos do Parque (setembro 2023)	1	<ul style="list-style-type: none"> ● Exposição digital mostrando os 50 anos do parque ● Concurso de fotografias do PMP ● Festival Alternativo ● Exposição - Como eu vejo o Parque (Alunos das escolas do entorno do PMP) ● Parques em conexão (APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, APA Lagoas e Dunas do Abaeté, Parque Pedra de Xangô e Parque Teodoro Sampaio) 	<p>Movimento Semei Felicidade – Pica-pau e Maritaca (I) Mara Rojane (II) Benti-vi (III) Andorinha - Escola Piratini, Escola Municipal de Pituaçu, CMEI (IV) Marcele do Vale (V)</p>
4 – Minimizar os entulhos no entorno e dentro do Parque	1	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgar junto à comunidade as empresas que recolhem entulho através de panfletos. ● Campanhas de impactos de entulhos através de outdoors. 	<p>Pica-pau e Gavião (I)</p>

Fonte: Elaborado pela gestora do PMP (2023)

Após a apresentação do Plano, o professor visitante da UFBA, Marcos Sorrentino ministrou uma palestra sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental para o CGPMP. Nesse momento perguntei sobre como poderíamos melhorar a articulação entre o município, estado e união para construção de políticas públicas de EA, o professor informou que há diversas fragilidades na comunicação entre os entes federados, porém é importante que exista um sistema de EA no âmbito municipal, estadual e federal. O professor também ressaltou que é preciso a participação da sociedade civil para que haja organicidade no diálogo com o Estado na construção de políticas públicas.

d) Reunião Conselho Gestor - 13 de abril de 2023

Após todo o procedimento padrão de quorum mínimo e leitura da ata, foram dados os informes - entre os mais importantes, destaca-se que existem vagas não preenchidas do CGPMP, uma vacância no quadro do Poder Público; quatro vagas no segmento do Empreendedor Local; seis no segmento da Sociedade Civil. Também foi informado que está sendo estudada a criação de uma Câmara Técnica de Visitação, que está prevista no Plano de Manejo do PMP.

Outro informe importante foi a decisão do Estado de não permitir a concessão do PMP, um membro do Conselho nesse momento parabenizou a comunidade pela mobilização social contra a concessão, dizendo que esta ação foi a responsável por pressionar o Estado a não

permitir tal concessão. Também foi discutida a responsabilidade da EMBASA perante o despejo de efluente no ponto do rio Pituaçu no quilômetro nove da ciclovia. O representante do INEMA também ressaltou que a poligonal do parque receberia alterações em seus limites, nesse momento, os representantes do CGPMP sugeriram a retomada da Câmara Técnica da Poligonal, então, foi agendado para o dia dezoito de abril uma reunião para dialogar sobre o tema. A gestora também destacou que cerca de 35.000 pessoas visitaram o Parque nos últimos três meses e que das obras do artista Mário Cravo, cerca de 30 já foram restauradas.

Sobre a CTEA, a conselheira profa. Dra. Mara Rojane explicou sobre as ações voltadas à Ciência Cidadã e o que portal com banco de dados das pesquisas realizadas no território de Pituaçu. Em seguida, realizei uma palestra sobre educação ambiental e a importância da construção dialógica na construção de políticas públicas de EA e uma breve apresentação sobre o Coletivo Educador. Porém não foi possível dialogar sobre o que os representantes do Conselho pensam sobre tal instrumento pela falta de tempo e interesse dos envolvidos.

e) Reunião Conselho Gestor - 15 de junho de 2023

A gestora do PMP me convidou para apresentar a minha pesquisa na reunião do Conselho Gestor do Parque no dia 15 de junho de 2023. Sabia que seria desafiador tal apresentação, já que a comunidade descredita do Estado como gestor do parque e dos espaços de participação social como forma de exercer a democracia. Existem diversos conflitos, historicamente construídos, entre a comunidade de Pituaçu e o Estado. Porém gostaria de compreender a possibilidade de diálogo em tal espaço.

As pautas da reunião foram enviadas previamente por email, são elas (INEMA, 2023):

“1 -Abertura da reunião com Informes;

2 -Leitura/Aprovação da Ata da X Reunião Ordinária do CGPMP, biênio 2021-2023;

3 -Criação da CT de visitação;

4 - Apresentação do Projeto de Dissertação de Mestrado- Diálogo com as Margens na Construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental Climática de Salvador- Estudo de caso Território de Pituaçu- Caroline Garcia

5 - Projeto de Revitalização do PMP – SEMA/INEMA

6 - O que ocorrer;

7- Encerramento.”

A gestão do parque avisou que para a reunião ser considerada oficialmente, é preciso ter um quórum mínimo de 50% dos representantes do Conselho até as 9h30, ou seja, 30 minutos depois do início. Alguns membros chegaram até o local no horário marcado, porém não o suficiente para a reunião ser considerada oficial. Dessa forma, Bernadete me perguntou se eu gostaria de apresentar mesmo assim a pesquisa, eu disse que sim. Porém, representantes do Conselho presentes contestaram a não formalidade da reunião e que seria um desrespeito, já que são trabalhadores e se desdobraram para estarem presentes na reunião mesmo com as dificuldades do dia a dia.

A gestora argumentou que são diretrizes definidas pelo Conselho e para mudá-las é preciso participar e construí-las coletivamente, já que existem cadeiras vagas no Conselho que poderiam ser ocupadas pela comunidade. A representante faltando para completar o quórum mínimo chegou às 10h00, representando a ong Gambá.

A comunidade estava ansiosa para dialogar sobre o projeto de revitalização do PMP, pediram a prioridade para a discussão sobre o tema ao invés de falar sobre a pesquisa, já que representantes do INEMA e SEMA estavam presentes. Entretanto, a gestora disse que como a reunião não era oficial, nada seria decidido.

Também foi questionado, por um representante do Conselho, o porquê a comunidade não ter participado do processo de construção do projeto de revitalização, já que são as pessoas que conhecem a complexidade da realidade e o motivo por que não foi enviado o projeto elaborado pelo Estado para os representantes do Conselho. Além disso, um projeto construído sem o diálogo com a comunidade dificulta a compreensão sobre as necessidades e prioridades das pessoas, diminuindo-se, assim, o impacto positivo e transformador local.

Nessa manhã foi possível perceber as relações tensas entre o Estado e a comunidade, tornando-se mais nítido a hierarquia entre as instituições estatais e representantes da sociedade civil e do terceiro setor nas tomadas de decisão. O Conselho tem se caracterizado como um espaço de disputa política entre o Estado, instituições privadas e os atores que representam as margens da comunidade.

7.2. Memórias no território de Pituaçu (2022)

Seguem algumas das minhas memórias relatadas no ano de 2022 em Pituaçu. Observando o mapa de Salvador/BA, pude identificar uma extensa área verde, uma das maiores áreas verdes da tal metrópole. Além de compreender a importância dessas áreas no perímetro

urbano como um fator para amenização local de impactos devido às Mudanças Climáticas, a existência de tal área protegida me chamou atenção, afinal, me aprofundei em educação ambiental em áreas protegidas durante a minha graduação na iniciação científica e no trabalho de conclusão de curso.

Tal território é o bairro de Pituaçu e nele existe uma imensa lagoa que recebe o mesmo nome, o que me aguçou ainda mais a curiosidade. Comecei a pesquisar sobre o bairro e descobri a forte articulação comunitária, as pautas socioambientais e a produção cultural local intrinsecamente ligada à área artística, principalmente as artes circenses. Tudo o que mais eu amava estava em Pituaçu, a partir daí comecei a me conectar ainda mais com o local.

Decidi me mudar para o bairro, gostaria de vivenciar o território e estar imersa no universo da pesquisa. Assim, conseguiria ter mais facilidade para compreender as pautas locais e me envolver com a comunidade. Pituaçu é um bairro que possui uma região elitizada, porém apresenta comunidades que resistem a estar ali e ao direito à cidade, o direito de ter uma qualidade de vida e estar próximo a natureza.

É possível andar nas ruas ou até estar em casa e escutar o canto dos pássaros como o bem-te-vi e outros cantos encantadores pássaros com cores variadas, como preto, azul, amarelo e etc. É possível ver nas ruas micos andando em árvores e até próximo da orla escutar o mar. As ruas são apertadas, existem muitas vielas e grafites nos muros. Em alguns lugares específicos os famosos “pagodão” ocupam as ruas. As crianças brincam livres nas ruas e nas praças em horários específicos.

O mar não é muito limpo, afinal, o rio da Pedras desemboca próximo daquela região, na Boca do rio. Além disso, a região marítima local possui muitas pedras, mas quando a maré está baixa formam-se piscinas naturais, o que facilita a entrada de pessoas que não sabem nadar. Durante os dias da semana a praia é vazia, mas aos finais de semana a comunidade vai à praia e aos domingos jogam futebol.

a) Conhecendo o Parque Metropolitano de Pituaçu (25 de agosto de 2022)

Hoje conheci o Parque Metropolitano de Pituaçu, fui com o meu orientador até o parque conhecer a gestora, ela nos apresentou o território do parque e alguns conflitos territoriais locais, como o fato de há alguns anos atrás o parque possuía, aproximadamente, 600 hectares e, atualmente, possui 400 hectares. Alguns territórios foram doados para a implementação de universidades, outros doados/vendidos para a construção de condomínios. Alguns espaços foram ocupados pela comunidade, quais são ditos frequentemente como “invasões”, mas eu

continuo a dizer “territórios ocupados”. Já que os territórios ocupados por pessoas de baixa renda, são os que mais incomodam e são os mais marginalizados.

A gestora nos apresentou os espaços do parque, como o ponto de produção de mudas, os quiosques, a lagoa e a reprodução exacerbada de macrófitas, conhecidas popularmente como “baronesas”, em suas águas. Nesse momento, o meu orientador perguntou sobre a possibilidade de utilizar estas plantas como adubo, a gestora disse que existem estudos que apontam a presença de metais pesados nas raízes, o que dificultaria e encareceria a compostagem destas plantas no manejo. Além disso, o manejo das plantas não resolveria o problema, afinal, a(s) fonte(s) poluidora(s) teriam que ser localizadas e tratadas.

Também foi questionado a impossibilidade de entrada na lagoa, a gestora ressaltou que o índice de qualidade da água é péssimo e que existem placas orientando a não entrada, devido ao risco de doenças. Porém algumas pessoas, que culturalmente se banhavam, pescavam e desenvolviam outras atividades nas águas, continuam a banhar-se, mesmo com a sinalização de proibição. Nesse momento refleti sobre a importância da educação ambiental não só como uma orientação para diminuição dos impactos e sobre o risco de saúde, mas a importância de uma educação ambiental revolucionária, que questione as estruturas de forma integral, o porquê não podemos entrar/pescar/ banhar/ ritualizar nestas águas sagradas? por que as águas estão sujas? e os animais? e outras muitas outras reflexões que envolvem o problema.

Fomos a uma área de visitação que antigamente era um restaurante e que, atualmente, é utilizada como depósito de algumas obras do escultor Mário Cravo. Surgiram várias ideias, por exemplo, como esse espaço poderia ser utilizado, tanto para gerar renda e para melhorar a gestão do parque, tanto quanto como um museu e/ou uma oficina de restauração. Nesse ambiente é possível ter uma visão panorâmica do parque e do mar, é lindo de se ver!

Após a conversa e *tour* com a gestora, um vigilante do parque nos guiou a trilha das sensações. Um espaço mais conservado de mata e que possui algumas árvores nativas da região nomeadas por placas com sua espécie e família. Uma parte da trilha é indicada para prestar atenção em outros sentidos além da visão, sentindo algumas ondulações, como pedras de diversos tipos, areia, folhas ao serem pisadas. O vigilante foi muito cuidadoso e comentou sobre o prazer em trabalhar no parque, sobre o seu amor à natureza e por sentir o dever de falar sobre a importância dessa área protegida para as pessoas que a visitam.

QUADRO 07 - Índice de ações/atividades de EA

Índice de ações/atividades de EA
Reunião para conhecer e dialogar sobre o território com representantes da gestão do PMP

Fonte: Elaborado pela autora

b) Encontro do Circo Picolino para divulgar o Festival Alternativo em 03 de setembro de 2022

“A Escola Picolino de Artes do Circo”, terceira escola de circo brasileira, existe há aproximadamente 40 anos, fundada em 1985 por uma trupe chamada “Tapete Mágico”, um grupo de artistas circenses paulistas formados na primeira escola de circo brasileira, a Academia Piolin de São Paulo. Durante a trajetória do circo Picolino, foram desenvolvidas diversas ações e projetos de circo social e que buscavam contribuir com aspectos educacionais e cidadãos, por meio da arte educação e do circo social.

No final de semana do dia 03 de setembro de 2022, foi realizada uma ação produzida pela comissão do Festival Alternativo para arrecadar verba para a produção do festival e divulgação do mesmo. Foram oferecidas diversas oficinas, entre elas oficina de acrobacia, tecido acrobático, contação de histórias e até uma feira agroecológica com pequenos produtores.

Esse foi o meu primeiro contato com a comunidade e com a produção cultural de Pituacú, fui com os meus aparelhos/brinquedos circenses e artesanatos. A arte tem a potencialidade de nos conectar com as pessoas, encantando com o lúdico e com a magia da palhaçaria. Apresentei, com uma companheira de trabalho, alguns truques de malabarismo, isso chamou a atenção das crianças que se aproximaram e queriam ver como fazíamos os truques. A interação com as crianças nos instigou e nos aproximou da comunidade, nesse momento uma representante jovem da comissão produtora veio nos convidar para participar do Festival Alternativo, nos apresentando como artistas.

A representante nos disse que o Festival é uma ação antiga da comunidade e que demonstra a articulação comunitária para a defesa do território, do parque e da produção cultural e artística local. Acontece sem financiamento do Estado ou de instituições privadas, como demonstração da resistência da comunidade. Nesse momento senti a força dessas pessoas, como são articuladoras e que, historicamente, se aproximam a pautas socioambientais e culturais. Com isso, aceitamos a proposta. No mesmo dia participamos das atividades de acrobacia e tecido acrobático.

c) Reunião no PMP 10 de setembro de 2022

Como eu teria uma reunião à tarde no parque com um grupo chamado SEMEI, que desenvolve ações de educação ambiental na região, cheguei um pouco antes para me ambientar e conhecer melhor o parque. É um ambiente agradável com mata, o qual é possível ouvir e ver pássaros, crianças brincando e nadando na represa.

Me contaram que existe um outro projeto social, chamado Escologia, nos arredores do parque que desenvolve ações de educação ambiental, arte educação e esportes, fui até o local e o projeto é localizado na comunidade Alto de São João, com ruas de terras e muitas árvores, remetendo a um quilombo. Naquele perímetro, existe uma disputa entre o direito ao território pela comunidade e a demarcação do parque, o que justifica as ruas não serem asfaltadas, mas a população local não possui acesso a muitas políticas públicas, como por exemplo, saneamento básico.

O tempo tem outra medida quando estou na natureza, as vezes passa muito rápido e outras vezes paralisa, nesse caso para não me atrasar voltei ao local que aconteceria a reunião. Nesse momento encontrei meu orientador, fomos juntos nos achegar às pessoas. A gestora não conseguiu participar desta reunião, mas a Maritaca, membro do “SEMEI FELICIDADE” é responsável por coordenar a reunião, fez uma dinâmica para nos conhecermos sentados em círculo. Estavam presentes, Amani, professor de yoga, músico e conhecedor de uma alimentação vegana e saudável; eu, meu orientador, a Vera e um acompanhante dela.

Nesse primeiro momento nos conhecemos um pouco, em seguida a coordenadora da reunião falou sobre a sua militância na área ambiental e sobre as atividades desenvolvidas pelo SEMEI no território. Entre as atividades desenvolvidas pelo projeto, destacou uma iniciativa que aconteceu no dia 31 de julho deste mesmo ano. O projeto reuniu 16 grafiteiros que trabalham com arte de rua em diversos locais de Salvador, juntos realizaram uma ação para pintar os muros do Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto localizado nos arredores do parque. O projeto ocorreu de forma independente, com a colaboração de grafiteiros, articulação comunitária e financiamento coletivo.

FIGURA 12: Grafite no Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto I



Fonte: Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/cmei-em-pituacu-ganha-arte-em--produzida-pela-comunidade/>. Acesso em: 11 de marco de 2024.

Na figura 12 é possível ver o grafite confeccionado por Eder Muniz, conhecido pelo seu nome artístico “Calango”, que também está na foto. De acordo com a entrevista realizada pela prefeitura de Salvador, Calango reflete:

O grafite é uma arte democrática. Então, se fazer presente no espaço público em uma comunidade que luta pelo meio ambiente é muito simbólico, e o grafite faz isso nas ruas. Só essa troca entre os artistas e a comunidade, interagindo e reconhecendo o valor, gera uma energia de cuidado com o bairro” (SALVADOR, 2022).

Tive a oportunidade de passar outros dias na frente da escola, admirar as artes e ver que outros moradores também sentiam prazer em admirá-las. Alguns moradores comentaram que gostam de ver os grafites pela janela, deixando o dia mais alegre. Além disso, as imagens remetem ao tema “Educação Infantil, a cultura da infância e o meio ambiente” (SALVADOR, 2022) e proporcionam outras muitas reflexões socioambientais que podem ser trazidas para a realidade do bairro, como um museu na rua (Figura 13 e 14). Uma das responsáveis pela ação e moradora local, na mesma entrevista disse que a iniciativa nasceu devido a uma demanda local:

Tínhamos problemas com lixo, então decidimos melhorar o entorno da escola. Colocamos pneus para proteger as plantas, e como vimos que ficaram no lugar,

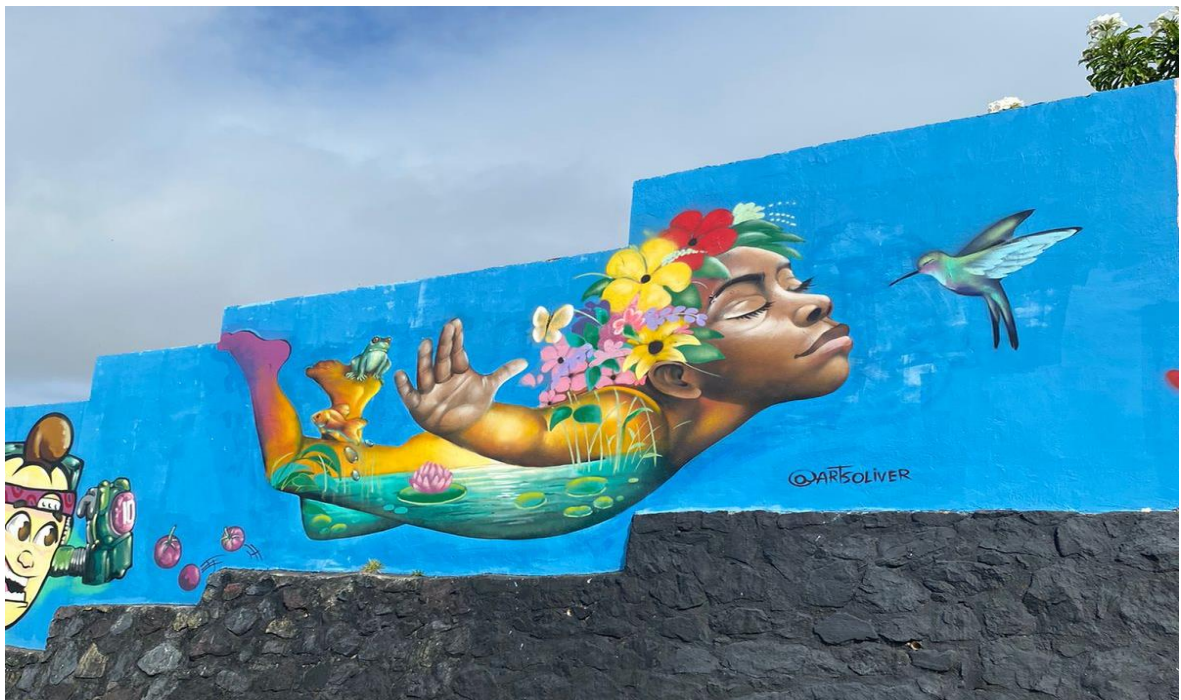
tivemos a ideia de pintar e grafitar o muro, mostrando para as pessoas que esse é um lugar que precisa ser preservado e cuidado (SALVADOR, 2022).

FIGURA 13 - Grafites no Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto II



Fonte: Acervo Próprio. (2023)

FIGURA 14 - Grafites no Centro Municipal de Educação Infantil José Maria de Magalhães Neto III



Fonte: Acervo Próprio. (2023)

A diretora da escola em uma entrevista, ressaltou que a organização comunitária em pró da cultura e do meio ambiente no bairro de Pituaçu é ativa e a realização desta atividade comprova a forte articulação. Além disso, as artes incentivaram o melhor diálogo entre a comunidade e a escola com a pauta socioambiental, como foi observado pela diretora:

O bairro é potente, cultural, muito vinculado ao Parque de Pituaçu e a gente tem um muro muito grande, mas que não comunicava com a educação infantil, o fazer pedagógico. Aí o projeto, de forma independente, buscou formas de ajudar a creche a fazer a ambientação, dialogando com a gente (SALVADOR, 2022).

Foram muitas reflexões nesse primeiro encontro com a comunidade sobre a ação desenvolvida e sobre os próximos passos. O meu orientador, trouxe algumas contribuições e orientações para os próximos encaminhamentos. A representante da entidade que coordenou a reunião disse, que conseguiram financiamento para grafitar os muros de mais uma escola no bairro, porém o fator limitante seria o financiamento do projeto como um todo.

No quadro abaixo é apresentado índices de desenvolvimento de EA, utilizando o conceito de índice determinado por Bardin (p. 100, 1997): “o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem” e a sua organização sistemática de acordo com a sua frequência são os indicadores, que posteriormente serão elaborados. Portanto, o quadro VI - “índices de desenvolvimento de EA” refere-se às atividades e ações que possuem objetivo de desenvolver educação ambiental reconhecidas pela autora. Já o quadro VII “Aspectos potencializadores de EA” são aspectos reconhecidos pela autora que podem potencializar as ações e atividades de educação ambiental.

QUADRO 08- Índices de ações/atividades de EA : Reunião no PMP

Índices de ações/atividades de EA
Reunião para dialogar sobre os problemas socioambientais do território
Articulação comunitária para resolução de problemas socioambientais, como a má gestão de resíduos sólidos, de forma educadora.
Museu na rua socioambientalista

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 09 - Aspectos potencializadores de EA: Reunião no PMP

Aspectos potencializadores de EA
Grafites que promovem reflexões socioambientais e raciais na escola e nas ruas
Articulação comunitária
“Só essa troca entre os artistas e a comunidade, interagindo e reconhecendo o valor, gera uma energia de cuidado com o bairro” Grafiteiro Calangos
“O grafite é uma arte democrática” Grafiteiro Calangos
“se fazer presente no espaço público em uma comunidade que luta pelo meio ambiente é muito simbólico, e o grafite faz isso nas ruas” - Grafiteiro Calangos
Englobando a realidade do território
Dia mais alegre para os moradores que admiram as artes
“O bairro é potente, cultural, muito vinculado ao Parque de Pituacú e a gente tem um muro muito grande, mas que não comunicava com a educação infantil, o fazer pedagógico” Diretora da escola
“Aí o projeto, de forma independente, buscou formas de ajudar a creche a fazer a ambientação, dialogando com a gente” Diretora da escola
Educação integral e ambiental
Confluência entre educação ambiental, arte educação e educação popular através dos grafites

Fonte: Elaborado pela autora. (2023)

d) Cortejo do VI Festival Alternativo em 2022

Após o primeiro contato com a equipe da produção do Festival Alternativo, fui convidada a me apresentar no cortejo que iria passar nas ruas da comunidade do Jd. Imperial e do Alto do São João, passando por escolas públicas localizadas no território e nos arredores do PMP. A concentração aconteceu em frente à escola municipal Piratini, como pode-se observar na Figura 15 com a diretora da escola e a equipe responsável pela ação. As crianças saíram da escola acompanhadas dos professores, como pode-se observar na figura 16, e se encantaram com as surpresas que estavam na rua, tinham palhaços, malabaristas, pernas de pau, capoeiristas e outras dezenas de pessoas fantasiadas.

FIGURA 15: Concentração da escola Municipal Piratini



Fonte: Equipe do Festival Alternativo. (2022)

FIGURA 16 - Crianças no cortejo



Fonte: Equipe Festival Alternativo (2022)

Passamos em várias ruas do território de Pituaçu, as crianças iam cantando e chamando as pessoas nas casas para participar do cortejo. As pessoas apareciam nas janelas e nas portas das ruas para compreender o que estava acontecendo, que arruaça era aquela que tinha muitas crianças, risos, música e arte. O palhaço nos conecta com as pessoas por meio da simplicidade, é só olhar e sorrir, é a troca da alegria e do amor, como pode-se observar na figura 17.

FIGURA 17 - Malabaristas do Cortejo



Fonte: Equipe do Festival Alternativo (2022)

Diante de tanta violência em nossa realidade, ocupar as ruas com arte, educação e as crianças é revolucionário. As crianças precisam brincar e a educação deve ultrapassar os muros da escola, devemos utilizar todos os equipamentos públicos como espaços educadores, parques, praças, as ruas e etc. A responsabilidade sobre as crianças é comunitária, elas devem se sentir seguras em todos os espaços e cabe ao Estado, à família e à sociedade civil zelar por essa segurança.

QUADRO 10: Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Cortejo cultural no Festival Alternativo: “florescendo na resistência”
Diálogo com a comunidade sobre a importância da luta pelo território e da defesa do parque
Promover a transformação socioambiental da realidade local, através da produção cultural

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 11: Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Cortejo passando nas comunidades do território
Articulação entre a comunidade e a escola
As crianças e a escola participarem da ação, ocupando as ruas
Educação para além dos muros da escola
Encantamento das crianças com as surpresas que estavam na rua, palhaças, malabaristas, pernas de pau, capoeiristas e outras pessoas fantasiadas.
Diálogos e trocas de sorrisos entre as crianças e os moradores do território
Pertencimento nas ruas e nos parques
Pertencimento nas ruas e no parque
Ocupar espaços públicos com arte e brincadeiras

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

e) Apresentação do Festival Alternativo na Escolgia em 2022

Foi a primeira vez que entrei na Escolgia, iria me apresentar com uma companheira de trabalho na mostra de circo do festival alternativo que aconteceria neste espaço cultural. Observei que na entrada do ambiente tem uma horta comunitária, dentro da casa tem um suporte no telhado para colocar os tecidos acrobáticos. O responsável pelo projeto nos recebeu, explicou que o projeto existe há mais de 40 anos e que neste local são desenvolvidas diversas atividades com a comunidade, envolvendo, circo, esportes e educação ambiental.

As crianças, moradoras da região, foram chegando acompanhadas pelos pais. O evento começou com o desfile do Pavão (Figura 19) que é uma senhora, historiadora e artesã local que restaura as roupas das crianças e confecciona acessórios com material reciclável. O trabalho

desta artesã atravessa pautas socioambientais e de autoestima das crianças negras, sua beleza, orgulho dos seus traços, do seu cabelo, uma educação afrocentrada. Na narração do desfile, os educadores trouxeram tais aspectos citados anteriormente e alertaram sobre o respeito que todos devemos ter com os corpos infantis.

FIGURA 18 - Desfile de roupas da Fátima com as crianças modelo da comunidade



Fonte: Equipe Festival Alternativo (2022)

Após esta atividade de abertura, tiveram apresentações de ginástica artística, de dançarinas da região, de tecido acrobático e palhaçaria com malabares. As crianças estavam muito felizes e encantadas com as apresentações.

QUADRO 12: Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Desfile artesãos locais que trabalham com materiais que podem ser recicláveis
Ocupar um espaço localizado no entorno de uma área protegida, promovendo ações que envolvem arte educação, circo social, educação afrocentrada e reflexões socioambientais

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 13: Aspectos que potencializa EA

Aspectos que potencializa EA
Protagonismo de meninas pretas da comunidade
Ocupar áreas verdes com arte educação
Eventos culturais com reflexões socioambientais
Histórico de desenvolvimento de ações de EA na comunidade
Presença das crianças e de suas famílias
Educação afrocentrada
circo social
Pertencimento local
Articulação comunitária

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

f) Plantio de Mudas e trilha da SEMA e INEMA com a escola municipal Piratini dia 4 de novembro de 2022

A gestão do Parque realizou, no dia 4 de novembro de 2022, a “Trilha das sensações” e um plantio de mudas com a Escola Municipal Piratini que está localizada às margens do parque. A ação foi desenvolvida através da parceria do Governo da Bahia, Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF) e BRACELL, que, de acordo com o site do Governo do Estado da Bahia (2022), doaram 360 mudas de plantas nativas da Mata Atlântica.

O objetivo desta ação foi compensar a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) gerados no evento de lançamento do Inventário de GEE do Estado da Bahia, em junho deste mesmo ano, e do VI Congresso Brasileiro de Reflorestamento Ambiental (CBRA). Ainda de acordo com o Governo do Estado da Bahia (2022), a empresa afirmou que o plantio das mudas doadas supera a quantidade necessária para a neutralização dos GEE gerados nos dois eventos citados acima, prevendo uma reserva de crédito de carbono superior a 26,6 toneladas de CO_2 . Na mesma reportagem foi falado que houve uma roda de conversa sobre Mudanças Climáticas e aquecimento global (Figura 20).

FIGURA 19 - Roda de Conversa Mudanças Climáticas e orientações para a trilha



Fonte: Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/galeria/1771/7474/imagem.html#menu-galeria>.

Acesso em: 11 de março de 2024

Os alunos, que possuem idade entre 7 e 12 anos, estavam muito felizes e animados, porém alguns mostraram-se estar com medo de animais peçonhentos que poderiam encontrar no caminho. Os alunos concentraram-se, primeiro, em um quiosque próximo da administração para lanche e receberam algumas recomendações de segurança orientadas pelo monitor, como pode-se ver na Figura 20. Durante o caminho da trilha o monitor foi pedindo silêncio, pois as crianças estavam agitadas e curiosas, os professores disseram que muitos dos alunos nunca fizeram trilha. Foi possível sentir a felicidade das crianças ao estarem ali, como pode-se observar na figura 21.

FIGURA 20- Trilha Parque Metropolitano de Pituacú

Fonte: Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/galeria/1771/7474/imagem.html#menu-galeria>. Acesso em: 09 de março de 2024

A trilha foi a mesma que eu fiz com o meu orientador há algumas semanas atrás, existem no caminho pontos específicos com placas explicando os nomes das árvores e algumas curiosidades, porém não foram utilizados como diálogo entre os alunos, professores e monitores. Em uma parte da trilha os alunos foram surpreendidos por uma intervenção teatral sobre a Maria das Cabras, uma história que é contada através da oralidade no território de Pituacú. Essa parte da trilha combinada com a intervenção teatral ressaltou a magia e o lúdico do ambiente, despertando o maior interesse das crianças, como pode-se ver na figura 22.

Foi criado um espaço de diálogo entre a atriz que estava interpretando a Maria das Cabras, o historiador do parque e os alunos, um momento em que os alunos poderiam fazer perguntas e escutar as histórias de tal mulher corajosa, símbolo da resistência, luta pelo território local e da natureza. Foi a primeira vez que escutei a história de Maria das Cabras e provavelmente a primeira vez que muitas crianças presentes ali também escutaram.

FIGURA 21 - Trilha com intervenção teatral da Maria das Cabras



Fonte: Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/galeria/1771/7474/imagem.html#menu-galeria>.

Acesso em: 07 de março de 2024

A atriz que interpretava o papel de Maria, como pode-se ver na figura 19, era uma jovem que estava vestida de senhora, conversava com os alunos e apontava para uma ilha do outro lado da lagoa, explicando que era em tal ilhota que ela morava com os seus animais. As crianças maravilhadas com a história, perguntaram como ela fazia para chegar lá com as suas cabras, a atriz respondeu que fazia a travessia de barco e que todos os animais a protegiam se alguém fosse fazer mal a ela, pois ela era uma protetora da natureza. Contou também que Maria das Cabras viviam na mata, em confluência com águas da lagoa, protegendo todos aqueles animais e plantas do território.

Após o momento lúdico, foi realizado um plantio de mudas como pode ser observado na figura 23. As crianças, com auxílio de adultos representantes das organizações, cavaram os buracos, que já foram predeterminados anteriormente, e plantaram as mudas, tendo o contato com a terra e orientações de como realizar o processo de plantio.

FIGURA 22 - Plantio de Mudas



Fonte: Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/galeria/1771/7474/imagem.html#menu-galeria>. Acesso em: 10 de março de 2024

QUADRO 14- Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Roda de conversa com as crianças sobre as Mudanças Climáticas
Trilha das sensações
Intervenção teatral sobre a história da Maria das Cabras
Processo educador sobre a importância de se plantar mudas na prática

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 15: Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Utilização de espaços públicos, como áreas protegidas, para desenvolvimento de EA
Desenvolvimento de atividades educadoras na trilha
Vivência em áreas protegidas
Resgate ancestral local
Valorização de memórias ancestrais do território
Protagonismo de mulheres negras na luta pela defesa do território
Reconexão com a natureza
Pertencimento ao território

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

g) Vivência no quilombo da Ilha da Maré com a Escolgia em 2023

FIGURA 23 - Ilha da Maré



Fonte: Acervo Proprio (2023)

A Escologia não realiza apenas atividades no território de Pituagú, a sede está localizada no território, mas, ocasionalmente, o projeto desenvolve atividades em outros locais através de parcerias, formando uma rede e intercâmbio de aprendizados. Uma de tais atividades ditas anteriormente, foi a parceria com o quilombo da Praia Grande da Ilha da Maré (Figura 24), território localizado ainda na cidade de Salvador na região conhecida como Baía de Todos os Santos. Para chegar até o lugar, é preciso atravessar com um barco saindo do bairro de Paripe, é uma travessia rápida de cerca de 30 minutos (Figura 25).

FIGURA 24 - Travessia Ilha da Maré



Fonte: Acervo próprio (2023)

Fui convidada a participar da vivência como artista circense e pesquisadora, para me apresentar para a comunidade quilombola local. A mestra quilombola, chamada Regina, nos recebeu com uma moqueca de peixe e mariscos pescados na região, recheada de muito dendê e coentro. No almoço fomos nos conhecendo, o Iraúna tem uma parceria com Regina há alguns anos, a qual a Escologia realiza vivências de esporte e circo na região, além de levar doações de alimentos.

FIGURA 25 - Almoço do quilombo

Fonte: Bruna Teixeira (2023)

Jurema, a quilombola, é doutora e ministra uma disciplina de ACCs da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além disso, desenvolve diversas ações na ilha, disse que os jovens estão perdendo o gosto pelo lugar e pelas atividades tradicionais, querem sair da comunidade e buscar trabalho em outros locais. O trabalho que desenvolve na comunidade tem como um dos objetivos conservar a cultura e passá-la para os mais novos, para que eles deem continuidade, como, por exemplo, a mariscagem, que é uma das principais atividades econômicas da comunidade.

Depois de um bate papo com a comunidade e as lideranças locais, a Escologia realizou as doações para as crianças e, em seguida, fomos nos apresentar. A professora Beija-flor realizou uma linda apresentação de tecido acrobático, encantando as crianças. Após, as crianças participaram de uma oficina de iniciação de tecido acrobático com a mentoria da professora Beija-flor. Depois, pude me apresentar para as crianças (Figura 27) e brincamos juntas de bambolê.

FIGURA 26 - Apresentação de malabares

Fonte: Bruna Teixeira (2023)

QUADRO 16 - Índices de ações/atividades de E A

Índices de ações/atividades de EA
Circo Social no quilombo da Praia Grande da Ilha de Maré

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 17- Aspectos que potencializa as atividades de EA

Aspectos que potencializa as atividades de EA
Brincar na natureza e no território
Intercâmbio cultural
Desenvolvimento de arte educação, por meio do circo social na natureza

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

h) Apresentações de circo no Parque em 2023

Cia Pé na Terra é nome de um grupo de artistas circenses pituenses, palhaços, que é formado por uma família. O casal, Didi Siriguela e Caxambó, ocupam o Parque Metropolitano de Pituacú há cerca de 15 anos com risos e palhaçaria. Seus três filhos, possuem idade entre 7 e 15 anos. Utilizam da arte educação, como ferramenta para alegrar e transformar as realidades, começando pela comunidade.

Os filhos desse casal de palhaços são artistas natos e participam dos espetáculos fazendo acrobacias e palhaçarias. Com um humor político, a família entrelaça piadas com a luta comunitária, pelo parque, pela natureza e pelo direito de ser arte.

No dia 16 de abril de 2023 me apresentei com tal grupo no espaço denominado pela comunidade com o mesmo nome da trupe de palhaços, o espaço Cia Pé na Terra. Tal espaço está localizado na frente da lagoa e próximo a administração do parque. É um espaço que representa uma meia lua, com um palco atrás, os espectadores podem ver o espetáculo com a lagoa de fundo. Antes do espetáculo começar, treinei um pouco de malabares, as crianças já vieram até eu perguntar se teria circo, é bonito ver como as pessoas da comunidade possuem a cultura de assistir apresentações de circo no parque.

Abri o espetáculo da família com uma performance de malabares (Figura 28), então, as crianças foram se aproximando e se sentando. A apresentação começou com poucas pessoas assistindo e, aos poucos, foram chegando mais e mais. Logo em seguida, começou o espetáculo da família (Figura 29), é possível observar que as crianças espectadoras se espelham e se veem nos filhos dos palhaços que são também crianças que se apresentam brincando, brincando livres no parque.

Outro aspecto a ser ressaltado nas falas dos mestres de cerimônia e nas apresentações, são falas que promovem a importância do parque como equipamento público educador, como espaço de proteção da natureza e de promoção artística e cultural. Caxambo e Didi Siriguela ressaltaram que a não privatização deste parque deve-se à luta comunitária, que está presente na fiscalização das ações da gestão do parque. O fato de o parque ser público e gratuito contribui para a ocupação deste pela comunidade e por aqueles que estão às margens, ou seja, aqueles que mais sofrem as opressões sociais, raciais e da crise climática, por exemplo.

FIGURA 27 - Apresentação palhaça Carol Caracol



Fonte: Equipe Festival Alternativo (2023)

FIGURA 28 - Espetáculo Cia Pé na Terra



Fonte: Equipe Festival Alternativo (2023)

QUADRO 18: Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Espetáculo do grupo/família de palhaços Cia Pé na Terra no PMP
Diálogo sobre a importância do PMP através da Arte educação e circo social

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 19 - Aspectos que potencializa a EA

Aspectos que potencializa a EA
Ocupar como forma de resistir
Utilização de espaços públicos, como áreas protegidas, para desenvolvimento da arte educação e educação ambiental
luta pela defesa do território
Desenvolvimento de arte educação e circo social na natureza
Articulação comunitária

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

i) Reuniões da Produção do Festival Alternativo 2023

O Festival Alternativo produzido anualmente pela comunidade para a comunidade. Ocupam-se espaços públicos, entre eles, as ruas, praças e o Parque Metropolitano de Pituacú, o qual, o último, tem grande importância cultural e histórica pela comunidade.

Este ano, o festival tem como tema: “fortalecendo nossas raízes”, o que remete a importância da ancestralidade para estarmos nutridos de sabedoria para construir o futuro. As raízes são a base e fortaleza das árvores, é a principal forma de nutrição e alimento, são responsáveis para que elas cresçam fortes e dêem frutos. Portanto, conhecer nossa história, valorizar os mais antigos e sua sabedoria pode contribuir para a construção coletiva do futuro. Tal valorização dos anciões faz parte de culturas afroindígenas e confronta o processo de colonização e implementação do capitalismo, que entende que os idosos são “velhos”, entidades obsoletas e que não contribuem mais para a produção e com o capital.

Portanto, tal tema apresenta aspectos contracolonizadores. Outro aspecto a ser destacado referente a equipe produtora do festival é o protagonismo de mulheres, mulheres que

lutam pela comunidade. A Beija-flor, uma mulher preta, pedagoga, artista e pertencente à comunidade local, está à frente da organização deste ano.

A Bumbá, uma organização sem fins lucrativos local que trabalha com formação artística e luta pela implementação dos Direitos Humanos da comunidade, ficou responsável pela organização do primeiro dia do evento (22 de setembro de 2023 - sexta-feira). As entidades locais se organizam em rede, através da “Pituaçu em Rede Afetiva”, assim, tais entidades se comunicam em teia para colaborar de forma coletiva nas articulações de eventos e fortalecimentos das atividades e ações locais.

No segundo dia do evento (23 de setembro de 2023 - sábado) foi realizado um cortejo, percorrendo as ruas da comunidade de Pituaçu e no terceiro dia (24 de setembro de 2023) foram desenvolvidas diversas ações, apresentações, oficinas e rodas de conversas no PMP. As reuniões para organizar o evento aconteceram semanalmente a partir de julho deste mesmo ano e envolveram o planejamento do conteúdo/programação, a logística do evento, financeiro e comunicação. O FA não contou com financiamento de entidades estatais ou privadas, todas as edições anteriores e inclusive esta, aconteceu com o trabalho voluntário e financiamento coletivo comunitário.

Para divulgação do FA, passamos em algumas escolas para convidar as pessoas para o evento. Então, fomos na reunião semestral de pais da escola Municipal Piratini. No espaço havia uma amostra de trabalhos dos alunos do 4º e 5º ano (figura 30 e 31) com o tema “Como eu vejo o Parque”, uma parceria com a gestão do PMP em comemoração dos 50 anos de parque. A escola está localizada em frente ao PMP, além de atender muitos moradores da região a escola possui um papel importante na educação formal conectando aspectos socioambientais, de reconexão com a natureza, principalmente o PMP, e com a educação não formal desenvolvida no parque.

FIGURA 29 - Maquete Como eu vejo o Parque, obras de Mário Cravo



Fonte: foto tirada pela autora (2023)

FIGURA 30 - Desenhos de pontilhismo como eu vejo o parque

Fonte: foto tirada pela autora (2023)

Na reunião estava acontecendo uma dinâmica com uma educadora convidada que proporcionou um espaço de memórias para os pais, já que muitos estudaram também na escola. Alguns foram convidados a contar momentos que marcaram a sua vida naquele espaço educativo. Alguns relatos foram de agradecimento a amizades que fizeram, a paciência e persistência dos professores ao ensinar e algumas pessoas agradeceram a secretária da escola chamada Canário, a qual é muito querida pelos alunos também.

Canário acolhia os alunos que chegavam na escola com fome, dava café da manhã e antes deles irem embora os alimentava com almoço, muitos pais choraram contando. Tais

histórias ressaltam a importância de uma educação integral em tempo integral para os alunos, é preciso que as escolas também ofereçam uma proteção integral para as crianças e jovens, pensando na sua saúde, alimentação e assistência, para isso ser possível, além de estrutura física e financeira é importante um corpo educacional formado, além de professores, por psicólogos e assistentes sociais. Nesse momento as representantes do Festival Alternativo compreenderam a importância que Mônica tem no território e a convidaram a ser homenageada no evento.

FIGURA 31 - Reunião de Pais



Fonte: Foto tirada pela autora (2023)

QUADRO 20- Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Promoção do Festival Alternativo - Fortalecendo nossas raízes
Participação da reunião da Escola Municipal de Piratini para dialogar e convidar as famílias para o FA

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 21 - Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Ocupar espaços públicos, como o PMP, para desenvolvimento de Arte Educação
Retomada Ancestral
Protagonismo de mulheres que lutam pela comunidade
Participação de projetos sociais, ongs e comunidade (Pituaçu em rede afetiva)
Luta contracolonizadora
Diálogo com a comunidade para construção coletiva do FA
Diálogo com a comunidade para divulgação do FA
Articulação comunitária para a construção coletiva do FA, construído pela comunidade para a comunidade
Englobar a realidade local
Valorização de artistas, articuladores, produtores, educadores e historiadores locais
Integração da educação formal e não formal para desenvolvimento de EA

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

j) Abertura 50 Anos de Parque Metropolitano de Pituaçu no dia 4 de setembro de 2023

A programação dos 50 anos do Parque foi elaborada pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do PMP. Foram diversas reuniões, optei por contribuir e fortalecer as atividades desenvolvidas pela comunidade ao invés de propor algo para complementar a programação.

O dia de abertura foi numa segunda-feira, 4 de setembro de 2023, dia em que foi criado o PMP. Cheguei um pouco antes e aguardei o meu orientador chegar. Sentei próximo ao quiosque da administração, em um banco em frente a lagoa, contemplei a paisagem e lembrei das vivências naquele lugar e agradei todos os aprendizados, possuo memórias muito lindas no parque. Refleti que vivi relativamente pouco tempo no Pituaçu (cerca de um ano e meio), mas mesmo assim me conectei com a natureza, imagino, então, a importância do parque para aqueles que nasceram ali, os mais antigos que nadavam na lagoa e devem ter tantas histórias para recordar e contar, as crianças que brincam livres no parque.

Uma parte da comunidade manifesta que “Não temos o que comemorar” nesses 50 anos de parque, mas aprendi com uma indígena que corpos tristes não têm força para lutar. Daí surge a importância deste festival, é preciso festejar, mas sem romantizar as relações e processos. Existem muitos problemas estruturais e de conflito no território e no parque. Mas ocupar os espaços com cultura e educação contribui para a violência e a exploração não serem o espetáculo.

Olhei de longe e avistei a viatura da polícia militar e a banda de tal instituição, eles estavam se apresentando na abertura. O meu orientador chegou e me avisou por mensagem, quando me aproximei os representantes do Estado estavam tirando fotos. Os presentes que não eram autoridades ou da banda militar que se apresentaria, se resumiam aos trabalhadores do parque e eu. Por ser um dia e horário comercial, é mais difícil para a comunidade e trabalhadores participarem.

A gestora agradeceu a presença de tais instituições, como o INEMA e a SEMA, parabenizou as instituições e os trabalhadores do parque por manterem a estrutura e o parque em funcionamento. Também falou sobre a programação de atividades que serão desenvolvidas durante o mês de setembro no parque.

Uma fala a ser destacada no evento, foi de um representante do Ministério do Meio Ambiente que estava presente na abertura, ele parabenizou a todos os trabalhos e representantes do Estado na gestão e manutenção do parque, já que é de extrema importância uma área verde, como o PMP, dentro de uma das maiores e mais populosas capitais do país, para garantir os direitos constitucionais, como o direito à qualidade de vida. Mas, acrescentou, que a garantia destes direitos só será possível se o olhar das comunidades, das margens, daqueles que mais sofrem com as opressões socioambientais e do olhar de cada um que estava presente for incluído nesse processo. Para isso, pediu encarecidamente os representantes do Estado, para que as políticas públicas sejam construídas com a comunidade. Foi muito inspirador.

QUADRO 22 - Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Elaboração da Programação de 50 anos do Parque pela Câmara Técnica de EA
Palestra de abertura do evento com falas, de forma expositiva, sobre os 50 anos de parque e homenagens aos representantes do Estado
Aspectos potencializadores de EA
Construção da Programação de forma coletiva, porém principalmente formada por técnicos e poucos representantes da comunidade
Apelo pelo diálogo com a comunidade e suas margens para a construção de políticas públicas

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

k) Exposição como eu vejo o Parque (Escola Municipal Piratinni / CMEI / Escola Municipal Recanto dos Coqueiros)

As crianças chegaram em duas turmas com três professoras e um professor, foram até o quiosque observando a decoração de bambus e folhas de Piaçaba, feita pelos trabalhadores do parque. As crianças ficaram encantadas e disseram que com a decoração o parque ficou ainda mais bonito.

A gestora sentou com os alunos em círculo e pediu para os alunos fecharem os olhos e escutarem os sons da floresta (Figura 33). Trouxe algumas reflexões sobre a importância da flora e fauna local, os problemas devido a má gestão de resíduos sólidos e como o fato de jogarmos “lixo” no chão pode impactar diretamente a qualidade da água da lagoa, dos rios e do mar, além de contaminar o solo e ser um risco para a nossa saúde e dos animais. Lembrou que o parque possui o potencial de cura, tanto pela presença de ervas medicinais, mas também pelo potencial de transformação da nossa energia pelo contato e pertencimento à natureza.

FIGURA 32 - Alunos da Escola Municipal Recanto dos Coqueiros sentados com a gestora do PMP

Fonte Foto tirada pela autora (2023)

Em seguida a professora Ana conduziu duas apresentações, a primeira apresentação foi sobre uma história de uma menina que cuidava de uma flor no parque, todos os dias ela ia para o parque cuidar da flor, porém quando ela não estava as pessoas não tinham o mesmo cuidado com a flor e a pisoteava ou jogava lixo ao seu redor. A flor foi ficando cada vez mais triste e fraca, com isso a menina teve a ideia de dormir do lado da flor, quando a menina acordou tinham várias flores nascendo. Com isso, ela chamou todas as pessoas da comunidade para ver as flores e dançaram juntos ao redor das flores.

A outra turma cantou um rap elaborado por eles mesmos, segue abaixo. Tal rap retrata a poluição das praias, uma realidade das crianças e moradores da região de Pituacú e Boca do Rio. É interessante a conexão que a professora fez da praia com o parque, já que o PMP está localizado em frente a orla e faz parte da vegetação costeira de mata atlântica. Além disso, a poluição no parque e na lagoa impactam diretamente o mar e sua qualidade de água e vice versa. O rap também conscientiza a população a não descartar resíduos na praia, pois podem afetar a sua saúde.

“Posturado” e Calmo - Um alerta a poluição das águas

A outra turma apresentou um rap
 Tô só de boa
 Bem na praia
 Aqui no Corsário
 Observando tudo com o meu queijinho na mão
 A praia está lotada
 O pessoal tá festejando
 De repente sinto algo
 Bem no meu pezão
 Levanto o meu pé
 E vejo uma latinha
 Mesmo injuriado
 Pego meu sacão
 Por mais que eu vá catando
 Vem mais lixo, vem voando
 Até o pratinho da
 Baiana tava lã no chão furando
 E a garrafa tá boiando
 O copão estão jogando
 E o mar está levando
 Pegue o saco, Bê!
 Vem limpar pra aprender
 O mar vai agradecer

(Autoria alunos da Escola Municipal Recanto do Coqueiros, 2023)

No final da ação, o professor da escola, que também é professor de capoeira angola, tocou um berimbau e circulou com os alunos com cartazes confeccionados pelos próprios alunos (Figura 34), os cartazes reivindicaram a não privatização do parque e o combate a poluição, também apresentaram mensagens conscientizando que o território é indígena e tem origem Tupinambá. Além disso, os alunos produziram um escudo zulu e uma lança Tupinambá, ressaltando a ancestralidade afroindígena local e o potencial guerreiro dos alunos.

Os alunos orientados pelo professor, realizaram uma manifestação contestando a comemoração dos 50 anos do parque, pois na leitura dos alunos e do professor, não haveria o que comemorar, já que cada vez mais o parque tem sua área reduzida e a lagoa poluída (Figura 35). Segue abaixo o grito de manifesto produzido pelos alunos da escola.

Grito de Manifesto dos alunos da Escola Municipal Recanto dos coqueiros

Todo povo unido pratica Ubuntu
 Somos guerreiros do Pituaçú
 A lagoa pede socorro
 O parque é nosso, o parque é do povo
 Um bom lugar
 Pituaçú território Tupinambá
 É bom lembrar
 Pituaçú território Tupinambá
 São 50 anos, nada pra comemorar
 Vamos plantar o fruto da resistência
 São 50 anos, nada pra comemorar
 Vamos plantar o fruto da resistência

(Alunos da escola municipal “Recanto dos Coqueiros, 2023)

FIGURA 33 - Cartazes produzidos pelos alunos da Escola Municipal Recanto dos Coqueiros



Fonte: Foto tirada pela autora (2023)

FIGURA 34 – Manifestação dos alunos da Escola Municipal Recanto dos Coqueiros



Fonte: foto tirada pela autora (2023)

QUADRO 23 - Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Roda de conversa entre os alunos e a gestora do parque para dialogar sobre a importância de áreas protegidas e especificamente o PMP;
Apresentação de teatro da escola sobre a má gestão de resíduos sólidos e a importância do cuidado com a natureza;
Apresentação de uma paródia sobre a poluição das praias e má gestão de resíduos sólidos;
Manifestação sobre os problemas no PMP e no território.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 24: Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Ocupar espaços públicos, como áreas protegidas, para realizar intervenções educadoras, culturais e de arte-educação;
Protagonismo de crianças na luta pelo território;
Arte educação;
Reflexões sobre os problemas socioambientais e raciais do território;
Reflexões sobre a complexidade da realidade;
Reflexões sobre a interligação de ecossistemas, por exemplo: o PMP e o mar;
Reflexões sobre os impactos das ações antrópicas;
Retomada ancestral de memórias do território;
Retomada ancestralidade afroindígena.
Incentivo à coletividade;
Ubuntu;
Confecção de cartazes para a manifestação;
Incentivo a cidadania;
Pertencimento ao território.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

I) Pré-semana Festival Alternativo 17 a 21 de setembro de 2023

Foi uma semana intensa de articulação e produção para os últimos detalhes do Festival, o qual é conhecido popularmente como a abertura da primavera. Realizamos reuniões semanais durante três meses, reunindo diversos representantes e organizações da comunidade e articulando as suas potências educacionais, culturais e de produção de eventos.

Uma das ideias do festival é contribuir com a melhora de vida das pessoas que moram no território de Pituaçu. Pensando nisso, decidimos articular com a instituição Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), responsável pela distribuição de água e saneamento de Salvador, para estar presente no evento e colaborar com a oferecimento de serviços, como, por exemplo, renegociação de dívidas, transferência de nome e endereço e outros serviços.

Também tivemos a ideia de trazer um representante do setor de educação ambiental para realizar uma roda de conversa sobre: “Como podemos construir melhorias na comunidade juntos?”. Porém, infelizmente, não foi possível tal roda pelo curto tempo e diversas outras demandas. Mas a EMBASA, propôs que fosse um representante da área “Socioambiental” para entregar revistas educativas e orientar aspectos comportamentais e individuais para a população evitar o descarte de resíduos em ruas, esgoto e outras ações que possuem o potencial de impacto aos mananciais.

Tal ideia da EMBASA foi questionada, já que a ação proposta não proporcionaria um espaço de diálogo e reflexões críticas sobre os problemas estruturais, culpabilizando, apenas, o indivíduo devido a poluição. Porém a instituição se mostrou aberta para, em outro momento, organizarmos uma ação coletiva que possibilitaria tal espaço de diálogo com a população para a construção coletiva.

Além disso, outras instituições apoiaram a realização do festival, como, por exemplo, o circo Picolino, que emprestou a lona para a realização da feira artesanal e agroecológica para proteger os feirantes do sol. O festival é construído através de teias comunitárias, cada instituição contribuindo um pouco para a realização do projeto, envolvendo e trazendo em si um pouco de cada um.

Na quinta-feira, dia anterior ao evento, pude colaborar na produção dos troféus aos homenageados do festival. Uma artesã local confeccionou vasos com garrafas pet coletadas pela comunidade em uma limpeza realizada no parque. A artesã transformou tal resíduo, com potencial poluidor, em arte. No troféu colocamos as mudas cultivadas pelos trabalhadores do parque.

O troféu estava sem furo, então, para as plantas não se sufocarem pedimos auxílio para o historiador do parque um prego e isqueiro para furar o troféu. Beto, historiador do parque, nos chamou para irmos à oficina de Mário Cravo. Lá encontramos Aquino, trabalhador e restaurador das obras de Mário Cravo. Fomos estudando músicas de Axé no caminho. Beto nos mostrou uma escultura de Exu e neste momento começou a tocar a música de Taína Santos “Exu é quem abre os caminhos”. Sentimentos a espiritualidade ali presente. Nesse momento refleti sobre o papel educador do Parque e a pedagogia das encruzilhadas, de Luiz Rufino.

Tivemos várias ideias, entre elas como aquele espaço poderia ser um museu, tanto para expor as obras de tal artista, como fortalecer o trabalho de restauração do trabalhador do parque. Aproveitando o potencial do espaço cultural, artístico e educacional. Todas aquelas peças foram

feitas com material que seria descartado, ferros que são arte, que são espiritualidade, que são educadoras.

Após uma chuva de ideias, abrimos o guarda-chuva para voltar ao objetivo que era furar os vasos. Quando voltamos ao trabalho, eu ia furando os vasos com um prego e o Carcará ia aumentando os furos. Porém, ele me lembrou que o nosso mestre de capoeira nos ensinou que em um trabalho artesanal a mesma pessoa teria que começa-lo e finalizá-lo. Eu, como engenheira treinada pelo fordismo, pensei em tal logística para otimizar a produção, porém desta forma perde-se o encantamento do artesanato. Gratidão mestre por nos ensinar tanto, mesmo longe.

Carcará teve que sair para resolver problemas de sua produtora e eu continuei os trabalhos de confecção dos troféus colocando as mudas. Foi muito bom mexer na terra, observar as minhocas e o seu potencial de nutrição. Dentro da terra achei uma lacraia, não tive medo, ela estava inofensiva, só queria ir embora, deixei ir. Quando em nossa relação com os animais existe respeito, é possível e amorosa a convivência.

Naquela mesma manhã, os trabalhos do parque estavam colaborando com a produção do festival, confeccionando uma estrutura de bambu para fazer sombra aos trabalhadores que venderão produtos no parque, conhecidos popularmente como ambulantes. Um dos objetivos do festival é retomar o sentido de comunidade no território, é possível ver o esforço coletivo e a energia doada de cada um para a realização do evento.

QUADRO 25 - Índice de ações/atividades de EA

Índice de ações/atividades de EA
Reuniões de construção do Festival Alternativo

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 26 - Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Construção independente e comunitária do festival;
Articulação com o Estado para a realização de ações educadoras e de resolução de problemas socioambientais;
Teias comunitárias, articulação comunitária em rede;
Parceria com o PMP para a produção de troféus artesanais, que são mudas de plantas, para homenagear pessoas que contribuíram e contribuem para a transformação socioambiental do território;

Explorar o papel educador do parque e seus espaços com potência educadora;
--

Retomada do sentido de comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

m) Dia I Festival Alternativo

A abertura do evento começou com Gabriel, cantor, pedagogo e capoeirista angoleiro. Enquanto cantava, foi apresentado slides com fotos e mensagens de mestras e mestres, professores e lideranças do movimento negro, como: Maria Carolina de Jesus, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro e outras. Em seguida, iria iniciar uma mesa de título: “Povo Negro Defendendo o Quilombo - Pituaçu 50 anos e memória viva de mãe Bernadete” (figura 36), porém começou a chover a Yalorixá Ilê Axé Abassá de Ogum que participará da mesa disse para nos acalmar: “Quando chove é porque precisa lavar”. Paramos, cobrimos as coisas e depois de alguns minutos parou de chover.

FIGURA 35 - Mesa “Povo Negro Defendendo o Quilombo - Pituaçu 50 anos e memória viva de mãe Bernadete”



Fonte: Foto tirada pela autora. (2023)

A mesa foi iniciada por Beija-flor, liderança comunitária de Pituaçu, mulher preta, pedagoga, mãe, artista circense e professora de tecido acrobático. Beija-flor nos relatou sobre a

sua relação com a comunidade, além de trabalhar com reforço escolar aos sábados realiza atividades com as crianças na Escologia, oficina de jogos educadores. Relatou que é uma oportunidade de lazer e aprendizado para as crianças, também disse que as crianças gostam e quando as veem na rua agradecem.

Além disso, Beija-flor articula e organiza a distribuição de doação de alimentos na comunidade. Pois a Escologia recebe diversas doações de mercado e pelo seu longo período nutrindo a relação com as pessoas da comunidade, consegue direcionar as doações para aqueles que mais precisam. Gratidão, Beija-flor, por nos inspirar tanto.

Em seguida, tivemos uma fala de Benti-vi, representante do Conselho do PMP. Contou sobre a sua conexão com a comunidade e o parque através do futebol na praia aos domingos. Há mais de 20 anos Paulo joga bola na praia de Pituaçu e ia com os amigos, após os jogos, nadar na lagoa. Também falou sobre a sua atuação no Conselho e a importância da participação comunitária de tal espaço. Recordou que, através da luta, disputa e ocupação de tais espaços, conseguimos reivindicar direitos e exercer o papel de cidadão. Inclusive, a volta dos ambulantes do parque foi uma conquista comunitária, através do Conselho.

Foi importante escutar tais lideranças comunitárias e seu papel na comunidade. Após, recebemos a Yalorixá Pombo Ilê Axé Abassá de Ogum de Itapuã, bairro próximo e que é marcado pelo movimento cultural e fortalecimento da ancestralidade. Mãe Pombo era muito próxima de Mãe Bernadete, assassinada brutalmente em seu território quilombola Caipora. Mãe Pombo contribuía na luta quilombola, como coordenadora de povos de terreiro do quilombo Caipora. Ainda sem respostas, o assassinato, que é um feminicídio, reflete em ainda mais medo e fere a subsistência da comunidade, pois as mulheres do quilombo não estão conseguindo plantar.

Mãe Pombo também ressaltou que nesse cenário, é ainda importante demarcar os territórios para se proteger. Desenvolver um festival como esse é também demarcar território, no sentido de legado, ocupando as ruas, as praças, o parque com cultura, arte e educação, protegendo, assim, a comunidade, os corpos. Para isso, também precisamos de políticas públicas, para que o povo efetive seu potencial e o Estado se responsabilize pela comunidade. Mãe Pombo também apontou:

é impossível falar de 50 anos de Parque Metropolitano de Pituaçu sem falar de ancestralidade, quando pisamos no território sentimos a ancestralidade e todos aqueles que lutaram para estarmos aqui hoje, nesta pauta os terreiros de candomblé podem nos ensinar muito (Pombo, 2023.)

Finalizamos a atividade com uma roda de capoeira angola na rua, retomando aspectos da ancestralidade através de cantos como as ladainhas, corridos e chulas, tocando instrumentos sagrados como o atabaque, berimbau, pandeiro, reco-reco e o agogô. Estar em círculo, mantendo a energia circular é estar em comunidade, estar conectado com o outro com respeito e ginga, a malandragem nos ensina que é preciso estar atento para não levar uma rasteira e, por isso, a roda de capoeira é muito semelhante a roda da vida, os mestres nos ensinam a malandragem e a mandinga para jogarmos com a comunidade, não contra.

O primeiro dia foi emocionante e nos ensinou muito, porém quando estávamos indo embora houve um tiroteio na praça próximo ao evento. Se não ocuparmos os espaços com educação, arte e cultura a violência vira protagonista.

QUADRO 27 - Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Abertura c/ apresentação de slides de fotos das edições anteriores e com mensagens de mestras e mestres, educadores do movimento negro e militantes raciais;
Apresentação de um cantor com músicas de capoeira e que enaltecem o movimento negro;
Mesa redonda: “Povo negro defendendo o quilombo - Pituacú 50 anos e memória viva de mãe Bernadete”;
Roda de capoeira.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 28 - Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Reflexões sobre pautas raciais;
Valorização da autoestima preta;
Reflexões sobre intolerância religiosa;
Reflexões sobre as contribuições das religiões de matrizes afrobrasileiras para o enfrentamento das injustiças socioambientais;
Luta pela defesa do território;
Protagonismo de falas de mulheres pretas e suas histórias;
Protagonismo do trabalho desenvolvido pela comunidade e suas lideranças;
Articulação comunitária;

Cidadania
Ocupação de espaços de participação social, como o Conselho;
Fortalecimento da ancestralidade;
Movimento cultural;
Circularidade;
Estar em comunidade;
Ocupar as ruas com arte, educação e cultura;
Capoeira;
Atividades de jogos;
Oportunidade de lazer para as crianças;
Futebol na praia;
Nadar na lagoa;
Demarcar território.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

n) Dia II Festival Alternativo

A concentração para o cortejo começou às 13h00 com uma mesa de frutas para todos aqueles que estavam chegando. Reunimos com malabaristas de outros territórios como o subúrbio, o Circo Picolino, pernas de pau, o homem árvore e os Pierrot (figura 37), uma tradição baiana desde 1960 que saem mascarados para brincar com as crianças nas ruas. O bloco de percussão de Itapuã também animou o cortejo e os grupos de capoeira do território de Pituaçu.

FIGURA 36 - Pierrot Tradição no Festival Alternativo



Fonte: Foto tirada pela autora (2023)

As ruas, infelizmente, no dia anterior estavam alagadas com esgoto que transbordou, o ocorrido acontece com frequência na região. Mas contatamos a EMBASA, que inclusive iria participar do evento no dia seguinte e não possui boa fama no bairro, para arrumar o vazamento antes do evento. Através da pressão popular, a EMBASA consertou o vazamento no mesmo dia, porém o mau cheiro e alguns resquícios de efluente ainda estavam nas ruas.

O cortejo começou com um momento de desfile das roupas sustentáveis confeccionadas pela artesã local Sandra. As meninas modelos são crianças e adolescentes negras moradoras do território de Pituacú. O desfile, além de prestigiar o trabalho da artesã e o seu propósito sustentável, tem como objetivo ressaltar a beleza das meninas negras e sua autoestima, com muito respeito aos seus corpos infantis.

Também foi realizada uma homenagem a secretária Mônica da escola Municipal Piratinia qual tem uma história de anos na comunidade e os pais das crianças defendem que ela foi fundamental para a formação deles e de seus filhos. a que muitas vezes eles, quando eram crianças, não tinham o que comer, a Mônica dava almoço para eles irem para casa. Esse caso, reafirma a importância do combate à fome e a importância da educação integral para as crianças e adolescentes.

Depois das intervenções, começamos a caminhar pelo território. Foi mágico interagirmos com as pessoas e roubar sorrisos dos moradores do Jardim Imperial, 2 de janeiro, Alto do São João e outros. Fomos até o famoso acarajé da Dal, ela ofereceu cerca de 200 acarajés às pessoas que estavam no cortejo. É bonito ver como os empreendimentos e estabelecimentos também se unem para fazer o festival acontecer.

Infelizmente, nesse momento recebi uma mensagem da minha prima de São Paulo contando que o meu primo, que estava no sistema de cárcere privado, tinha falecido naquele momento. Estávamos em pleno setembro amarelo, a notícia veio como suicídio, mas não sabemos o que de fato aconteceu. No momento fiquei sem chão e fui para casa, não consegui acompanhar mais o cortejo. Mas sei que o Estado deveria segurar a vida dele, um jovem de 23 anos, caipira de São Carlos, periférico, não completou o ensino médio e filho de empregada doméstica, minha tia, mulher que lutou por muito tempo contra a violência doméstica. Realidade de muitos outros jovens no Brasil. Mesmo mergulhada na tristeza, vi a importância do que estávamos fazendo, proporcionando alegria e oportunidades para os jovens da comunidade.

QUADRO 29 - Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Desfile das meninas da comunidade e mostra de roupas sustentáveis da artesã local;
Cortejo cultural do Festival Alternativo das ruas do território e no parque.
Brincar no território.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 30 - Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Mesa de frutas a serem compartilhadas pela comunidade;

Articulação comunitária e de entidades locais;
Retomada da tradição dos Perrot;
Bloco de percussão de Itapuã;
Pressão popular para diminuir o vazamento de esgoto nas ruas;
Prestigiar o trabalho de artesãos locais e seu propósito sustentável;
Protagonismo e autoestima de meninas pretas da comunidade;
Homenagem a professora local;
Ed. Integral e ambiental;
Ed. formal e não formal;
Pertencimento ao território;
Interação com as pessoas da comunidade;
Circo social;
Brincar livre.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

o) Dia III Festival Alternativo

Mesmo sendo um dia triste e longe da minha família, resolvi contribuir com a produção do festival, estar com as crianças me alegra e motiva a buscar contribuir com transformações em nossa sociedade. Acredito que a arte, a cultura e a educação são estratégias centrais de combate a violência, a desigualdade e as opressões. Oferecer oportunidades de entretenimento, de lazer e cultura para a juventude é abrir caminhos, possibilitar novas oportunidades e nos incentivar a sonhar, a não esquecer de sonhar.

Pela manhã foram oferecidas diversas atividades que aconteceram de forma simultânea, como por exemplo: aula de yoga, dança ciganas, reiki, prestação de serviços da EMBASA, oficina de slackline, tecido acrobático, confecção de pipas, mágica e contação de histórias, como este cordel que segue abaixo, foi contado pela contadora de histórias com fantoches Angeli Tânia Rezende.

CORDEL FESTIVAL ALTERNATIVO

Autora: Angeli Tânia Rezende

Minha gente, ouça aqui
 Uma história de emocionar
 Os que amam a natureza
 Vão querer escutar

Sobre um movimento cultural
de preservação desse lindo lugar

xxx

Em torno do Pituacú
O Festival foi gestado
Cuidar do meio ambiente
Que está sendo degradado
Tem poluição no solo, na água
Plástico e lixo pra todo lado

xxx

Poetas, cantores e palhaços
Encantaram o alternativo festival
A arte em suas diversas linguagens
Trouxe alegria e alto-astral
Com o Cortejo nas ruas do bairro
Pituacú virou um lindo carnaval

xxx

Nesse Festival
O Parque 50 anos vai completar
Mas diante de tanta poluição
Não há muito o que celebrar
A lagoa está morrendo
E os peixes nela a agonizar

xxx

Dona Maria das Cabras
Em outrora veio alertar
Que cuidar das matas é preciso
As árvores não cortar
Lutou até o fim de sua vida
Para a Lagoa não se acabar

xxx

Nesse território sagrado
animais vivem por um triz
Todos pedem socorro
Tucanos, cobras, saguis
Precisamos ajudar
A biodiversidade a ser feliz

Também realizamos um “Varal histórico de Pituacú” (Figura 38, com algumas notícias de jornal da década de 1980, 1990 e 2000 do território, retratando a luta comunitária dos moradores que vêm avisando e lutando para salvar a lagoa há anos. As pessoas passavam e perguntavam o que eram as manchetes e se as fotos são da lagoa, explicávamos que sim, que há alguns anos atrás as pessoas nadavam, pescavam e realizam outras atividades na lagoa e que agora, o direito das crianças e da nova geração manter as tradições e conexão com a lagoa está sendo negado, pelo fato de a lagoa estar poluída.

Um senhor, antigo morador de Pituacú, disse que há muitos anos atrás nadava na lagoa e era uma das principais atividades de lazer local, também disse que tem medo do parque ser privatizado, que apesar de ter muitas coisas o que melhorar é o que garante que o acesso é público e gratuito. Outro moço, morador de Itapuã disse que gostou muito de conhecer mais a

história de luta do território de Pituacú e disse que se assemelha muito a luta de Itapuã, a qual compreende que a lagoa de Abaeté também é sagrada e possui grande importância a ancestralidade local.

FIGURA 37 - Varal Histórico de Pituacú



Fonte: Foto tirada pela autora

Aconteceram mesas redondas nesse dia também sobre diálogos entre territórios e ancestralidade, envolvendo representantes do movimento da Lagoa de Pituacú e Lagoa de Abaeté. Foi um momento de trocas de experiências e de escutar os mais antigos moradores dos territórios, compartilhando seu tempo e sabedoria. Ambos os territórios têm muito em comum, enfrentam o descaso do Estado perante a saúde da lagoa e de seu ecossistema, refletindo, assim, em problemas sanitários para a população e são impedidos de realizarem atividades de lazer, rituais sagrados, pesca e outras atividades que tradicionalmente realizavam.

Mais tarde houve shows com protagonismo de estilos musicais afro, como o reggae e em paralelo, houve apresentações de circo. A arena cia pé da terra historicamente enche de público, já que envolve palhaçaria, malabares e apresentações de dança e ginástica artística, atrai diversas famílias.

QUADRO 31 - Índices de ações/atividades de EA

Índices de ações/atividades de EA
Diversas atividades simultâneas no PMP, como: yoga, tecido acrobático, reiki, prestação de serviços da EMBASA, confecção de pipas, mágica, contação de histórias e outras atividades;
Roda de conversa: Diálogos entre territórios, lagoa de Pituaçu e lagoa de Abaeté;
Varal Histórico;
Show de Reggae;
Espetáculos de circo social.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

QUADRO 32- Aspectos potencializadores de EA

Aspectos potencializadores de EA
Oferecer entretenimento para a juventude periférica;
Brincadeiras ancestrais, como pipa e contação de histórias;
Brincar livre na natureza;
Pertencimento a natureza;
Pertencimento ao Território;
Memórias ancestrais;
Movimento cultural;
Conservação do lugar;
Cuidar do meio ambiente;
Reflexões sobre a poluição da lagoa;
Arte educação;
Circo social;
Encantamento;
“Pituaçu virou um carnaval”;
História da luta comunitária;
Relação com a lagoa;
Reflexões sobre a privatização de áreas protegidas;
Relação intercultural e de luta entre os territórios;

Ancestralidade;
Protagonismo de estilos musicais afro brasileiros;
Reflexões sobre alimentação nutritiva, saudável e orgânica.
Articulação comunitária

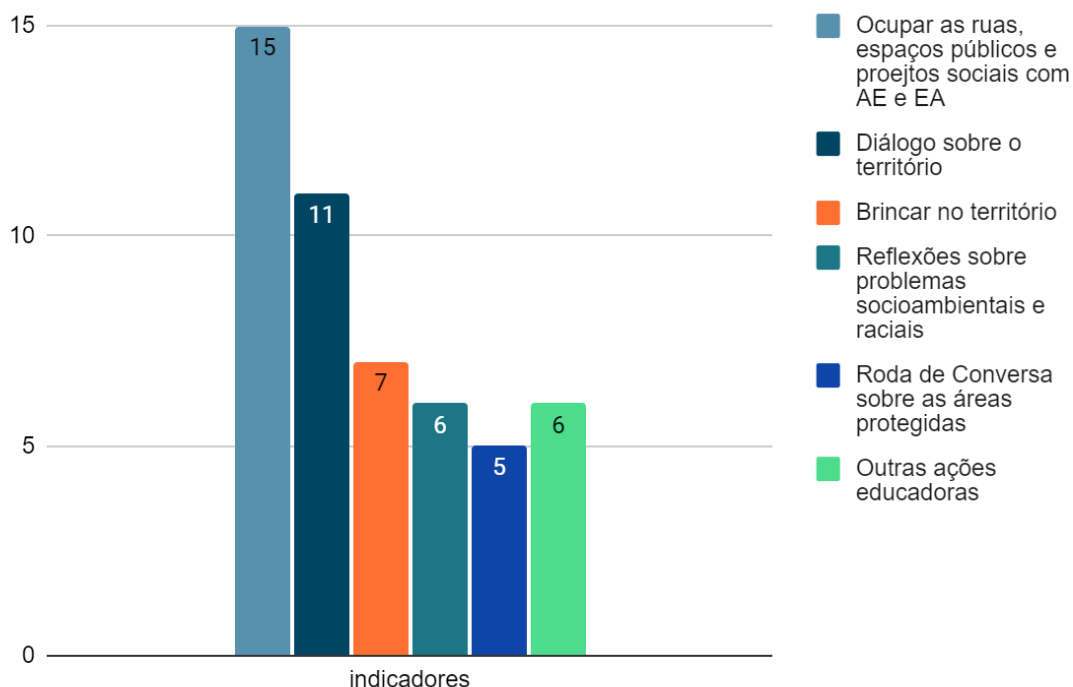
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

8. ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DO TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ

Foram diversas experiências vividas em comunidade em prol da coletividade, conservação da natureza, em defesa do território, do direito à cidade, ao acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à cultura. Para se responder às questões de pesquisa: “As margens da comunidade possuem um potencial educador para o enfrentamento das Mudanças Climáticas?” e “O diálogo com as margens da comunidade é um aspecto importante na construção de políticas públicas?”, pretende-se utilizar tal conceito de Educação Ambiental definido pela Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999):

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Para isso, foi realizado no capítulo anterior a sistematização dos dados obtidos por meio da observação participante, destacando-se ideias e frases que contemplam as vivências e experiências das ações desenvolvidas pela comunidade. Através dos quadros elaborados pela autora, foi possível identificar as áreas/tema e padrões das atividades educadoras e os aspectos que potencializam tais atividades, resultando em indicadores que demonstram a frequência que tais ideias aparecem nas atividades, sendo possível indicar os temas e ações que mais permeiam no território. É importante ressaltar que as as atividades e ações desenvolvidas podem ter sido classificadas em mais de uma categoria. A sistematização dos dados e construção do mesmo, são detalhadas no Anexo II - Print da Planilha elaborada. Segue abaixo o gráfico 01 com os indicadores de ações/atividades de EA no território.

GRÁFICO 02- Indicadores de atividades e ações de Educação Ambiental no território de Pituacú

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após analisar o gráfico 01, é possível observar que o indicador com maior frequência (15) foi o: “Ocupar as ruas, espaços públicos e projetos sociais com Arte-educação (AE) e Educação Ambiental (EA)”. Primeiramente, compreende-se a importância de se definir o conceito de Arte-educação adotado neste trabalho. Portanto, Biasoli (2009) compreende:

(...) o movimento de Arte/Educação impõe-se no Brasil pretendendo afirmar a eficiência da Arte para desenvolver formas sutis de pensar, diferenciar, comparar, generalizar, interpretar, conceber possibilidades, construir, formular hipóteses e decifrar metáforas.

É possível compreender a arte-educação, como define Cionini (2006): “Arte-educazione, che significa educare attraverso l’arte” ou seja, a **Arte-educação é a educação através da arte e ela, inclusive, contribui formação do indivíduo além das técnicas artísticas, o fazer artístico proporciona um espaço educativo propício para aprendizagem.** Além disso, é possível uma confluência entre outras áreas do conhecimento, inclusive, a educação ambiental para, assim, promover reflexões e buscar transformações sociais.

Nesse sentido, é possível observar que cerca de 15 das atividades desenvolvidas envolvem arte educação e educação ambiental em Pituacú. O Projeto Escologia realiza diversas

atividades de arte educação com a comunidade e em outros territórios (Quilombo), proporcionando um espaço para apresentações de circenses e de atividades de **circo social no território**. Utiliza-se na pesquisa o conceito definido por Fábio Dall Gallo (2010), como Circo Social, **o fenômeno no qual utiliza-se a linguagem artística de circo como instrumento pedagógico em ações de inclusão social**, principalmente para grupos em situação de vulnerabilidade social, o qual considera como uma das fundamentações teóricas a arte-educação.

Ainda segundo o autor, a maioria das instituições que realizam atividades de Circo Social são organizações não governamentais e projetos sociais, além de disponibilizar cursos de técnicas circenses e outras atividades complementares, podem proporcionar outras linguagens artísticas como espetáculos que envolvem: produção cultural, gravação, fotografia e manutenção de aparelhos. **Além disso, é necessário um acompanhamento pedagógico e social, a fim de garantir a permanência dos participantes na educação formal. Esses aspectos foram observados no Projeto Escologia, que além de proporcionar um projeto contínuo na comunidade e oferecer outras atividades culturais, esportivas, oferece momentos de espetáculo com mostras das atividades realizadas durante o semestre, na forma de contraturno do horário escolar.**

O “museu na rua” desenvolvido pelo grupo Semei Felicidade e o grupo de grafiteiros, também proporcionou um espaço educativo nas ruas do território, através de **uma manifestação cultural do movimento do grafite. Para Biasoli (2009) é preciso buscar realizar uma arte educação que fortaleça a cultura visual**, a qual não contribui apenas para o reconhecimento da subjetividade da imagem, mas também relação profissional como instrumento que promove reflexões sobre as diferenças e suas manifestações de gênero, orientação sexual, classe, raça e inclusive, seus aspectos socioambientais.

É importante ressaltar também que **a cultura visual não está, somente, diretamente ligada com a imagem, mas também com as formas sensoriais de comunicação e não só as objetividades dos fatos visuais observados, mas também de seus contextos, a construção social da experiência visual, a qual envolve o visual, o que vemos, e a visualidade, o modo de ver (BIASOLI, 2009)**. Portanto, é possível identificar aspectos da arte-educação, através da cultura visual promovidos pelos cortejos culturais realizados pelo Festival Alternativo do ano de 2022 e 2023, os quais propiciaram um espaço de **diálogo através da comunicação da experiência visual** entre os artistas circenses, as faixas, cartazes, fantasias e as pessoas da comunidade que iam ao encontro para ver a arruaça.

Estar em comunidade nas ruas nos dois cortejos culturais realizados pelo Festival Alternativo, que é uma conexão entre diversos atores e grupos da comunidade conectados em rede para a realização do evento, me fez lembrar de um texto de Gadotti (p. 100, 2009) sobre **educação integral**. O autor propõe uma educação para além dos muros da escola, ocupando-se espaços no território como: as ruas, as praças e os parques como extensão da escola, buscando utilizar os equipamentos públicos e fomentar parcerias com a comunidade, projetos sociais e a família, garantindo a valorização da autoestima e o protagonismo dos participantes, compreendendo a educação integral como o engajamento coletivo de todos.

Tal parceria entre a escola, a comunidade, os grupos sociais e o parque, é evidenciada na categoria citada anteriormente, tais atividades contribuem para o fortalecimento do senso de pertencimento comunitário e do território, como defende Gadotti (p. 101, 2009):

Não basta convidar as pessoas a participar, é preciso que elas sintam prazer em participar. A gente só participa do que faz parte. As pessoas só participam quando se sentem valorizadas e quando sentem que aquilo no qual elas participam lhes pertence. A sensação de pertencimento é o motor da mobilização.

Mãe Pombo também ressaltou que nesse cenário, é ainda importante demarcar os territórios para se proteger. Desenvolver um festival como esse é também demarcar território, no sentido de legado, ocupando as ruas, as praças, o parque com cultura, arte e educação, protegendo, assim, a comunidade, os corpos. Tal senso de pertencimento também foi abordado e enquadrado em tal categoria, o grupo Semei felicidade em parceria com a escola, de forma autônoma, realizou com a parceria de grafiteiros de Salvador a criação de um museu na rua, com a fala do grafiteiro Calangos :

O grafite é uma arte democrática. Então, se fazer presente no espaço público em uma comunidade que luta pelo meio ambiente é muito simbólico, e o grafite faz isso nas ruas. Só essa troca entre os artistas e a comunidade, interagindo e reconhecendo o valor, gera uma energia de cuidado com o bairro (SALVADOR, 2022).

Ocupando as ruas e espaços públicos com ações culturais, artísticas e educativas é possível ressignificar os espaços e exercer nossa cidadania tornando as ruas um espaço seguro para as crianças brincarem. O que está intrinsecamente ligado com a categoria “Brincar no território” (7), no cortejo as crianças interagem com os Perrot, palhaços, malabaristas e com as outras crianças e pessoas, através de uma ação coletiva de cuidado comunitário.

O segundo indicador com maior frequência (11) observada nas atividades foi o intitulado pela autora como “Diálogo sobre território”. Antes de analisar tal indicador, é preciso

definir o conceito de território. Neste contexto, convidamos o leitor a pensar além da ideia de território como um espaço habitado delimitado geograficamente (SANTOS, p. 13, 2002), sem desconsiderar as relações de Poder entre os atores em tal processo (RAFFESTIN, p. 144, 1993) e seus conflitos. Considerando a importância da construção histórica do conceito de “território” e suas subjetividades, adotamos o conceito definido por Milton Santos (1999) como:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Ademais, o conceito de Diálogo em Paulo Freire e Bell Hooks, proporciona a oportunidade do encontro para a reflexão e análise da realidade local, como na atividade “a” do item 7.2, na qual foi realizada uma “Reunião para conhecer e dialogar sobre o território com representantes da gestão do PMP”; também é possível identificar o diálogo em conversas sobre as dores e trocas de afetos ou até na busca por resolução e soluções de problemas socioambientais, como desenvolvido na atividade “c”: “Articulação comunitária para resolução de problemas socioambientais, como a má gestão de resíduos sólidos, de forma educadora”, desenvolvendo um projeto de Museu na rua com grafites falando sobre questões socioambientais.

Vale ressaltar que para o diálogo é preciso no mínimo um par, mas podemos ser muitas e muitos. Na educação ambiental o diálogo é fundamental na busca pelas transformações socioambientais, que podem estar inclusive na ancestralidade, no diálogo com mestras e mestres, nas memórias e na confluência de ideias. O diálogo pode permear por olhares, gestos, sorrisos, música e brincadeiras, é preciso que ambos estejam disponíveis e assim desejarem. Dessa troca que também é espiritual, construímos um espaço propício para a aprendizagem. Quando esse espaço é o território, é uma retomada e/ou fortalecimento do senso de pertencimento.

É possível observar tal categoria, “Diálogo no território”, na mesa “Povo Negro Defendendo o Quilombo - Pituacú 50 anos e memória viva de mãe Bernadete”, quando a Mãe de Santo traz “reflexões sobre as contribuições das religiões de matrizes afrobrasileiras para o enfrentamento das injustiças socioambientais” observado em um dos aspectos potencializadores de EA no quadro 44, quando diz:

é impossível falar de 50 anos de Parque Metropolitano de Pituacú sem falar de ancestralidade, quando pisamos no território sentimos a ancestralidade e todos aqueles que lutaram para estarmos aqui hoje, nesta pauta os terreiros de candomblé podem nos ensinar muito. (Pombo, 2023.)

Nesse sentido, o diálogo da mesa com lideranças comunitárias, o protagonismo de mulheres negras, inclusive, da Mãe de Santo Pombo, nos convida a refletir sobre as lutas em defesa do território em sua complexidade (categoria “Diálogo sobre o território”), inclusive, buscando na ancestralidade saberes para a luta presente. Dessa forma, foi possível também proporcionar um espaço para reflexões sobre problemas socioambientais e raciais (categoria “Reflexões sobre problemas socioambientais e raciais”), buscando a *práxis*. É possível observar que as pautas voltadas ao território, socioambientais e raciais se entrelaçam nas atividades educativas desenvolvidas pela comunidade.

Assim como na atividade “k” (Exposição como eu vejo o Parque - Escola Municipal Piratinni / CMEI / Escola Municipal Recanto dos Coqueiros), na manifestação que os alunos e o professor fizeram no PMP, ressaltando a ancestralidade afroindígena do território, originário Tupinambá, e ancestralidade africana representada pelo escudo Zulu.

Afinal, a ancestralidade também representa a identidade cultural do território. Para Molefi Kete Asante (2019), é importante que a configuração educacional não marginalize as crianças afrodescentes, causando problemas de autoestima e não pertencimento, para isso, é preciso uma educação multiculturalista que comece a partir de uma perspectiva afrocêntrica, para que, assim, as crianças vejam “(...) a si mesmos como sujeitos e não como objetos da educação”.

Nesse sentido, o autor propõe a Afrocentricidade na educação, uma educação contada por muitas vozes e baseada na oralidade, na ancestralidade e sua cultura afrodescente. Através dessas ações de resistência que fortalecem a comunidade e sua autoestima, é possível lutar contra o genocídio cultural de grupos que historicamente são marginalizados pelo complexo de inferioridade, e que são desvalorizados por suas características corporais, mentais, e espirituais e ambientais, por meio de uma “educação folclorizada” (CONCEIÇÃO, p. 9, 2012), o que está intrinsecamente conectada com a identidade territorial. Vale ressaltar que tanto na atividade “k”, “n”, “m” e “o”, a capoeira angola confluiu com as atividades realizadas, de acordo com Jorge Conceição (p. 11, 2012):

Uma atividade cultural que guarda com muita autenticidade vários signos ou valores ancestrais da cosmovisão banto é a Capoeira Angola; por isso, nos encaminhamentos vivenciais que propomos (...), a Capoeira Angola está sempre caracterizada como metodologia e filosofia prioritária nas transformações pedagógicas e espirituais dos educadores e educandos.

Estão presentes 4 grupos de capoeira no território, os quais participaram das atividades do cortejo cultural (“n”) e na ação no parque (“o”) desenvolvidas pelo Festival Alternativo”. As crianças membros dos grupos participaram da ação, ora nas rodas de capoeira, ora em outras atividades brincando no território, nas ruas.

De acordo com Ângela Maria Ribeiro (2020), a **Ancestralidade na capoeira angola é trabalha a partir da epistemologia da oralidade**, o respeito às hierarquias pautadas a partir do passado, com a tal pergunta “menino quem é seu mestre?”, aprende-se a honrar a sabedoria e conhecimentos dos mais velhos, como de sua/seu mestra(e). Dessa forma, a associação do tempo como futuro, vai sendo substituída pela “noção de tempo como passado, (...) comum, tanto na capoeira, como no candomblé”.

A autora fala sobre a sua experiência no grupo de capoeira angola ZIMBA em Pituaçu e Bate-Facho, grupo do qual faz parte até hoje, nele aprendeu sobre a noção ampliada de família, envolvendo-se na vivência coletiva de ser e estar comunidade, através das lutas comuns e o cotidiano, a realidade na qual o Zimba está inserido no território desde 2008. As crianças também têm a sua importância e o mestre sempre nos ensina sobre a responsabilidade coletiva de cuidados com as crianças, revezamento para pais conseguirem jogar, ela também se dá pela colaboração nos cuidados de limpeza e espirituais do espaço.

É também importante ressaltar que a Capoeira por muito tempo foi considerada crime pelo art. 402 do Código Penal Brasileiro, apenas no século XX que a Capoeira começou a ser descriminalizada. **Mestre Pastinha, um dos pais da capoeira angola, compreende a Capoeira como uma manifestação cultural africana de resistência e luta do povo negro:**

A capoeira é a segunda luta? Porque a primeira é a dos caboclos, e os africanos juntou-se com a dança, partes do batuque e parte do candomblé, procuraram sua modalidade. Em cada freguizia um africano com uma responsabilidade de ensinar, para fazer dela sua arma contra o seu perseguidor... (MESTRE PASTINHA; DECÂNIO FILHO, 1997, p.36).¹¹

Para Ribeiro (2020), a marginalização da Capoeira foi e é fortalecida pelos modelos de opressão hegemônicos que ditam uma forma universal, eurocêntrica e branca, de ser e estar no mundo. Nesse sentido, o “olhar a partir das margens” envolve o protagonismo daqueles que estão às margens da sociedade e que têm muito a contribuir para o enfrentamento, no caso deste trabalho, de questões socioambientais no contexto das MC,

¹¹ Fontes: Angelo A. Decanio Filho. Manuscritos e desenhos de Mestre Pastinha. Angelo A. Decanio Filho. A herança de Pastinha. 2. ed., 1997.

nas quais esses grupos são os mais afetados. A capoeira como manifestação cultural afrodescendente, transcende de conhecimentos e saberes ancestrais que nos conectam com a identidade cultural africana, com o território e com a comunidade.

O Projeto Escologia também realiza diversas ações educadoras que se entrelaçam com a história de resistência do Projeto, sua luta socioambiental em defesa do território e as opressões raciais que a comunidade sofre, por racismo ambiental. Nesse contexto, as pautas por injustiças ambientais confluem com as pautas raciais, já que os grupos mais impactados e marginalizados são as pessoas negras, principalmente as mulheres e crianças negras.

A Escologia realiza um trabalho contínuo com as crianças da comunidade, maioritariamente negras, proporcionando brincadeiras, ensinamentos ancestrais como a capoeira, vivências na natureza e que propagam o amor, amor por seus traços, seu cabelo, como a atividade de desfile de roupas confeccionadas por uma artesã local de forma sustentável, protagonismo de uma artesã e as crianças da comunidade.

Para Conceição (p. 19, 2012), a autoestima é fundamental para todas as pessoas, é a forma de proporcionar a consciência plena da cidadania com seus direitos e deveres, respeitando os valores de cada grupo cultural. Aos descendentes africanos é obrigado a convivência com feridas provocadas pelo racismo, gerando um senso de inferioridade no qual conduz o colonizado a carregar recalques acumulados por diversas gerações.

Ainda segundo o autor (p. 17, 2012), para o enfrentamento do racismo, é preciso uma consciência crítica e percorrermos um caminho da sabedoria ancestral, para assim, buscarmos a desfolclorização dos corpos. O autor defende a descolonização dos corpos e da espiritualidade para o fortalecimento da identidade étnica (cultural) afroíndígena. A retomada da sabedoria ancestral é um processo contra a domesticação nomeada por Mestre Nego Bispo.

Em seguida no gráfico, o indicador “Brincar no território” (7) é uma categoria que também está intrinsecamente ligada com **a ideia de pertencimento ao território, no sentido da expressão e (auto)reconhecimento da identidade da comunidade, um espaço habitado onde são construídas, inclusive, memórias ancestrais.** A ideia de território como uma forma de expressão de identidade também é trazida por TIZON (1995): “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade”.

O Projeto Escologia se relaciona com a comunidade através de diversas atividades que propiciam um espaço seguro para as crianças brincarem no território. Brown (2015) compreende como brincadeiras:

(...) necessária para adultos e para a sobrevivência. É preciso entender que brincar é algo mais profundo do que simplesmente jogar uma bola ou rolar um carrinho. É algo que está conosco há milhares de anos, uma herança ancestral e que espera para ser incorporada desde a nossa infância. Fomos biologicamente projetados para brincar e é por isso que a brincadeira precisa fazer parte da nossa cultura (BROWN, 2015).

Para Renato Nogueira (2019), “terriexistir” só é possível sendo um ser brincante, dessa forma, assume-se o mundo como surpresa num estado de infanciarizar, o que torna possível sermos capazes de criar novos modos de vida, novas alternativas e caminhos para os problemas. De acordo com o provérbio Akan¹², “Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi”, a autora explica que a tradução aproxima do provérbio é “Nunca é tarde para voltar atrás e apanhar o que ficou para trás”. Ainda segundo a autora, o provérbio refere-se a o que se deve ser recuperado é o estado de infância, como condição de existência. A autora adentra a relação entre o símbolo Sankofa, imagem abaixo, como uma forma de “sustentar a infância em Afroperspectiva¹³”

FIGURA 38 Refere-se a Sankofa



Fonte: LARKIN & GÁ, 2009, p.41

“Sankofa é descrito como símbolo da sabedoria e do conhecimento, a ideia de que devemos aprender com o passado para nos erguermos no presente e no futuro. É importante notar que sankofa é a terceira e etapa de um processo que começa com san-kohwe (retornar para ver) seguida de san-kotsei (retornar para ouvir, estudar)” (NOGUEIRA, 2019).

¹² “Akan é um conjunto de línguas nígero-congolesas faladas no Golfo da Guiné, atualmente con-centradas na Costa do Marfim e em Gana. As etnias do tronco Akan são: Akuapem, Akyem, Asante, Baoulé, Anyi, Brong, Fonte e Nzema.”

¹³ Conceito elaborado por Molefi Kete Asante, em 1987, a uma estrutura de referência para qual os fenômenos são analisados a partir do olhar de uma pessoa afriicana (ASANTE, 2019).

Foi possível observar a filosofia Sankofa sendo incorporada nas atividades do cortejo cultural do Festival Alternativo, por exemplo, sendo oferecido uma oportunidade dos adultos retomarem o ser brincante, se conectando com as outras pessoas, com a comunidade, com a natureza. Percorrendo as ruas do território, trocando olhares com vizinhos, amigos e promoverem o senso de pertencimento à natureza, caminhando em sentido ao Parque Metropolitano de Pituaçu, uma área protegida com grande importância ancestral ao território.

Nesse contexto, é fundamental o diálogo sobre a importância de áreas protegidas, tal tema foi observado nas seguintes atividades: “f”, “k”, “m” e “o”. Porém a única atividade que associou a conversa sobre a importância de áreas protegidas diretamente com as questões climáticas, foi a desenvolvida pela gestão do PMP. As outras atividades abordaram a perspectivas de luta pela defesa do território, diminuição das injustiças socioambientais, o direito de acesso de forma pública e gratuita a esses espaços. O que se entrelaça indiretamente com as pautas das MC, já que a existência de áreas protegidas em centros urbanos pode contribuir para a manutenção térmica local, controle da biodiversidade, melhoria da qualidade de vida e do ar daqueles que moram em seu entorno.

Para enfrentamento às Mudanças Climáticas, que são acentuadas pela exploração da natureza e das pessoas, reflexo do processo de colonização e pela consolidação do sistema capitalista, é preciso refletir sobre as injustiças e racismo ambiental, sequelas de uma sociedade capitalista de estruturas coloniais. Um caminho para tal enfrentamento, é uma educação ambiental que além de crítica conflua com os outros olhares que são marginalizados e com os saberes daqueles que lutam pela contracolônização definida por Mestre Nego Bispo como aqueles grupos que resistem até hoje à opressão colonial, como os indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, terreiros de candomblé e outros.

Luiz Rufino propõe o (re)encantamento por meio de uma proposta pedagógica da educação ambiental que busque a reconexão com a natureza e considere aspectos imateriais, como a espiritualidade e a ancestralidade (2020). O autor compreende como encantamento:

O encantamento como uma capacidade de transitar nas inúmeras voltas do tempo, invocar espiritualidades de batalha e de cura, primar por uma política e educação de base comunitária entre todos os seres e ancestrais, inscrever o cotidiano como rito de leitura e escrita em diferentes sistemas poéticos e primar pela inteligibilidade dos ciclos é luta frente ao paradigma de desencanto instalado aqui. Ou seja, o encanto é fundamento político que confronta as limitações da chamada consciência das mentalidades ocidentalizadas. (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 7-8).

Portanto, compreende-se como encantamento da educação ambiental, considerando a importância do caráter crítico e transformador da EA quando também está em confluência com

os sentires, com saberes da floresta, de seus povos e ancestrais que não obedecem e resistem ao sistema colonizador e capitalista. É possível verificar o termo “ancestralidade” e “ancestral” em cerca de cinco atividades no território, como aspecto potencializador das ações de educação de acordo com os quadros elaborados pela autora no tópico 7.2 - Memórias no território de Pituaçu (2022). Percebe-se que são características e perspectivas dos grupos e atores sociais que participaram da pesquisa, que representam uma amostra das ações realizadas no território.

Então, o território de Pituaçu apresenta características específicas que contemplam a identidade cultural e territorial, as ações buscam uma perspectiva de educação ambiental que se põe como crítica e que conflui com a ancestralidade local. Cerca de 67% das atividades envolveram arte educação e educação ambiental, aspecto que demonstra a representatividade artística local, principalmente voltada ao circo social. Além disso, outras atividades, como plantio de mudas e trilha foram realizadas, porém com atividades pontuais e sem continuidade, compreende-se a importância de tais atividades serem desenvolvidas em parceria com a comunidade e as escolas de forma contínua.

É importante ressaltar que apenas uma atividade se relacionou diretamente com a pauta das Mudanças Climáticas, porém as atividades desenvolvidas contribuem indiretamente para o enfrentamento das MC, pois se relacionam com a realidade local e fortalecem laços comunitários, através da articulação comunitária, aproximadamente 67%, como potencializador das atividades. O engajamento e articulação comunitária, promovem o pertencimento ao território, o reconhecimento a identidade cultural e territorial contribui para o diálogo sobre o território, para assim, a realidade local ser englobada e juntos construirmos transformações socioambientais que contribuam para o enfrentamento das Mudanças Climáticas.

Nesse sentido, a política do cotidiano é feita no dia a dia e se relaciona com as forças instituintes que são as vindas da base, às margens da comunidade, que quando se unem em rede e em prol do bem comum, de forma colaborativa e comunitária, podem materializar políticas públicas com autonomia (BIASOLI; SORRENTINO, 2018). É possível observar a comunidade do território de Pituaçu se relacionar em redes a fim de materializar ações e projetos de forma autônoma.

9. A COMUNIDADE DE PITUAÇU. SUAS AÇÕES EDUCADORAS AMBIENTAIS E OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como representante da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA), assumi um compromisso com a comunidade de Pituaçu de (re)contribuir os conhecimentos e saberes adquiridos durante esses dois anos residindo no território e de exercer meu papel de cidadão. Na CTEA alguns membros, assim como eu, são moradores da região que realizam atividades educadoras de forma voluntária e as conciliam com o trabalho, família e as suas atividades diárias.

Como é possível interpretar pela leitura do quadro – abaixo, fazem parte da comissão da CTEA: dois representantes do INEMA (2) e uma da Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS); dois representantes do comércio local (2) e dois representantes de organizações locais (2); a maioria dos membros são professores de escolas públicas de ensino fundamental (2) e das universidades (4); os últimos, em parceria com as instituições, realizaram pesquisas com os estudantes para contribuir com a produção de conhecimento no território, também foi proposto a elaboração de um repositório de pesquisas vinculadas ao território e entre outras atividades.

QUADRO 33 – Lista de representantes do Conselho Gestor do Parque Metropolitano de Pituauçu

	
CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
MEMBROS	INSTITUIÇÃO
Bernadete Argolo Bittencourt	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
Maria Cristina Nascimento Vieira	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
Daniel dos Santos Mendes	Parque Metropolitano de Pituauçu
Maria das Graças Ferreira Santos	Parque Metropolitano de Pituauçu
Susana Silva Cavalcanti	Universidade Federal da Bahia - UFBA
Caroline Garcia	Pesquisadora UFBA
Vera Lúcia Martins da Silva	Grão de Arroz
Marcele Silva do Valle	Instituto Búzios
Paulo César Pereira Canário	Factor Consulting & Traing LTDA.
Maria Gorete Borges Figueiredo	Universidade Católica do Salvador - UCSAL
Mara Rojane Barros de Matos	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Paloma Cerqueira Vieira Motta	Centro Universitário Jorge Amado - UNIJORGE
João Resh Leal	Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência - SECIS
Ana Cláudia	Creche Municipal José Maria de Magalhães
Maria Adélia	Escola Municipal Piratini
India pamponet	Semei Felicidade

Fonte: INEMA (2023)

O fato de **existir uma universidade próxima ao PMP**, no caso a Universidade Católica de Salvador (UCSal) campus Pituauçu, onde é oferecido o curso de “Ciências Biológicas”, **pode significar uma possibilidade de parceria entre a gestão, a universidade e o território**. Tal parceria, por exemplo, poderia oferecer oportunidade de estágios, oferecimento de disciplinas no PMP, a realização de pesquisas no território que promovam melhorias no bairro, para a comunidade e a para o desenvolvimento de projetos de extensão, entre outras ideias. Além disso, fazem parte da CTEA outras universidades, inclusive a Universidade Federal da Bahia (UFBA) que por ser uma instituição pública possui o papel de educar para além de seus muros.

Nesse sentido, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, cap. II Art. 10. “As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão

e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.” (BRASIL, 2012). Sorrentino e do Nascimento (2010) defendem que é papel da universidade, como instituição privilegiada, a formação de intelectuais preocupados com as questões socioambientais e de utilizar a educação ambiental em processos de formação permanentes e continuados. Para assim, cumprir o papel de educar a própria Instituição, incorporando a questão ambiental nas atividades de ensino, pesquisa (afirmando o compromisso com as demandas da sociedade), extensão (papel promover a atividades voltadas à solução de problemas socioambientais além dos muros das universidades) e gestão (oportunidade de se dar o testemunho daquilo que se propõe para a sociedade).

Dessa forma, a universidade em construção de processos educativos ambientais com a comunidade, pode colaborar na busca de soluções para problemas socioambientais de forma crítica, fatores importantes na elaboração e implantação de políticas públicas de educação ambiental.

A escola, no âmbito da educação formal, utiliza a CTEA e o CGPMP como meio de fortalecer a conexão entre parque-escola-comunidade. Representado pela coordenadora da Escola Municipal Piratini (Ciep - Engº Leonel De Moura Brizola), a professora realiza parcerias com a gestão do parque, como a participação na programação dos “50 anos de Parque Metropolitano de Pituacú”, através da realização da ação “Como vejo o parque” (tópico 7.2 item “i”) a qual os alunos da escola construíram uma maquete com as releituras das obras do escultor Mario Cravo e o local onde ocupam no parque.

A mesma escola e a gestão do PMP também realizaram uma visita escolar no parque como é descrito no tópico 7.2 item “f”. Primeiramente, as crianças foram chegando e os representantes do INEMA promoveram um espaço de diálogo sobre Mudanças Climáticas e a importância de da existência de áreas protegidas nesse contexto. Em seguida, os alunos realizaram uma trilha sensorial com o monitor do INEMA, Palmieiri e Massabini (2020) ressaltam a importância do plano das trilhas ser construído e integrado com as disciplinas escolares e com os professores, para que estes não atuem apenas espectadores, assim como, os alunos durante a visita. Tal aspecto abordado pelas autoras foi observado durante a trilha, quando foi realizada uma apresentação teatral e interativa com os alunos sobre a história de Maria das Cabras.

Nesse momento, uma atriz jovem representando Maria das Cabras, uma mulher idosa líder comunitária que lutava pelo território, encantou as crianças com a ludicidade da abordagem adotada na visita. Através de um diálogo proporcionado pela contação de histórias,

as crianças deixaram de ser espectadoras e interagiram, brincando e questionando: - “como ela ainda estava viva depois de tantos anos”? – “Como a senhora chegava na ilha pela lagoa”? – “De barco”? – “A senhora não tinha medo dos animais”? Nesse espaço foram surgindo diversas perguntas que enriqueceram a história e sua encantaria no diálogo da contação de histórias.

Considerando que as visitas escolares acontecem em momentos pontuais e com duração curta, não é possível um aprofundamento no diálogo com reflexões críticas sobre a realidade socioambiental e para o enfrentamento do problema. Porém segundo Palmieri e Massabni (2020), as visitas escolares em áreas protegidas contribuem para:

(...) um processo de educação ambiental a partir da vivência com o ambiente natural e a proposição de alguns aspectos a serem discutidos, como o papel das unidades em uma abordagem das diferentes dimensões das questões ambientais. Para isso, é fundamental que essas visitas estejam integradas a processos educativos nas escolas.

Portanto, as visitas escolas propiciam aos alunos uma formação cidadã pelo acesso a essas áreas, aprendendo como cuidar e pertencer a natureza através de uma vivência em um ambiente natural, bem como oferecem a oportunidade de realizar de atividades práticas utilizando a natureza como espaço educativo. Ainda segundo as autoras, pontuam que para a potencialização das visitas escolares, recomenda-se que: o planejamento e o roteiro da visita envolvam a especificidade do espaço, no caso a área protegida (Contação de histórias sobre lideranças do território- Maria das Cabras); incentivar o diálogo e a participação dos professores e estudantes, para que as visitas não ocorram apenas de forma expositiva (como ocorreu no diálogo com as crianças durante a contação da história de Maria das Cabras) ; é possível adotar práticas pedagógicas lúdicas (como foi realizado a contação da história de Maria das Cabras) e introdução de diálogos que promovam a reflexão crítica sobre o papel das áreas protegidas (conversa sobre a crise climática e o papel das áreas protegidas).

Portanto, as visitas escolares no PMP, compreendidas como uma das atividades de educação ambiental realizadas pelas escolas, contribuem para a formação da cidadania dos estudantes promovendo uma vivência em um ambiente natural que está localizado próximo a escola, em seu território. Oferecendo uma oportunidade de utilizar tal espaço público como educativo, fortalecer o pertencimento a natureza e ao território e propiciando o diálogo sobre reflexões para o enfrentamento da crise climática.

A escola também realiza parcerias com a comunidade, como com o grupo SEMEI Felicidade e os grafiteiros da cidade, tais exemplos **representam a confluência entre a educação formal e não formal para a realização das atividades, englobando história, a**

arte educação, a ancestralidade local e reflexões sobre a importância de áreas protegidas, especificamente o PMP, promovendo ações de pertencimento ao território e articulação comunitária em rede para a realização das atividades.

É preciso ressaltar também, a importância das atividades da CTEA confluírem com as atividades protagonizadas pela comunidade e mais atores da comunidade integrarem a Câmara Técnica de EA. Percebe-se ao decorrer do trabalho que a comunidade realiza diversas ações de forma autônoma, a política pública é compreendida por Joelson, ex-dirigente do Movimento Sem Terra e fundador da Teia dos Povo, como “merenda” e que a busca daqueles que lutam pelo território deve ser a autonomia, a autonomia alimentar, de água e energética. Porém, o militante defende que é preciso dialogar com o Estado, porém com “enfrentamento e luta”. Como se realiza a autonomia nos centros urbanos? E nas favelas? E qual a responsabilidade do Estado? Como as políticas públicas podem ser transformadoras e não meras “merendas”?

A comunidade de Pituaçu apresenta-se participativa com relação a ocupação do território e organização popular para defesa do mesmo. Porém, muitos grupos e atores não ocupavam as cadeiras dos espaços de decisão como o Conselho, por descrédito do Estado que há anos não se sensibiliza com a pauta “Salve a Lagoa”. De acordo com registros em Jornais, como o Jornal da Tarde na figura 05, desde a década de 1990, especificamente em 1998, a comunidade aponta a poluição da lagoa, que além da importância para a qualidade de vida das pessoas e da conservação da biodiversidade, possui um valor ancestral e cultural.

Em 2004, foi realizado o Programa Bahia Azul para ampliação do acesso ao saneamento, incluindo: esgotamento sanitário; abastecimento de água; proteção ambiental; gestão de resíduos sólidos; projetos de educação ambiental; fortalecimento institucional e restauração de pavimentação (BAHIA, p.7, 2004). Ainda de acordo com o Programa, no entorno da lagoa foi implementado uma rede de esgotamento sanitário na área da Bacia do Rio Pituaçu (BAHIA, p. 19, 2004), entretanto, de acordo com os dados disponibilizados pelo INEMA em 2020, a maioria dos pontos de análise da Bacia do Rio das Pedras/Pituaçu possui avaliação variando entre “Ruim” e “Péssima” INEMA (2020, p. 38), como é possível observar no quadro 02 - Classificação do IQA dos rios da Bacia do Rio das Pedras/Pituaçu.

Na Comemoração de 50 anos do PMP em 2023, uma turma da escola municipal Recanto dos Coqueiros realizou um manifesto (tópico 7.2 item “k”). Os alunos e o professor proclamaram a ancestralidade afro-indígena de Pituaçu e que o território é “um bom lugar” para se morar, porém que a sua biodiversidade está ameaçada, “A lagoa pede socorro”. Devido a

poluição da lagoa que possui importância ancestral, as crianças clamam pelo direito de se conectar com a lagoa da mesma forma que seus pais, seus avós e ancestrais contam em suas histórias.

Em 13 de abril de 2023, na reunião do CGPMP item “f” do tópico “7.1”, foi discutida a responsabilidade da EMBASA perante o despejo de efluente no rio Pituaçu no quilômetro nove da ciclovia. **Percebe-se que o Conselho é um espaço de disputa política e tensões de Poder, porém também é um espaço de decisão, a participação dos grupos sociais do território contribui para a fiscalização e monitoramento das ações e até para que as pautas não sejam arquivadas, por exemplo.**

De acordo com sobre colegiados (Comitês e conselhos, no caso deste trabalho o CGPMP) são instrumentos de gestão participativa, previsto nas políticas públicas brasileiras, a partir da Constituição de 1988

Antes da Pandemia do CORONAVÍRUS existiam ambulantes, no ano de 2020, pessoas que vendem algum produto alimentício, por exemplo, no PMP. Porém, devido aos padrões sanitários estabelecidos essas pessoas foram proibidas de exercer seu trabalho no parque. **Porém, devido a pressão popular dos representantes da sociedade civil no CGPMP, foi aprovada o retorno dos ambulantes (figura 40), o que demonstra a importância dos representantes dos grupos que são mais marginalizados participarem destes espaços, os olhares e vozes ecoarem em espaços de decisão.**

FIGURA 40– Retomada dos ambulantes no PMP



Fonte: Elaborado pelo membro do CGPMP (2023)

Um dos membros da CTEA, propôs, na VI Reunião do CGPMP item “a” do tópico “7.1”, a implementação do **“Programa Continuado de Educação Ambiental do Parque Metropolitano de Pituacú”**, que está no ANEXO IV, porém até o período estudado da pesquisa não foi implementado. O documento possui como um dos objetivos a elaboração de “Planos Estratégicos de Ação das Agendas 21 Locais”, tal documento se elaborado pela comunidade, através da representatividade pelo “Rede Afetiva de Pituacú”, a CMEI José Maria Magalhães Neto e a Escola Municipal Piratini, pode contribuir para o planejamento das atividades locais e integração com ações já realizadas pela comunidade, contribuindo para a articulação em rede.

Vale ressaltar que a comunidade já se articula em rede para a realização das atividades, o Festival Alternativo é um exemplo, diversas organizações do território se uniram, através do “Rede Afetiva de Pituacú”. Tal articulação possui o potencial de fortalecer as ações comunitárias, inclusive as ações de educação ambiental, como é orientada pelo Coletivo Educador.

Com relação ao Coletivo Educador, foi proposto a implementação de tal política pública na realidade do território de Pituacú. Porém a comunidade não aderiu a ideia, mas a comunidade começou a se reunir para se preparar para as reuniões do CGPMP se autodenominando como um “Quilombo educador”, compreende-se nessa pesquisa que tal processo de discussão das pautas levantadas pelo CGPMP é um processo educador e que se assemelha com o que é orientado nos documentos do Coletivo Educador. Vale ressaltar que o Conselho é visto pela comunidade como um espaço de disputa política, o diálogo é realizado com enfrentamento.

Sobre os “50 anos de Parque Metropolitano de Pituacú”, ação Câmara Técnica de Educação Ambiental, optei ao invés de propor uma atividade, fortalecer a comunidade e o papel educador da proposta do Festival Alternativo. Considerando o processo de construção como educador, assim como, a sua realização. Foram realizadas diversas ações que valorizam a ancestralidade, a história e a conexão com o PMP e o território. Nesse aspecto, é preciso ressaltar a perspectiva do “Olhar a partir das Margens”, compreendendo o que é produzido no território e pode agregar para o enfrentamento das MC.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das emergências climáticas que já estamos presenciando, o alerta é que cada vez mais os impactos negativos do aquecimento global se acentuem provocando desastres naturais, secas, chuvas intensas, colapso de florestas, falta de água e alimento e outros problemas que refletem ainda mais as desigualdades sociais entre grupos que têm oportunidades privilegiadas e posições centrais no atual modo de produção e consumo e aqueles que estão “às margens” da sociedade.

Nesse cenário, é preciso a elaboração e realização de políticas públicas de educação ambiental que sejam revolucionárias e que rompam estruturas racistas, patriarcais e coloniais que permitem até hoje as opressões e marginalização de grupos mais vulneráveis, não sendo apenas “merendas”, assistencialistas e paliativas. Para isso, é preciso o protagonismo e o “olhar a partir das margens” na construção de políticas públicas, rompendo o olhar vicioso para apenas o que se falta nesses espaços e grupos e se atentando ao que produzem e como podem agregar para o enfrentamento das MC.

Neste estudo de caso do território de Pituacú, foi possível observar que a maioria das atividades (cerca de 15 ações) envolviam arte educação e educação ambiental. A arte com a educação no contexto das pautas socioambientais, torna-se uma oportunidade de dialogar com a comunidade de forma sensível e não apenas em conversas, mas, também, através do encantamento da cultura visual, com a troca de olhares, manifestações, músicas e propiciando trocas subjetivas, afetivas, sensíveis e espirituais. As ruas, as praças e o parque tornaram-se palco e sala de aula, espaços de aprendizagem, de arte e que as crianças ocupam para brincar.

“Brincar no território”, além de ser importante para a infância torna-se um caminho para o pertencimento ao lugar, para a construção da identidade, pertencimento comunitário e memórias ancestrais. Nesse sentido, o “Diálogo sobre o território” e o “Brincar no território”, tornam-se aspectos importantes para uma educação ambiental que valorize a autoestima dos grupos que estão as margens, promovendo, assim, o fortalecimento da comunidade e o engajamento desta para o enfrentamento das MC. Pessoas com autoestima têm força para lutar, para se encontrar, dialogar, refletir e promover transformações necessárias para a realidade que vivemos.

Para recuperar a autoestima desse povo que historicamente foi marginalizado, é preciso recorrer ao passado, como propõe a filosofia Sankofa, ao olhar para traz e valorizar saberes ancestrais de reis e rainhas africanos, povos originários e todas as comunidades que resistem e

lutam pelo reconhecimento de seu corpo-território. O “Futuro é ancestral” é o nome do último livro de Ailton Krenak que propõe a valorização de conhecimentos ancestrais para o enfrentamento de problemas atuais.

Essas reflexões envolvem pautas socioambientais, como as MC e promovem um espaço para dialogar sobre quais são os grupos que mais sofrem os impactos negativos da crise ambiental, climática e civilizatória. No diálogo sobre as pautas de injustiças ambientais as pautas raciais possuem protagonismo, já que os grupos mais impactados e marginalizados são as pessoas negras e indígenas, o que representam a ancestralidade do território Pituaçu.

É preciso ressaltar a importância das atividades de educação ambiental evidenciarem a crise climática que estamos vivendo. Ao longo dos trabalhos de campo acompanhados por esta dissertação apenas uma das atividades observadas relacionou o tema diretamente. Pois, o reconhecimento da situação da crise climática evidencia o problema, proporciona uma oportunidade para reflexão do tema e engajamento para o seu enfrentamento. Para o engajamento dos grupos mais afetados é preciso que as pessoas se sintam parte, sintam-se parte do território e da comunidade, para assim, reconhecerem como a crise afeta de forma individual e coletiva os grupos sociais impulsionando uma responsabilidade educativa.

Para isso, a política do cotidiano é fundamental, englobar as pautas cotidianas das comunidades e como elas se entrelaçam com as MC, é um caminho para a construção de políticas públicas participativas e que dialoguem com os problemas vindo das forças instituintes, “as margens” da comunidade.

As comunidades já realizam, nas suas práticas cotidianas, a formulação e a implantação de políticas públicas, se articulando localmente e em redes, mas tais políticas podem ser potencializadas pelo Estado. Como esse diálogo entre Estado e “as margens da comunidade” podem promover políticas públicas realmente transformadoras?

O processo de construção das políticas públicas é educador quando os espaços de participação social são ocupados e protagonizados por aqueles que mais sofrem as opressões sociais, aqueles que estão “às margens”. Porém, não é possível romantizar tal processo, afinal, é um espaço de disputa política e o diálogo é feito com enfrentamento e luta, já que estamos diante de um Estado que historicamente reproduziu diversas opressões sociais, raciais, de gênero e ambientais.

O Conselho do Parque Metropolitano de Pituaçu é um exemplo. Muitos grupos sociais não participavam do espaço por meio de representação oficial para ocupar as suas cadeiras, portanto não tinham poder de decisão. Porém, mesmo assim, frequentavam as reuniões para a

fiscalização e monitoramento das ações do grupo. É preciso ressaltar a importância desses grupos participarem e ocuparem as cadeiras de decisão, para que as pautas comunitárias não sejam arquivadas e as vozes daqueles que estão “as margens” ecoem.

A Câmara Técnica de Educação Ambiental possui um potencial importante para a articulação entre PMP e o território em si, é um espaço de diálogo entre a escola, técnicos da área de EA e a comunidade. Porém a comunidade deve estar mais presente. Como propiciar um espaço de pertencimento da CTEA na comunidade? É uma pergunta que pode ser motivadora para a realização de outras pesquisas.

Em 2021 foi elaborado o Programa Continuado de Educação Ambiental do Parque Metropolitano de Pituacú e é importante que as atividades a serem elaboradas confluem com as atividades e ações educadoras da comunidade, promovendo um senso de pertencimento.

Nesse sentido, utilizando o estudo de caso do território de Pituacú, recomenda-se a confluência e potencialização das atividades educadoras dos territórios já realizadas pelas comunidades no Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador, em elaboração e apontado como uma das metas do PMAMC. Através do mapeamento das ações educadoras ambientais da cidade de Salvador e da articulação em rede entre elas, é possível criar um espaço de trocas de saberes, experiências, sementes que podem germinar e promover o fortalecimento comunitário e o “envolvimento” das pessoas para exercerem sua cidadania e compromisso coletivo. Como nos quilombos urbanos, conhecidos como favelas e comunidades urbanas, os quais detêm saberes ancestrais de resistência e utilizam a luta como ferramentas de sobrevivência e articulação comunitária.

Nesse caminho buscando a autonomia, porém reivindicando direitos constitucionais como moradia, saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é preciso retomar saberes ancestrais de conexão com a natureza, a terra, os rios, os mares, as folhas, os animais e outros seres encantados, dos quais cada vez mais estamos nos afastando, ao invés de romper com eles, precisamos retomar com muita humildade aos mestres e mestras da oralidade, as todas as pessoas e forças da natureza. Como podemos confluir se os rios estão sem vida?

Além da valorização de saberes ancestrais e populares, é preciso uma atuação das universidades com o seu papel social de transformação socioambiental. As universidades podem potencializar os processos educativos, contribuindo para que os projetos também aconteçam de forma contínua. Por exemplo, com a parceria das universidades para realização de pesquisas que confluem com as demandas comunitárias, para que pesquisadores(as) e comunidade, juntos construam perguntas e projetos que contribuam para resolução de

problemas locais e promovam transformações socioambientais. A parceria universidade, gestão de áreas protegidas e comunidade, também pode se dar através de projetos de extensão, recursos de infraestrutura e humanos, através, por exemplo, de realização de estágios em instituições públicas e projetos sociais.

Há muitas possibilidades para a universidade (re)contribuir para a sociedade através do seu papel social. No contexto deste trabalho, ressalta-se a importância de continuar pesquisando sobre o diálogo com “as margens” das comunidades na construção de políticas públicas de educação ambiental, contribuindo para a compreensão de como o Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador está sendo construído em sua relação, ou não, com o Pituaçu e os demais territórios no Município.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016. 264p.

AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/>. Acesso em: 04 de março de 2024.

ALCÂNTARA, E. S. **Representações Sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de parques urbanos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil**. 2008. 122 f. Dissertação (Pós-Ecologia). Instituto de Biologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12700?locale=pt_BR Acesso em: 02 de março de 2024.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradutor: Maurício Waldan. 2. Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Indicadores índice águas**. Brasília, ANA, 2023. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/indicadores-indice-aguas.aspx>. Acesso em: 02 de março de 2024.

ANDRADE, D. F.; SORRENTINO, M. O lugar e o difícil papel do diálogo nas políticas públicas de educação ambiental. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v. 25, n. 58, p. 139–160, 2015. DOI:10.29286/rep.v25i58.2705. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2705>. Acesso em: 8 fev. 2024.

ASANTE, M. K. A idéia afrocêntrica em educação. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*. Brasília, n. 31, p. 136–148, 2019. DOI: 10.26512/resafe.vi31.28261.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28261>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BAHIA. Lei nº 4.306 de 02 de outubro de 1984. **Considera de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Pituacú**. Bahia, 1984. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2024.

_____. **Inventário de emissões e remoção de gases de efeito estufa**. Estado da Bahia, 2022. Disponível: <https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2023/06/inventariogee-bahia.pdf>. Acesso em: 08 de ago. de 2022

_____. Decreto nº 18.679 de 01 de novembro de 2018. **Altera os limites do Parque Metropolitano de Pituacú, definido no Decreto nº 14.480, de 16 de maio de 2013, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2018/12/DECRETO-N%C2%BA-18.679-poligonal-pituac%CC%A7u-20181.pdf>. Acesso em: 08 de ago. de 2022

_____. Decreto nº 23.666 em 04 de setembro de 1973. **Cria o “Parque metropolitano do Pituacú” em área de terreno situada a margem da Av. Luiz Viana Filho**. Bahia, 1973. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Dec23666.pdf>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

_____. Lei nº 9069/2016. **Dispõe sobre o plano diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências**. Salvador/ Bahia, 2016. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf. Acesso em 15 de março de 2024.

_____. Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a política de meio ambiente e de proteção à biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências**. Bahia, 2006. Disponível em: http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf. Acesso em 21 de out. de 2022.

_____. Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011. **Institui a Política sobre mudanças climáticas do Estado da Bahia e dá outras providências**. Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/LEI%20N%C2%B0%2012.050%20DE%2007%20DE%20JANEIRO%20DE%202011.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

BAHIA AZUL: Programa de Saneamento Ambiental da Bahia. **O mais importante programa de saneamento ambiental Bahia**. Bahia, 2004. Disponível: http://www.ceama.mp.ba.gov.br/boletim-informativo/doc_view/3788-bahia-azul-o-mais-importante-programa-de-saneamento-ambiental-da-bahia.html. Acesso em: 01 de março de 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTIKO, D.; OLIVEIRA, D.Y.; BONUMÁ, N.B.; CHAFFE, P.L.B. Spatial and seasonal patterns of flood change across Brazil. **Hydrological Sciences Journal**. London: v. 64(9), p. 1071–1079, 2019. DOI:10.1080/02626667.2019.1619081. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02626667.2019.1619081#:~:text=Trends%20in%20the%20magnitude%20\(frequency,floods](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02626667.2019.1619081#:~:text=Trends%20in%20the%20magnitude%20(frequency,floods). Acesso em 21 de out. de 2022.

BECKER, L.; MARCOMIN, F. **Educação ambiental e a crise climática em tempos de Pandemia**. In *SciELO Preprints*. 2021, 165f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17558>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

BIASOLI, C. L. A. **Docência em artes visuais: Continuidades e descontinuidades na (re) construção da trajetória profissional**. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/123456789/1733/Carmen_Lucia_Abadie_Biasoli_Tese.pdf;jsessionid=28ABC54DD905718D900A6617FBE9E88C?sequence=1. Acesso em: 03 de março de 2024.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: A necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0144r2vu18L2AO>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/PHWpKWMk9HJtBQdGWbsLxNs/?lang=en>. Acesso em: 18 de set. de 2022.

BIELLO, D. Human Population Reaches 7 Billion--How Did This Happen and Can It Go On? **Scientific American**, 2011. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/human-population-reaches-seven-billion/>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

BORGES DE AMORIM, P.; CHAFFE, P.B. Towards a comprehensive characterization of evidence in synthesis assessments: the climate change impacts on the Brazilian water resources. **Climatic Change**. Springer Netherlands: 155(1), p. 37–57, 2019. DOI: 10.1007/s10584-019-02430-9. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-019-02430-9>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

BRANDÃO, C. R. Viver um Tempo, Habitar um Espaço. **No Rancho Fundo – tempos e espaços no mundo rural do Brasil**. Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/ANTROPOLOGIA/MUNDO%20CAMPON%C3%8AS/VIVER%20UM%20TEMPO,%20HABITAR%20UM%20ESPA%C3%87O%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>. Acesso em 05 de jul. de 2022

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 de março de 2024.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Brasília, 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf> . Acesso em: 24 de abril de 2023.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 12 de março de 2024.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 24 de abril de 2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais**. Brasília, 2006. Disponível em : http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/14484/MMA_S%c3%a9rie-documentos-t%c3%a9cnicos-08.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 de abril de 2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112187.htm. Acesso em: 01 de jun. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Organização Pan-Americana da Saúde. Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil**. Brasília: Organização PanAmericana da Saúde, 2008. Disponível: http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/Mudanca_climatica_saude1.pdf. Acesso em: 04 de março de 2024.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**. v. 27, n. 1 (79). p. 155-177, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607909>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/kBxPw6PW5kxtgJBfWMBXPhy/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 de maio de 2023.

BRITTO, A. L.; JOHNSON, R. M. F. Mudanças climáticas, saneamento básico e governança da água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **V Encontro Nacional da ANPPAS**, Florianópolis, 2010. Disponível: <https://comiteguandu.org.br/downloads/ARTIGOS%20E%20OUTROS/Mudancas%20climaticas%20saneamento%20basico%20e%20governanca.pdf> . Acesso em 03 de março de 2024.

BROWN, S. Durante toda a nossa vida, devemos brincar. **Entrevista Revista Crescer**. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Brincar-e-preciso/noticia/2015/10/durante-toda-nossa-vida-devemos-brincar.html> . Acesso em: 15 jan. 2024.

CIONINI, M. **Tra assistenza e professione: il circo sociale in Brasile**. 2005. 324f. Tesi di laurea in Storia della Danza e del Mimo. Corso di laurea in Discipline dell'Arte, Musica e

Spettacolo. Università Degli Studi di Bologna Facoltà di Lettere e Filosofia. Bologna, 2005. Disponível em: https://matteocioniniblog.files.wordpress.com/2013/01/tra_assistenza_e_professione.pdf. Acesso em: 02 de março de 2024.

COELHO, L. R. **História de uma iniciativa popular na capital baiana: o jornal comunitário Kalabari como alternativa ao silenciamento**. In: 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Fortaleza, Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Historia%20de%20uma%20iniciativa%20popular%20na%20capital%20%20baiana%20o%20%20jornal.pdf> . Acesso em 03 de jul. de 2022.

CONCEIÇÃO, J. **Negritude: Do espelho quebrado à identidade autêntica** – Leis 10.639 03 e 11.645 08. Salvador: Editora e Gráfica Rua General Labaut, 95, Barris, 2012. P. 11

DAVIS, J.; LLUBERAS, R.; SHORROCKS, A. Global Wealth Report 2021: Leading perspectives to navigate the future. In: Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Global Wealth Report 2021**. The Credit Suisse Research Institute, p.1-59, 2021. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

DE LUCA, A. Q.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. O Conceito de ‘Comunidade’ na Educação Ambiental. **Encontro Nacional da ANPPAS**, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://ocaesalq.files.wordpress.com/2013/08/anppas5_comunidade.pdf. Acesso em 18 de set. de 2022.

DEL GALLO, F. A renovação do circo e o circo social. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2033/1/5209-13697-1-PB.pdf> > Acesso em 12 de março de 2024.

DIAKITÉ, B. W. **O Dom da infância: memórias de um garoto africano**. São Paulo: Edições SM, 2012. p. 9.

DOBLAS-REYES, F.J. et al. The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. [Orgs] MASSON-DELMOTTE, V. et al. **IPCC: Sixth Assessment Report**. Cambridge: Cambridge University Press, United Kingdom and New York, NY, USA. DOI:10.1017/9781009157896. Disponível: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_FullReport.pdf. Acesso em: 21 de out. de 2022.

ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. **Salvador Cultura Todo Dia**. Salvador, Calabar, 2019. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9b. Acesso em: 5 jul. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GADOTTI, M. *Educação Integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. P. 101.

GLOBO. Projeto SEMEI. **Felicidade transforma cantinhos esquecidos em verdadeiras obras de arte**. O GLOBO, Salvador, Bahia. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/redebahia/conexao-bahia/noticia/projeto-semei-felicidade-transforma-cantinhos-esquecidos-em-verdadeiras-obras-de-arte.ghtml>. Acesso em: 05 de março de 2024.

GONÇALVES, M. V. P.; SILVA, A. C. M.; CRUZ, M. J. M.; TINÔCO, M. S.; PORCIÚNCULA, D. C. L.; GONÇALVES, M. N. Condições de saneamento e a qualidade da água e ambiental da Lagoa do Parque Metropolitano de Pituaçu, Salvador, Bahia, Brasil. **Conjecturas**, Salvador. [S. l.], v. 23, n. 2, p. 49–66, 2023. DOI: 10.53660/CONJ-2312-23A16. Disponível em: <http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/2312>. Acesso em: 2 mar. 2024.

GUDYNAS, E. Bem Viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento-ALAI**, v. 462, n. 1-20, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/bem-viver-germinando-alternativas-ao-desenvolvimento.pdf>. Acesso em 03 de jul. de 2022.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO; S. S. TRAJBER, R. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente. UNESCO, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

GUSMÃO, N. M. M. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cad. CEDES** 18 (43) • Dez 1997 • <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000200002> . Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yB4YnZDv73qWqYZJpQZmbWb/?lang=pt> > Acesso em 02 de jul. de 2022

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: [orgs.] HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. **Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009, p. 22-39.

HOFSTATTER, L.J.V.; FERRARO JR., L.A. Política Estadual de Educação Ambiental na Bahia: desafios à participação democrática. REMEA - **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. [S. l.], v. 30, n. 1, p. 217–236, 2013. DOI: 10.14295/remea.v30i1.3534. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3534>. Acesso em: 11 mar. 2024.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2017.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agglomerados subnormais**. Brasil: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2010. Universo aglomerados subnormais de Salvador**. Salvador, IBGE: 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/25359>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Salvador – Bahia**. Salvador, IBGE: 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. **Anual Rios de Salvador e Lauro de Freitas**. Salvador, 2020. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Relat%C3%B3rio-Anual-Rios-de-Salvador-e-Lauro-de-Freitas_2020.pdf. Acesso em: 02 de março de 2024

_____. Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. **Programação 50 anos Parque Metropolitano de Pituaçu**. Salvador, 2023. Disponível: <http://www.inema.ba.gov.br/50-anos-pituacu/>. Acesso em: 28 de fevereiro.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapas das Organizações da Sociedade Civil**. Brasil, 2009. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1028968> Acesso em: 02 de março de 2024.

KASSIADOU, A., & SÁNCHEZ, C. Ecologia política na educação ambiental e as potencialidades pedagógicas dos conflitos ambientais. **Revista Sergipana De Educação Ambiental (REVISEA)**. Sergipe: v.6(2), Revisea, 2020. p.09-25. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revisea/article/view/12840>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

KRENAK, A. **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. (Org. Bruno Maia). 2020. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/caminhos-para-a-cultura-do-bem-viver-ailton-krenak-2020/>. Acesso em 11 de março de 2024.

LAUDARES, S.; LIBÓRIO, M.; EKEL, M. Georeferencing Brazilian Highway Addresses. **Journal of Geographic Information System**. v. 8, n. 5, 2016. p.547-557. DOI: <https://doi.org/10.4236/jgis.2016.85046>. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=71280>. Acesso em: 04 de março de 2024.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, F. D. C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo: v. 17, n 1, 2014. p. 23-40. Disponível em: http://scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100003. Acesso em: 01 fev. 2019.

LEROY, J.; PACHECO; T. Dilemas de uma educação em tempo de crise. *In*: [orgs.] GUIMARRÃES, M.; LAYRARGUES, F. P.; CASTRO, R. S. LOUREIRO, C. F. B. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber livro Editora, 2 ed., 2010. 179 p.

MARQUES FILHO, L. C. Capitalismo e colapso ambiental. **Revista Campinas**, 3^a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. P. 32; 37; 313; 555; 561-562.

MUNIZ, M. **Pituaçu meu amor**. Salvador: 2011. P. 06.

MOREIRA JÚNIOR, L. C.; SANTOS, S. R. M.; SILVA, A. S. L.; GAMA, J. R. V., PALHA, M. D. C.; ARAÚJO, D. S.; TOURINHO M. M. Georeferencias socioambientales y culturales para la territorialidad en las comunidades agroforestales: bases teóricas y metodológicas. **Revista de Estudios Brasileños**. Salamanca: v.7, n.15, 2020. p.207-218. <https://doi.org/10.14201/reb2020715207218> . Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/189805>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

MOREIRA, T.; SANTOS, R. S. S. **Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: ODS 13, ação contra a mudança global do clima**. Editado por Tereza Moreira e Rita Silvana Santana dos Santos. Brasília: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375083> . Acesso em: 17 de out. de 2022.

NOGUERA, R. Infância em afroperspectiva: Articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**. Brasília: [S. l.], n. 31, 2019. p. 53–70. DOI: 10.26512/resafe.vi31.28256. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28256>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OBSERVA SSA: Observatório de bairros Salvador. **Pituaçu**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/pituaçu>. Acesso em: 09 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, T. P. Dimensões Jurídico-Institucionais da questão social em áreas protegidas: O caso do Parque Metropolitano de Pituaçu. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**. Salvador: vol. 11(1), 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314086963_Dimensoes_Juridico-Institucionais_da_questao_social_em_areas_protegidas_O_caso_do_Parque_Metropolitano_d_e_Pituaçu_Salvador_Bahia . Acesso em: 15 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, G.; ALMEIDA, M.; MEDEIROS, N.; DOS SANTOS, A.; DAL POZ, W. R. Correção Geométrica de Imagens Orbitais a Partir das Coordenadas de Vértices de Imóveis Certificados pelo INCRA. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 70, n. 1, 2018. p.290-324.

ONU: Assembleia Geral das Nações Unidas. Brasil. “O que são as mudanças climáticas?”. *In: Nações Unidas Brasil. Faça a sua parte*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

PALMIERI, M. L.; MASSABINI, V. As contribuições das visitas em áreas protegidas para a educação escolar. **Ambiente & sociedade**. São Paulo. Vol. 23, 2020. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/343085057_As_contribuicoes_das_visitas_em_areas_protegidas_para_a_educacao_escolar > Acesso em 12 de março de 2024.

PARENTE, I. C. I.; CURI, M. V. Um estudo sobre o estado da arte da Antropologia do Clima1. **BIB**, São Paulo, n. 80, 2017, p. 42-58. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/Um+estudo+sobre+o+estado+da+arte+da+Antropologia+d+o+Clima+\(1\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Um+estudo+sobre+o+estado+da+arte+da+Antropologia+d+o+Clima+(1)%20(2).pdf) . Acesso em 06 de jul. de 2022

PEREIRAS DOS SANTOS, A. **Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades**. São Paulo: Versal, 2011. P. 272-274.

PÉREZ GÓMEZ, A.I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. *In*: SACRISTAN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 4a ed. 2000.

PRESTES, C. R. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver**. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências – Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-184832/pt-br.php>. Acesso em 06 de Jul. de 2022

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 144 .Disponível em: [https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20OS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20OS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acesso em: 02 de março de 2024.

RISÉRIO, A. **Uma história da cidade da Bahia**. Versal Editores, 2004, P. 13.

RIBEIRO, A. **O jeito que o corpo dá: a capoeira Angola e a dimensão corporificada do conhecimento**. Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32165>. Acesso em 12 de março de 2024.

ROSA, T.T. Pensar por margens. *In*: JACQUES, P.B.; PEREIRA, M.S. **Comps. Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar [online]**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 176-204. ISBN 978-85-232-2032-7. <https://doi.org/10.7476/9788523220327.0008>. Disponível em: https://ava.ufba.br/pluginfile.php/2965660/mod_resource/content/1/jacques-9788523220327-08.pdf . Acesso em 04 de jul. de 2022.

RUFINO, L.; CAMARGO, D.R.; SÁNCHEZ, C. Educação ambiental desde el Sur: A Perspectiva da terrexistência como política e poética descolonial. **Revista Sergipana De Educação Ambiental**. Sergipe: v.7, ed. especial (1-11), 2020. DOI: <https://doi.org/10.47401/revisea.v7iEspecial.14520>. Disponível em: Acesso em: 11 de março de 2024.

SALVADOR. Prefeitura de Salvador. Secretaria de Comunicação. **Cmei em Pituacu ganha arte em grafite produzida pela comunidade**. Salvador, Bahia, 2022. Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/cmei-em-pituacu-ganha-arte-em-grafite-produzida-pela-comunidade/>. Acesso em: 30 de 2024.

_____. Prefeitura Municipal de Salvador. **Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador.** Salvador, 2020. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2021/01/salvador-plano-de-acao-climatica.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTANA DOS SANTOS, R. Diálogos: educação ambiental e educação antirracista no contexto da formação docente. **Revista eixo.** Brasília-DF: v. 6, n. 2 (Especial), 2017. Disponível em: https://arquivos.unb.br/arquivos/2023207139495a296150411a63fb7b9e2/Educao_Ambiental_e_Educao_Antirracista_-_Rita_Santos.pdf. Acesso em 11 de março de 2024.

SANTOS, A. B. **Somos da terra.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, 2018.

SANTOS, A.B. **Colonização, Quilombo: modos e significados.** Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia.** Niterói: v. 1. n. 1. 1999, p. 7-13, 1999. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. **Território: globalização e fragmentação.** Hucitec. Anpur, Belo Horizonte, 1994. Disponível: <https://anpur.org.br/territorio-globalizacao-e-fragmentacao/>. Acesso em: 02 de março de 2024.

SEMA: Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia. **Governo baiano atualiza política sobre mudança do clima no estado.** Bahia, 2020. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/2020/10/12101/Governo-baiano-atualiza-politica-sobre-mudanca-do-clima-do-estado-.html>. Acesso em: 02 de março de 2024.

_____. Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia. **Sema e Inema promovem plantio de mudas e atividades de educação ambiental para crianças da rede pública de ensino.** Salvador, Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/2022/11/12442/Sema-e-Inema-promovem-plantio-de-mudas-e-atividades-de-educacao-ambiental-para-criancas-da-rede-publica-de-ensino.html>. Acesso em 04 de março de 2024.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Encantamento: Sobre Política de Vida.** Mórula Editorial, Rio de Janeiro, 2020.

SORRENTINO, M.; TRABJER, R.; MEDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo: v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtTbHxzVcgFmRybWtKrr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de jul. de 2022.

TAMAIIO, I. **Políticas públicas de educação ambiental em tempos de mudanças climáticas: Um diálogo necessário em um mundo de (in)certezas.** In: VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”. Pós-Graduação no Brasil Ribeirão Preto, setembro de 2011. Disponível

em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0137-2.pdf . Acesso em 01 de jul. de 2022

TIZON, P. Le territoire au quotidien. *In*: DI MEO, G. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34.

TOLLEFSON, J. Why deforestation and extinctions make pandemics more likely. **Nature** **584**. London, p. 175-176 (2020). DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02341-1>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02341-1>. Acesso em: 01 de março de 2024.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Crishian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

12. ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “DIÁLOGO COM “AS MARGENS” NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇÚ”. Nesta pesquisa pretendemos contribuir com a produção de conhecimento sobre a importância do diálogo com aqueles que estão à margem da sociedade, que mais sofrem com os impactos socioambientais, na construção de políticas públicas de educação ambiental, utilizando como estudo de caso o bairro do Pituaçu em Salvador - Bahia.

Para esta pesquisa você participará de atividades educadoras ambientais desenvolvidas por atores na comunidade, nas quais a pesquisadora desenvolverá uma observação participante, com duração média de 120 minutos. Todas as impressões da pesquisadora sobre as atividades serão anotadas no diário de pesquisa, para posterior transcrição e análise. Os riscos que esta pesquisa pode trazer aos participantes são relativos à quebra de sigilo e as impressões da pesquisadora podem se afastar da realidade. Para minimizá-los, buscaremos ao máximo assegurar o sigilo e o anonimato dos participantes, restringindo o manuseio dos dados ao pesquisador e seu professor orientador, além de utilizarmos nomes fictícios para nos referirmos aos participantes. Em relação ao possível afastamento da realidade, a pesquisadora se compromete a mostrar aos atores responsáveis pelas atividades, as observações escritas pela pesquisadora para que os atores verifiquem se as anotações também se aproximam da realidade na perspectiva destes. Quanto aos benefícios para os participantes, serão feitos acolhimento e escuta qualificada durante as atividades e, na medida do necessário, possíveis encaminhamentos para os equipamentos de apoio aos atores responsáveis pelas atividades, local desta pesquisa, tem oferecido.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso o(a) Sr.(a) venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) tem direito a receber a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, tanto após o encerramento do estudo quanto no caso de interrupção da pesquisa, além de lhe ser garantido o direito à indenização. O Sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Caso o (a) Sr.(a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato com os pesquisadores abaixo a qualquer tempo.

Pesquisador Responsável –Caroline Gonçalves Garcia, (71) 98219-0073 [Telefone e whatsapp]; Email: garciagcaroline@gmail.com.

Também em caso de dúvida, o(a) Senhor(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes de pesquisa. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA) está localizado na Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 – Canela – Salvador, Bahia – Brasil. Horário de funcionamento: De Segunda-feira a Sexta-feira das 07h00min às 17h30min. Telefone: (71) 3283-7615. E-mail: cepee.ufba@ufba.br. Os resultados da pesquisa estarão dispostos quando for concluída. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(a)

Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término, pelo(a) Sr.(a) ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável. Uma das vias deste termo será arquivada pelo pesquisador responsável, no “Núcleo de Atenção Terapêutica Social e Pedagógica” e a outra será fornecida ao(a) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco (5) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Local, _____ de _____ de 20 .

Nome completo (participante)

Caroline Gonçalves Garcia

ANEXO II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME DA INSTITUIÇÃO

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora do projeto de pesquisa intitulado “..... ” a realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos (seus respectivos negativos ou cópias) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado. Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

Assinatura do participante|

Local, __ de _____ de 20__.

ANEXO III

Segue a programação do 50 anos de parque de acordo com o site do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) do Estado da Bahia (BAHIA, 2023):

04/09 – Segunda-feira

- 08h às 09h – Recepção
- 09h às 10h – Apresentação da Banda Marcial (**COPPA**)
- 10h às 10h30 – Apresentação institucional

12/09 – Terça-feira

- 13h às 17h – Exposição como eu vejo o Parque (**Escola Municipal Piratinni / Escola Municipal de Pituaçu**)

14/09 – Quinta-feira

- 09h às 12h – Exposição como eu vejo o Parque (**Escola Municipal Piratinni / CMEI / Escola Municipal Recanto dos Coqueiros**)
- 14h às 17h – Exposição como eu vejo o Parque (**Escola Municipal Recanto dos Coqueiros**)

20/09 – Quarta-feira

- 14h às 18h – **Tardes Formativas:** Formação e Informação acerca de Políticas Sociais e a estruturação da Rede do Território do Parque de Pituaçu em Salvador – Cursos Pós Stricto Sensu e Graduação (UCSAL)

21/09 – Quinta-feira

- 16h às 20h – **Tardes Formativas:** Diagnóstico SócioTerritorial do Parque de Pituaçu e a Comunidade no seu entorno – Graduação Serviço Social (UCSAL)

22/09 – Sexta-feira

- 08h às 11h – Semana da árvore: Contação de Histórias ,Plantio de mudas pelo Colégio Montessoriano/Colégio Dom Pedro I/ Primart Garden
- 14h às 16h – Semana da árvore: Contação de Histórias , Plantio de mudas pelo Colégio Montessoriano/Colégio Dom Pedro I
- Exposição de animais taxidermizados.

23 e 24/09 – Sábado e Domingo

- Festival Alternativo
- 25 a 29/09 – Segunda à Sexta

25 a 29/09 – Segunda à Sexta

- Concurso e Exposição Fotográfica

30/09 e 01/10 – Sábado e Domingo

- Terapia Corporal – Barras de Access

ANEXO IV
PROGRAMA CONTINUADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE
METROPOLITANO DE PITUAÇÚ

REALIZAÇÃO

CONSELHO GESTOR DO PARQUE / CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL
GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

APOIO

REDE AFETIVA DE PITUAÇÚ
CMEI JOSÉ MARIA MAGALHÃES NETO
ESCOLA PIRATINI

CONVIDADOS - SALVADOR - 2021

APRESENTAÇÃO

O Curso de Formação de Educadores para o Desenvolvimento Sustentável visa sensibilizar e capacitar os membros do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e da Comissão Pró-Agenda 21 de Belmonte, na função de agentes multiplicadores de transformações de valores e práticas através de um processo de gestão voltado para o desenvolvimento sustentável.

Deverá, assim,

- Possibilitar aos participantes uma compreensão do que é desenvolvimento sustentável, envolvendo aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos, culturais e éticos;
- Estimular a participação, o compromisso e a co-responsabilidade no processo de Agenda 21 Local e a compreensão de suas dimensões local e global;
- Construir um plano estratégico de desenvolvimento voltado para a solução de problemas concretos na perspectiva da sustentabilidade;

- ❑ Fomentar a organização interna do Fórum e a criação de uma agenda de trabalho para os GTs.

OBJETIVO GERAL

Promover um esforço integrado para desenvolver metodologias de trabalho criando uma estrutura para o Planejamento Estratégico de Ações Sócio-Ambientais que visem a consolidação do processo de construção de Agendas 21 Locais na Costa do Descobrimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❑ Fortalecer os Fóruns das Agendas 21 Locais possibilitando a sua organização interna;
- ❑ Consolidar Grupos de Parceiros das Agendas 21 Locais;
- ❑ Desenvolver metodologias e estratégias de mobilização social e consulta à comunidade;
- ❑ Fortalecer os Fóruns das Agendas 21 Locais possibilitando o seu funcionamento e a sua organização interna;
- ❑ Construir os Planos Estratégicos de Ação das Agendas 21 Locais;
- ❑ Definir estratégias de ação voltadas para a retomada do processo de discussão e encaminhamento de iniciativas na perspectiva de construção da Agenda 21 Regional.

PÚBLICO ALVO

Os Fóruns e Comissões Pró-Agendas 21 Locais da região da Costa do Descobrimento

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O trabalho será realizado em etapas. A primeira constará de um nivelamento conceitual com informações aos membros dos Fóruns, representantes das diversas organizações e do Poder Público sobre os princípios básicos do desenvolvimento sustentável e, da importância da participação de todos nos processos de construção de Agendas 21 Locais.

Em seguida, a realização da oficina de Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável com a elaboração do Plano de Ação;

Dando continuidade, serão discutidas as ações estratégicas voltadas para a organização interna dos Fóruns e consolidação de sua estrutura operacional.

RESULTADOS ESPERADOS

- ❑ O envolvimento dos membros, parceiros dos Fóruns, na co-responsabilidade e compromisso frente as ações propostas pelo Plano;
- ❑ A sensibilização dos diversos setores da sociedade para a importância da Agenda 21, de sua aplicação local e da participação de todos no processo;
- ❑ A formação de um grupo de multiplicadores, educadores, capazes de divulgar os princípios e conceitos do desenvolvimento sustentável;
- ❑ A ideia de construção da Agenda 21, na perspectiva regional, já consolidada, e os passos para viabilizá-la já definidos;
- ❑ A formação de uma estrutura de funcionamento e operacionalização dos Fóruns, já com os seguintes resultados:
 - Grupos de Trabalho formados envolvendo os vários segmentos interessados;
 - O papel dos Fóruns na promoção de discussões amplas com a comunidade definido com clareza;
 - A compreensão da atuação dos Fóruns na formulação de políticas públicas estabelecida;
 - As estratégias de atuação e os Planos de Ação dos GTs elaborados.

ANEXO V



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

AUTORIZAÇÃO

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA autoriza o uso de imagem no Parque Metropolitano de Pituacú, solicitado pela estudante de Pós graduação Caroline Gonçalves Garcia, inscrita no CPF: 075.849.134-40, estudante de pós graduação (mestrado) em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, com base no estabelecido na Lei Estadual nº 10.43121/06 e no Decreto Estadual nº 14.024/12.

Esta autorização não dispensa e nem substitui a obtenção de outras autorizações que possibilitem o acesso às áreas privadas, assim como certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Em 30/agosto/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina Telles de Araújo Lima**, **Diretor(a) Geral**, em 30/08/2023, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00073912512** e o código CRC **4F042325**.

Referência: Processo nº 046.0561.2023.0023082-10 SEI nº 00073912512

ANEXO VI

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “DIÁLOGO COM “AS MARGENS” NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇU”. Nesta pesquisa pretendemos contribuir com a produção de conhecimento sobre a importância do diálogo com aqueles que estão à margem da sociedade, que mais sofrem com os impactos socioambientais, na construção de políticas públicas de educação ambiental, utilizando como estudo de caso o bairro do Pituaçu em Salvador - Bahia.

Para esta pesquisa você participará de atividades educadoras ambientais desenvolvidas por atores na comunidade, nas quais a pesquisadora desenvolverá uma observação participante, com duração média de 120 minutos. Todas as impressões da pesquisadora sobre as atividades serão anotadas no diário de pesquisa, para posterior transcrição e análise. Os riscos que esta pesquisa pode trazer aos participantes são relativos à quebra de sigilo e as impressões da pesquisadora podem se afastar da realidade. Para minimizá-los, buscaremos ao máximo assegurar o sigilo e o anonimato dos participantes, restringindo o manuseio dos dados ao pesquisador e seu professor orientador, além de utilizarmos nomes fictícios para nos referirmos aos participantes. Em relação ao possível afastamento da realidade, a pesquisadora se compromete a mostrar aos atores responsáveis pelas atividades, as observações escritas pela pesquisadora para que os atores verifiquem se as anotações também se aproximam da realidade na perspectiva destes. Quanto aos benefícios para os participantes, serão feitos acolhimento e escuta qualificada durante as atividades e, na medida do necessário, possíveis encaminhamentos para os equipamentos de apoio aos atores responsáveis pelas atividades, local desta pesquisa, tem oferecido.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página. A assinatura é fluida e parece conter o nome 'K. Oliveira'.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso o(a) Sr.(a) venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) tem direito a receber a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, tanto após o encerramento do estudo quanto no caso de interrupção da pesquisa, além de lhe ser garantido o direito à indenização. O Sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Caso o (a) Sr.(a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato com os pesquisadores abaixo a qualquer tempo.

Pesquisador Responsável –Caroline Gonçalves Garcia, (71) 98219-0073 [Telefone e whatsapp]; Email: garciagcaroline@gmail.com.

Também em caso de dúvida, o(a) Senhor(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes de pesquisa. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA) está localizado na Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 – Canela – Salvador, Bahia – Brasil. Horário de funcionamento: De Segunda-feira a Sexta-feira das 07h00min às 17h30min. Telefone: (71) 3283-7615. E-mail: cepee.ufba@ufba.br. Os resultados da pesquisa estarão dispostos quando for concluída. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(a) Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término, pelo(a) Sr.(a) ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável. Uma das vias deste termo será arquivada pelo pesquisador responsável, no “Núcleo de Atenção Terapêutica Social e Pedagógica” e a outra será fornecida ao(a) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco (5) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Local, 12 de MARÇO de 20 23

Caroline Gonçalves Garcia

Nome completo (participante)

Caroline Gonçalves Garcia

ANEXO II



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME DA INSTITUIÇÃO,
FOTOGRAFIAS E DEPOIMENTOS

Eu _____ 027.445. _____, CPF 027.415.625⁻³⁸ RG 09.886.973⁻⁵² depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do nome da instituição que faço parte, especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Caroline Gonçalves Garcia** do projeto de pesquisa intitulado "DIÁLOGO COM "AS MARGENS" NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇU" ao citar o nome da instituição na pesquisa sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos (seus respectivos negativos ou cópias) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado. Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

CENTRO CULTURAL ECOFOBIA

Assinatura do participante

Local, 12 de MAR de 2023

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa "DIÁLOGO COM "AS MARGENS" NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇU". Nesta pesquisa pretendemos contribuir com a produção de conhecimento sobre a importância do diálogo com aqueles que estão à margem da sociedade, que mais sofrem com os impactos socioambientais, na construção de políticas públicas de educação ambiental, utilizando como estudo de caso o bairro do Pituaçu em Salvador - Bahia.

Para esta pesquisa você participará de atividades educadoras ambientais desenvolvidas por atores na comunidade, nas quais a pesquisadora desenvolverá uma observação participante, com duração média de 120 minutos. Todas as impressões da pesquisadora sobre as atividades serão anotadas no diário de pesquisa, para posterior transcrição e análise. Os riscos que esta pesquisa pode trazer aos participantes são relativos à quebra de sigilo e as impressões da pesquisadora podem se afastar da realidade. Para minimizá-los, buscaremos ao máximo assegurar o sigilo e o anonimato dos participantes, restringindo o manuseio dos dados ao pesquisador e seu professor orientador, além de utilizarmos nomes fictícios para nos referirmos aos participantes. Em relação ao possível afastamento da realidade, a pesquisadora se compromete a mostrar aos atores responsáveis pelas atividades, as observações escritas pela pesquisadora para que os atores verifiquem se as anotações também se aproximam da realidade na perspectiva destes. Quanto aos benefícios para os participantes, serão feitos acolhimento e escuta qualificada durante as atividades e, na medida do necessário, possíveis encaminhamentos para os equipamentos de apoio aos atores responsáveis pelas atividades, local desta pesquisa, tem oferecido.

A handwritten signature in black ink is located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single name.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso o(a) Sr.(a) venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) tem direito a receber a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, tanto após o encerramento do estudo quanto no caso de interrupção da pesquisa, além de lhe ser garantido o direito à indenização. O Sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Caso o (a) Sr.(a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato com os pesquisadores abaixo a qualquer tempo.

Pesquisador Responsável –Caroline Gonçalves Garcia, (71) 98219-0073 [Telefone e whatsapp]; Email: garciagcaroline@gmail.com.

Também em caso de dúvida, o(a) Senhor(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes de pesquisa. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA) está localizado na Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 – Canela – Salvador, Bahia – Brasil. Horário de funcionamento: De Segunda-feira a Sexta-feira das 07h00min às 17h30min. Telefone: (71) 3283-7615. E-mail: cepee.ufba@ufba.br. Os resultados da pesquisa estarão dispostos quando for concluída. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(a) Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término, pelo(a) Sr.(a) ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável. Uma das vias deste termo será arquivada pelo pesquisador responsável, no “Núcleo de Atenção Terapêutica Social e Pedagógica” e a outra será fornecida ao(a) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco (5) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

SALVADOR Local, SA 12 de MARÇO de 2024

Nome completo (participante) Robens SILVA e SILVA
Caroline Gonçalves Garcia



ANEXO II



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME DA INSTITUIÇÃO,
FOTOGRAFIAS E DEPOIMENTOS**

Eu Rubens SILVA, CPF 027.6627.55.52, RG 786933305, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do nome da instituição que faço parte, especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Caroline Gonçalves Garcia** do projeto de pesquisa intitulado "DIÁLOGO COM "AS MARGENS" NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇU" ao citar o nome da instituição na pesquisa sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos (seus respectivos negativos ou cópias) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado. Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

Rubens Silva, Silva - Festival Alternativo

Assinatura do participante

SALVADOR Local, 12 de Março de 2023.

ANEXO VII

O Plano de Educação Ambiental e Climática de Salvador por de um olhar a partir das margens e do Bem Viver

Caroline Gonçalves Garcia

Resumo: Para o enfrentamento das Mudanças Climáticas (MC), a cidade de Salvador propõe a elaboração de um Plano de Educação Ambiental e Climática. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo identificar os fatores importantes para elaboração deste plano, através de uma revisão de artigos, bibliografias e de documentos envolvendo o tema. A pesquisa dialoga com as políticas públicas sobre MC com olhares da antropologia a partir das margens e com o Bem Viver, analisando a comunidade Calabar. Conclui-se que é necessária uma política participativa, antirracista e construída com protagonismo de mulheres negras.

Palavras-chave: Antropologia urbana; Políticas Públicas em Educação Ambiental; Bem Viver;

Introdução

O progresso tão almejado pelo desenvolvimento, que está presente inclusive na bandeira brasileira, traz traços da exploração que ocorreu não só no Brasil, mas em toda a América Latina. De acordo com Acosta (p.55, 2016), a partir de 1492, o conceito de “progresso” estava intrinsicamente ligado ao progresso civilizatório europeu expansionista, os quais os seus valores eram nutridos pelo desenvolvimento. Emergiu, nesse momento, o processo de colonização, o qual a Europa consolidou uma visão de superioridade aos outros povos ditos como “primitivos”, como também de superioridade perante a Natureza.

Desde então, iniciou-se, na América Latina, a exploração da Natureza em função do acúmulo de capital, essas riquezas foram exportadas e concentradas nos centros europeus, onde estava nascendo o sistema capitalista. Todo esse processo se deu, paralelamente, com o genocídio de povos originários e em seguida, com a escravização de povos da África, os quais teriam importância fundamental para a consolidação da indústria moderna (ACOSTA, p.56, 2016).

Para Antônio Bispo Santos (2018), colonizar é humilhar, subjugar, destruir ou escravizar povos que possuem uma cultura ou origem diferente da sua. No Brasil, desde o início da colonização (1500-1888), o povo africano era considerado escravo e suas manifestações culturais eram consideradas criminosas, como a capoeira, o samba e suas manifestações religiosas (1888 – 1988).

Com o genocídio de povos, culturas e natureza, ascendeu-se e consolidou-se o capitalismo. O Bem viver propõe o enfrentamento deste modo vida eurocêntrico e capitalista, defendendo o abandono do discurso do desenvolvimento, com raízes coloniais, justificado por ideias excludentes. É proposto um discurso contra hegemônico (ACOSTA, p. 34), plurinacional, que respeita a multiculturalidade e a prática da interculturalidade. Incorporando nesse processo perspectivas distintas de sociedade, construindo um caminho democrático, circular e de conexão com a Natureza (ACOSTA, p. 148). Nessa relação com a natureza, é

preciso um equilíbrio, entre o que nós podemos usufruir para viver e o que nós podemos devolver a ela, isso é o Bem viver (KRENAK, 2020).

É importante também ressaltar a diferença entre Bem Viver e bem-estar, já que o segundo está diretamente relacionado com uma visão europeia de distribuição de riquezas a todos e ao acesso universalizado de políticas públicas, como educação, saúde, infraestrutura (KRENAK, 2020). Porém o Bem viver é algo mais profundo, é uma visão de vida, uma forma de ver e habitar o mundo. É uma sabedoria orgânica que desenvolve o ser na terra, já o bem-estar, de origem colonizadora, é um saber sintético que é baseado no ter (SANTOS, 2018).

O Bem Viver recupera o conceito de viver em comunidade, por meio da sabedoria ancestral de comunidades indígenas, quilombolas e daqueles que defendem e vivem uma cosmovisão diferente da ocidental, por meio de lutas descolonizadoras (ACOSTA, p. 72, 2016) ou como diz SANTOS (2018) contracolonizadoras. Para a superação da visão colonizadora e capitalista, é preciso uma confluência entre os saberes, a qual permita um equilíbrio entre as civilizações, que são diversas, confluindo as formas de habitar o espaço. Como diz Brandão (-) “nós habitamos *culturalmente* os espaços onde vivemos” e existem diversos povos com diversas culturas ocupando espaços que estão intrinsecamente ligados com a sua identidade, tornando-se territórios.

Na perspectiva de comunidades que possuem uma relação com a terra que vai além de acumulação de bens materiais, os territórios são como espaços coletivos que possibilitam e garantem a sobrevivência étnica, histórica, cultural e ontológica do ser. Por isso, essas comunidades e movimentos de base étnico-territorial resistem, ocupam e lutam em defesa de seus territórios. Essas lutas reivindicam o direito de um mundo pluriverso, no qual caibam muitos mundos, que barrem o desenvolvimentismo e suas sequelas, como, principalmente, as mudanças climáticas (ESCOBAR, 2015). Acosta (2016) defende que para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, o Bem viver pode servir para discutir e aplicar ações sobre o tema e as demais desigualdades (ACOSTA, p. 33, 2016)

Nesse diálogo sobre MC e Bem viver, a antropologia pode contribuir com um acervo de experiências etnográficas e sociais dos mais diversos povos do planeta. Esses conhecimentos podem auxiliar, inclusive, na elaboração de políticas públicas relacionadas a mitigação, adaptação as Mudanças Climáticas e como a ancestralidade pode contribuir para o enfrentamento da crise ambiental, por meio da desconstrução de valores ocidentais, por exemplo (PARENTE; CURI, 2015).

Nesta mesma perspectiva, a educação ambiental pode ser uma importante aliada para tal enfrentamento. Pois a educação e a antropologia ampliam os seus debates sobre os tipos de desigualdade, como a cultural, a racial, de gênero etc. (GUSMÃO, 1997).

Diante do contexto e urgência do enfrentamento das Mudanças Climáticas, Tamaio (2011) defende que as políticas públicas em educação ambiental podem contribuir com o diálogo sobre a complexidade do tema. Portanto, é extremamente importante a promoção de espaços de participação da sociedade civil nesse processo (TAMAIO, 2011).

No âmbito municipal, a cidade de Salvador, a qual é o objeto desta pesquisa, em 4 de dezembro de 2020 publicou o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC) e estabeleceu como meta a elaboração e implementação de um Programa de Educação Ambiental e Climática em Salvador até 2024 (SALVADOR, 2020).

A presente pesquisa tem como objetivo identificar os fatores importantes a serem considerados na elaboração do Plano de Educação Ambiental e Climática de Salvador. Com relação aos materiais e métodos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, a qual o processo é mais importante do que os produtos finais e os dados são predominantemente descritivos (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Sobre a coleta de dados, foi realizada uma revisão de artigos científicos e bibliográfica sobre antropologia envolvendo “a ontologia da terra”; “A construção social do território”; “O habitar e o Viver”; “Fazer-cidade e Pensar a partir das Margens”; “Antropologia do Clima”, “Antropologia e Educação” e “Antropologia e Políticas Públicas”. Também foi realizada uma revisão de artigos científicos sobre educação ambiental crítica, educação ambiental na política públicas e educação antirracista. Além disso, foi realizada uma análise documental, utilizando os dados estatísticos do IBGE sobre a população da cidade de Salvador e uma análise do Plano de Mitigação e Adaptação de Mudanças do Clima de Salvador.

O olhar para Salvador a partir da margem: A comunidade Calabar e o Bem Viver

Ao falar sobre a cidade num olhar antropológico, Agier (2015) enfatiza a complexidade e a constante transformação do universo urbano na condição do espaço e do tempo. Diante dessa dinâmica da cidade, a discussão sobre o agir urbano pode agregar nas lutas que permeiam as cidades e na análise das suas formas de expansão e de mobilidade (AGIER, 2015).

Nesse contexto, Agier (2015) e Rosa (2018) propõem a importância do olhar a partir da margem, quais são lugares retratados como periferias, favelas e becos, envolvendo aqueles que habitam e estão à margem da sociedade. Este olhar através das margens pode ser utilizado como uma perspectiva metodológica para análise das disputas que acontecem, para se atentar como se constroem as margens e ao que é produzido nestes espaços. Sem desconsiderar os problemas urbanos e a questão social e racial construída historicamente, os autores sugerem evitar o olhar vicioso e objetivo da problemática, como se ela estivesse presente em todos os lugares e situações. É preciso se atentar não somente ao que se falta nesses espaços, mas também ao que (re)surge ali (AGIER; ROSA, 2018).

Nesse sentido, além de identificar os problemas e conflitos que percorrem a história e atualidade destes espaços, por que não pensar também sobre o potencial destes? Como o olhar a partir das margens, buscando responder o objetivo desta pesquisa, pode contribuir para identificar os fatores importantes a serem considerados na elaboração do Plano de Educação Ambiental e Climática de Salvador?

Para iniciarmos essa discussão, faremos um recorte a cidade de Salvador analisando o bairro do Calabar. De acordo com o CENSO de 2010, o bairro apresenta, majoritariamente, população preta (43,43%) e parda (45,06%), com um somatório de 88,5% da população. O bairro, considerado uma comunidade pela autora Barreto (2020), é um lugar de resistência da população negra e pobre localizado aos arredores de um bairro nobre de elite branca (BARRETO, 2020). De acordo com o historiador Cid Teixeira, o bairro originou-se pela formação do Quilombo Kalabari de escravos trazidos da região de Kalabari, onde atualmente localiza-se a Nigéria (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2020).

Com relação a segunda versão do surgimento da comunidade Calabar, ela acontece durante a década de 1950 e 1960 através da chegada de moradores de outras ocupações que foram expulsos e de migrantes que saíram da área rural a busca de emprego (BARRETO, 2020;

COELHO, 2009). Além da forte ancestralidade quilombola, os moradores apresentaram, durante a história da comunidade, uma constata luta e resistência frente ao Estado hegemônico por melhorias na qualidade de vida e ao direito à moradia. É importante destacar também nesse processo que a luta foi protagonizada pela juventude da comunidade, através da formação de um grupo de resistência negra inspirados por uma gincana.

Em 12 de setembro de 1977, o Grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) foi formado por militantes entre 12 e 21 anos de idade. O grupo impulsionou reuniões no bairro para a discutir sobre os problemas da comunidade correlacionados a questões de moradias, saneamento básico e saúde das crianças.

O primeiro ato aconteceu quando o atual Presidente do Brasil na época, João Figueiredo (1979 a 1985), visitou Salvador. Cerca de sessenta moradores do Calabar caminharam até a Secretaria de Segurança Pública denunciando o descaso do Poder Público, que na época era representado pelo prefeito o Mário Kertész (1979 a 1981) em seu primeiro mandato, com cartazes escritos mensagens como: “Cinco mil pessoas, três mil crianças na Calabar não têm esgoto, nem água”.

A história de sobrevivência em um distanciamento, a ocupação e instalação do Calabar são indícios do movimento do direito à cidade, que segundo Agier (2015) intercalam com o direito de estar ali e levar uma vida urbana por meio da resistência. Para Barreto (2020) É a solução encontrada pelas pessoas que não tem a renda compatível para comprar a cidade legalizada e devido à ausência de políticas públicas relacionadas a moradia. Essa ocupação gera conflitos, ainda mais tratando-se de uma comunidade negra rodeada por uma elite branca.

Ainda segundo autora, existe uma correlação da resistência dos moradores do bairro do Calabar com a história da população quilombola escravizada, tanto pela origem de ambas como pela luta contra o escravismo eurocêntrico. Por conta disso, a autora considera que toda comunidade que resiste a esse processo colonizador escravocrata deve ser considerada um quilombo contemporâneo. ¹⁴Esse resgate ancestral da identidade e do viver em comunidade é visto por SANTOS (2018) como contracolonizador, por meio da promoção da emancipação dos povos e o protagonismo deles para contar as suas próprias histórias. Nesse mesmo raciocínio, o Bem Viver dialoga com a luta contracolonizadora do Calabar, criticando o desenvolvimentismo que defende uma visão de mundo hegemônica eurocêntrica. O Bem viver possibilita a convergência entres diferentes formas culturais e ontologias, somando concepções alternativas da Natureza e saberes descolonizadores que abandonam formas desenvolvimentistas de dominação (GUDYNAS, 2011).

Essas lutas resultaram com o passar dos anos em melhorias no barro, como o acesso a água potável, saneamento básico, construção de um posto de saúde, Escola Aberta e uma creche comunitária com o protagonismo de mulheres idealizadoras do projeto. Além desses espaços de uso comum, atualmente existe uma biblioteca comunitária que contém cerca de 6.220 livros e frequência de 120 leitores ao mês. A biblioteca busca realizar atividades que resgatam a identidade negra e as lutas do direito à cidade que fazem parte da história do bairro.

Para Barreto (2020) a mobilização comunitária sempre buscou o direito a terra e melhorias na qualidade de vida. Para a autora, a luta dos moradores do Calabar foi inspirada na ancestralidade de seus antepassados que foram escravizados, o que representa a luta pela liberdade de viver sem opressão, de viver seus ritos, sua cultura e cultivar sua identidade, que historicamente foi diminuída pela ideologia eurocêntrica.

Nesse contexto de luta pelo habitar em comunidade e contra opressões desenvolvimentistas eurocêntricas, o Bem Viver está em consonância a essas manifestações de

¹⁴ No Anexo VII tal termo é abordado no resumo expandido elaborado pela autora.

luta do Calabar, já que o Bem Viver nasce das lutas populares daqueles que estão à margem da sociedade e também acolhe os saberes e as contribuições da vida comunitária não indígena que aprendeu formas de sobreviver dentro dos sistemas dominantes colonizadores (ACOSTA, p. 77, 2016).

O Plano de Educação Ambiental e Climáticas de Salvador construído com e pela margem

Na elaboração de Políticas Públicas, a antropologia pode contribuir com o olhar sensível ao campo complementado dados estatísticos e auxiliando na definição, mais verdadeira, sobre a cidade (AGIER, 2015). Além disso, as experiências etnográficas detalhadas dos mais diversos lugares do mundo podem agregar nas reflexões locais (ROSA, 2018).

É importante destacar que, segundo (ROSA, 2018), a antropologia, pode ser experimentada de forma interdisciplinar com um potencial crítico e cognitivo da análise etnográfica, com interfaces em diversas áreas do conhecimento e no caso deste trabalho, especificamente, com a educação ambiental (EA) e a política pública.

Sorrentino et. al (2005), defendem que a educação ambiental na política deve exercer um papel de promoção da cidadania e do pertencimento a natureza, promovendo a formação de espaços participativos de diálogo sobre as demandas, como, por exemplo, os Fóruns (SORRENTINO et. al, 2005). No caso do Calabar, a organização e ação da comunidade correlacionado ao direito à cidade, foi fundamental para conquistar melhorias no bairro, portanto, a participação popular deve ser protagonista na elaboração de políticas públicas.

De acordo com o Plano de Mitigação e Adaptação as Mudanças do Clima de Salvador (PMAMC), os maiores riscos da cidade são: tempestades severas; inundação fluvial e costeira; deslizamento e erosão costeira; proliferação de vetores de doenças; ondas e ilhas de calor; elevação do nível do mar e escassez hídrica. Para enfrentamento destes problemas, foram definidas as principais áreas de intervenção, as quais serão discutidas a seguir.

Uma delas está relacionada a moradia (SALVADOR, 2020), pois de acordo com o último CENSO do IBGE (2010a), a cidade de Salvador possui 242 aglomerados, os quais vivem 882.204 pessoas e destas a maioria são mulheres com, aproximadamente, 52,5% (463.083 pessoas). Entende-se como aglomerados subnormais uma forma de ocupação irregular de terrenos, carentes de serviço público, para fins de moradia urbana (IBGE 2022). Além disso, de uma população de 2.675.658 pessoas, 45% destas estão expostas a áreas de risco de inundações, enxurradas e deslizamentos, o que corresponde a 1.215.527 de pessoas (IBGE, 2010b).

Vale ressaltar também que foi pontuado no PMAMC, a necessidade de ações nas áreas de renda, emprego e educação da população (SALVADOR, 2020), o que enfatiza a importância da elaboração do Plano de Educação Ambiental e Climática em Salvador. Um fator importante que não foi destacado no PMAMC, é a questão racial da cidade, de acordo com o CENSO (2010), considerando as pessoas residentes em domicílios particulares em Salvador (2.668.078 pessoas), aproximadamente, 80% são pretas e pardas (IBGE, 2010).

A questão racial em Salvador é um fator importante a ser considerado já que a cidade possui traços coloniais ainda presentes, como a “exclusão” de negros em espaços periféricos (ANDRADE; BRANDÃO, 2009).

Para o enfrentamento do racismo, Sotero, Pereira e dos Santos (2021), defendem que as pedagogias negras são fundamentais para a formação de conteúdo crítico antirracista que se oponha as opressões e desigualdades raciais. As autoras também entendem que no debate sobre o antirracismo, os caminhos entrelaçam-se com o das lutas raciais e o resgate da ancestralidade, com o protagonismo das mulheres negras e a aproximação do conceito do “Bem Viver” (SOTERO; PEREIRA; DOS SANTOS, 2021), conectando o pessoal, o coletivo, o espiritual e o ambiental (PRESTES, 2018).

No caso específico do Calabar, a comunidade conseguiu atingir melhorias e transformações no bairro, através da ação coletiva, da resistência a opressão capitalista racista com traços colonizadores e com o protagonismo da juventude e de mulheres negras. Atualmente, a Biblioteca Comunitária utiliza pedagogias negras para o resgate da ancestralidade e da identidade das crianças que não tiveram contato com a história de luta da comunidade. Portanto, é importante ressaltar a importância do caráter antirracista entrelaçados com o conceito do Bem Viver nas políticas públicas, para o enfrentamento do desenvolvimentismo da sociedade anticapitalista.

Conclusão

Entende-se que a antropologia pode contribuir com a análise da complexidade da realidade local a partir do olhar pelas margens e a educação ambiental pode ser uma ferramenta importante para o diálogo. A integração de ambas, pode proporcionar olhares interdisciplinares e complementares para a elaboração de políticas públicas.

O Bem Viver também deve ser incorporado nas políticas públicas, valorizando as diversas visões de mundo, a interculturalidade e as lutas dos marginalizados na sociedade, para que suas demandas sejam escutadas e para o enfrentamento do desenvolvimentismo eurocêntrico e capitalista que até hoje domina como única visão de mundo.

Na perspectiva da realidade de Salvador e realizando o recorte do caso do bairro Calabar, podemos voltar a pergunta inicial desta pesquisa: O que a história de luta da comunidade Calabar pode contribuir na identificação dos fatores importantes a serem considerados na elaboração do Plano de Educação Ambiental e Climática de Salvador?

Para responder essa pergunta, considera-se um olhar a partir das margens, realizando uma leitura da história de luta pelo direito à cidade, a resistência as opressões, o resgate ancestral e da identidade negra do bairro Calabar, em um contexto que a maioria da população de Salvador é negra e parda (80%) e grande parte da população vive em aglomerados subnormais (52,5%), condizentes com a realidade do bairro estudado. Portanto, conclui-se a necessidade do pensar a cidade com uma sensibilidade a partir das margens, para que se identifiquem a potencialidades destas para o enfrentamento das MC. Isso deve ser feito por meio de uma política participativa e antirracista, construída democraticamente e com protagonismo, principalmente, de mulheres negras, que historicamente são as mais atingidas pelos impactos socioambientais.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos** / Alberto Acosta: tradução de Tadeu Breda. - São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016. 264p.

AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro.** Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

BRANDÃO, C. R.. Viver um Tempo, Habitar um Espaço. **No Rancho Fundo** – tempos e espaços no mundo rural do Brasil, a ser publicado pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: < <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/ANTROPOLOGIA/MUNDO%20CAMPON%C3%8AS/VIVER%20UM%20TEMPO,%20HABITAR%20UM%20ESPA%C3%87O%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf> > Acesso em 05 de jul. de 2022

COELHO, L. R. História de uma iniciativa popular na capital baiana: o jornal comunitário Kalabari como alternativa ao silenciamento. In: 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 19 a 21 de agosto de 2009, organizado pela Unifor em Fortaleza/CE, com o tema "Mídia Alternativa e alternativas midiáticas". Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Historia%20de%20uma%20iniciativa%20popular%20na%20capital%20%20baiana%20o%20%20jornal.pdf> > Acesso em 03 de jul. de 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Salvador – Bahia.** Salvador, IBGE: 2010b. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama> > Acesso em 19 de jun. de 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais.** Brasil: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e> > Acesso em 19 de jun. de 2022.

KRENAK, A.. **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**, (Org. Bruno Maia). Acesso: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/caminhos-para-a-cultura-do-bem-viver-ailton-krenak-2020/>

ESCOBAR, A.. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Salvador Cultura Todo Dia, 2019. Calabar. Disponível em: < http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9b >. Acesso em: 5 jul. 2022

GUDYNAS, E. Bem Viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento-ALAI**, v. 462, n. 1-20, p. 1-18, 2011. Disponível em < <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/bem-viver-germinando-alternativas-ao-desenvolvimento.pdf> > Acesso em 03 de jul. de 2022.

GUSMÃO, N. M. M. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cad. CEDES** 18 (43) • Dez 1997 • <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000200002> . Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yB4YnZDv73qWqYZJpQZmbWb/?lang=pt> > Acesso em 02 de jul. de 2022

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PARENTE, I. C. I.; CURI, M. V. Um estudo sobre o estado da arte da Antropologia do Clima1. **BIB**, São Paulo, n. 80, 2º semestre de 2015 (publicada em maio de 2017), pp. 42-58. Disponível em: < [file:///C:/Users/HP/Downloads/Um+estudo+sobre+o+estado+da+arte+da+Antropologia+do+Clima+\(1\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Um+estudo+sobre+o+estado+da+arte+da+Antropologia+do+Clima+(1)%20(2).pdf) > Acesso em 06 de jul. de 2022

PRESTES, C. R. S. Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências – Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-184832/pt-br.php> > Acesso em 06 de Jul. de 2022

ROSA, T.T. Pensar por margens. In: JACQUES, P.B., and PEREIRA, M.S., comps. *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 176-204. ISBN 978-85-232-2032-7. <https://doi.org/10.7476/9788523220327.0008>. Disponível em: < https://ava.ufba.br/pluginfile.php/2965660/mod_resource/content/1/jacques-9788523220327-08.pdf > Acesso em 04 de jul. de 2022

SALVADOR, 2020. Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador: BA: Salvador, 2020. Disponível em: < <https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2021/01/salvador-plano-de-acao-climatica.pdf> > Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTOS, A. B.. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018

SORRENTINO, M.; TRABJER, R.; MEDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 20. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtTbHxzVcgFmRybWtKrr/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 03 de jul. de 2022

SOTERO, E. C.; PEREIRA; I. D. ; SANTOS, S. B.. Pedagogias Negras: O antirracismo, O Bem Viver e a Corporeidade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n.3,p. 1314 – 1329, set/ dez. 221. Disponível em: < <https://www.scilit.net/article/9dbb98be93eed3b540e08dfa73e069c1> > Acesso em 04 de jul. de 2022

TAMAIIO, I. Políticas públicas de educação ambiental em tempos de mudanças climáticas: Um diálogo necessário em um mundo de (in)certezas. In: VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil Ribeirão Preto, setembro de 2011. Disponível em: < http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0137-2.pdf > Acesso em 01 de jul. de 2022



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU), realizada em 10/04/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM EDUCAÇÃO no. 1, área de concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, da candidata CAROLINE GONÇALVES GARCIA, de matrícula 2022111322, intitulada DIÁLOGOS COM "AS MARGENS" NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA EM SALVADOR: O TERRITÓRIO DE PITUAÇU. Às 14h do citado dia, em Plataforma remoto <https://meet.google.com/svj-zowj-dhr>, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Prof. Dr. MARCOS SORRENTINO que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. MARIA CECILIA DE PAULA SILVA, Prof. Dr. ADMILSON SANTOS e Profª. Dra. VALNICE SOUSA PAIVA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pela candidata, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. VALNICE SOUSA PAIVA, UNEB
Examinadora Externa à Instituição

Dr. ADMILSON SANTOS, UFBA
Examinador Externo ao Programa

Dra. MARIA CECILIA DE PAULA SILVA, UFBA
Examinadora Interna

Dr. MARCOS SORRENTINO, UFBA
Presidente

CAROLINE GONÇALVES GARCIA
Mestranda